



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

| VIELAS DE ALFAMA | ENTRE REVITALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO |
Impactos da “gentrificação” sobre a apropriação do espaço público



Arq^a Khadija BENIS

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Urbanos em Regiões Mediterrâneas - EURMed

Orientador Científico:

Professora Doutora Margarida Paula Pinto Cardoso Moreira

Júri:

Presidente: Professora Associada Isabel Simões Raposo

Vogais: Professor Elias Herrera

Lisboa, Agosto, 2011

NOME: Khadija Benis

DEPARTAMENTO: Master Erasmus-Mundus EURMed

ORIENTADOR: Professora Doutora Margarida Paula Pinto Cardoso Moreira

DATA: Agosto de 2011

| **VIELAS DE ALFAMA | ENTRE REVITALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO** |
Impactos da “gentrificação” sobre a apropriação do espaço público

RESUMO

Ao longo dos séculos, a peculiar e densa malha urbana que caracteriza o bairro de Alfama, permitiu que o espaço público, dada a exiguidade do espaço privado, se constituísse como elemento estruturador das vivências locais, dando lugar ao desenvolvimento de um modo específico alfamista de apropriação do espaço público.

Hoje, depois de 30 anos de intervenções de Reabilitação Urbana, o bairro mais emblemático de Lisboa encontra-se confrontado com a realidade da gentrificação. Este fenómeno de substituição da população tradicional do núcleo histórico por uma nova população, faz-se acompanhar inevitavelmente por mudanças profundas nas práticas quotidianas que constituem a identidade do bairro.

Este trabalho, através de uma abordagem etnográfica de observação e leitura da paisagem urbana em geral, e do espaço público em particular, tem como objectivo decifrar os impactos desta gentrificação sobre a apropriação destes espaços pelos alfamistas de hoje.

O trabalho de campo centrou-se sobre o Largo do Chafariz de Dentro, escolhido por ser um ponto de referência no bairro, que foi o alvo do Projecto Integrado de Reabilitação Urbana iniciado pela Câmara de Lisboa no final da década de 90.

Palavras-chave: reabilitação urbana, bairro histórico, espaço público, gentrificação.

ABSTRACT

Throughout the centuries, and considering the exiguity of private space, Alfama’s tight urban fabric has permitted the public space to become a structural element of local life experiments giving place to an *alfamista* specific public space appropriation process.

Nowadays, after 30 years of Urban Rehabilitation Interventions, the most emblematic district in Lisbon is being seriously challenged with the gentrification phenomenon. The replacement of a traditional population living in the historical core by a recently arrived population has engaged deep and inevitable changes in daily practices that represents Alfama’s most interesting characteristic.

This project, using an ethnographic observation and analysis of urban landscape in general, and public space in particular, aims to decompose the impacts of this gentrification phenomenon in the appropriation of public space by the new population of Alfama. The fieldwork has been focused in Largo do Chafariz de Dentro for its relevance in Alfama. It represents a hotspot that has been subject of City Hall’s Urban Rehabilitation Integrated Project in late 90’s.

Key-words: urban rehabilitation, historical district, public space, gentrification.



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

| **VIELAS DE ALFAMA | ENTRE REVITALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO** |
Impactos da “gentrificação” sobre a apropriação do espaço público



Khadija BENIS

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
Estudos Urbanos em Regiões Mediterrâneas

Orientador Científico:

Doutora Margarida Paula Pinto Cardoso Moreira

Júri:

Presidente: Professora Associada Isabel Simões Raposo
Vogais: Professor Elias Herrera

Lisboa, Agosto, 2011

*Je dédie ce travail à celle qui m’a toujours tout dédié,
MAMAN.*

Agradecimentos...

A todas a pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho:

À minha orientadora, a Professora Margarida Moreira, com quem foi sempre um prazer trabalhar, conversar, e passear. Ela e a Professora Isabel Raposo foram mais do que professoras para mim este ano, fazendo que a minha aventura em Lisboa, além de ser extremamente enriquecedora ao nível profissional, seja antes de tudo uma experiência humana fora do comum.

Aos Professores João Cabral, José Aguiar, Graça Moreira e Catarina Camarinhas, que nos acompanharam este ano.

Ao Arquitecto Elias Herrera e à antropóloga Júlia Carolino, que seguiram de perto este trabalho, contribuindo com os seus valiosos conselhos e encorajamentos.

Aos Arquitectos Luís Ruivo e José Guilherme Azevedo, e à Socióloga Dulce Moura, que foram o meu primeiro contacto com Alfama, dedicando-me o seu tempo numa visita comentada pelo bairro.

Aos técnicos da Unidade de Projecto de Alfama (antigo GTL): a directora Isabel Maciel, e profissionais do Serviço Social: Sandra Viegas, Isabel Botelho e Judite Cordeiro.
Com agradecimentos especiais ao Sociólogo Joaquim Mendonça Dias, que me ajudou muito e mostrou um particular interesse pelo meu trabalho.

Ao Arquitecto Filipe Lopes, por ter-me acolhido na sua casa para uma entrevista que aportou muito ao trabalho.

Ao Agente Imobiliário António Macedo, que para além de ter sido um elemento fundamental do processo da entrevista, tornou-se num amigo.

Às Alfamistas entrevistadas: a Dona Maria Fernanda Silva e a Dona Maria Manuela Alegre.
Ao Marko, “novo alfamista” entrevistado, e amigo tanguero.
Aos Alfamistas do Largo do Chafariz de Dentro.

À Célia Pilão pelo contágio da paixão por Lisboa.

Aos meus amigos por toda a vida: Amanda, Alex, Leila, Machi e Anita, que este ano me acompanharam não só nos trabalhos, mas também em todos os momentos inesquecíveis que atravessamos juntos.

À Cristina, por todos os lindos momentos passados juntas, e a todos os meus amigos tangueros e tangueras de Lisboa, com quem além de melhorar a dança, melhorei o meu português!

Ao Bruno, por fazer-me sentir tão especial e cheia de força.

*“Não há ninguém que destrua
Este amor que nos abrasa!
Cada um gosta da rua
Onde tem a sua casa!”*

Marcha de Alfama, Amália Rodriguez

| **VIELAS DE ALFAMA | ENTRE REVITALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO** |
Impactos da “gentrificação” sobre a apropriação do espaço público

ÍNDICE DAS FIGURAS	9
PROLOGO	10
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA	11
1.1.1. O CONCEITO DE “GENTRIFICATION”	11
1.1.2. GENTRIFICAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO	11
1.1.3. IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO EM ALFAMA	12
1.2. PROBLEMÁTICA E OBJECTIVOS	12
1.3. METODOLOGIA	14
2. OS “ALFAMISTAS”	15
2.1. QUEM ERAM?	17
2.1.1. 1755, UM ANTES E UM DEPOIS	17
2.1.2. A ALFAMA DOS ESTIVADORES E DAS VARINAS	18
2.2. QUEM SÃO?	19
2.2.1. “ALFAMISTAS TRADICIONAIS” VS. “NOVOS ALFAMISTAS”	19
2.2.2. ALFAMISTAS TRADICIONAIS: A RAIZ POPULAR DO BAIRRO	19
2.2.3. NOVOS ALFAMISTAS, NOVO SOPRO DE VIDA	20
2.2.4. UMA POPULAÇÃO ENVELHECIDA E UM DESPOVOAMENTO PERSISTENTE	21
2.3. COMO VIVEM?	22
2.3.1. ALTA DENSIDADE	22
2.3.2. BOA VIZINHANÇA, SEMPRE NA ORDEM DO DIA	23
2.3.3. A RUA COMO PROLONGAMENTO DA CASA	23
3. O ESPAÇO PÚBLICO NAS POLÍTICAS DE REABILITAÇÃO URBANA EM ALFAMA	25
3.1. DINÂMICAS TERRITORIAIS E GENTRIFICAÇÃO NA AML	25
3.1.1. CRESCIMENTO DAS PERIFERIAS E DESERTIFICAÇÃO DO CENTRO	25
3.1.2. REABILITAÇÃO URBANA E INVERSÃO DO FENÓMENO DE DESPOVOAMENTO	25
3.1.3. DA REABILITAÇÃO À GENTRIFICAÇÃO	26
3.2. A RU EM ALFAMA: DAS “INTERVENÇÕES MÍNIMAS” ÀS “MEGA EMPREITADAS”	28
3.2.1. A RU DAS INTERVENÇÕES MÍNIMAS	28
3.2.2. A RU DAS MEGA EMPREITADAS	29
3.3. Os PROJECTOS INTEGRADOS (PI): INTERVENÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO	30
4. ETNOGRAFIA DO LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO. TESTEMUNHO OU VÍTIMA DO PROCESSO DE RU?	31
4.1. O CHAFARIZ DE DENTRO, UM PONTO DE REFERÊNCIA NO BAIRRO	31
4.2. O PROJECTO INTEGRADO “CHAFARIZ DE DENTRO”	36
4.3. PRIMEIRA ABORDAGEM. UM ESPAÇO QUE FALA POR SI MESMO	38
4.4. ANÁLISE POR PERCURSO FOTOGRÁFICO	42
4.4.1. BANALIZAÇÃO DO BAIRRO	46
4.4.2. MUSEIFICAÇÃO DO PASSADO	47
4.4.3. PRIVATIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO, EXCLUSÃO	48
4.4.4. PERDA DA MEMÓRIA COLECTIVA	49
4.5. CONVERSAS DE RUA. AS VIVÊNCIAS NO LARGO	53
4.5.1. MÉTODO DE ANÁLISE	53

4.5.2. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DO LARGO DO CHAFARIZ DE DENTRO	53
4.5.3. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	54
4.5.4. CONCLUSÕES. O LARGO ENTRE PRIVATIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL	55
5. CONCLUSÕES	57
5.1. ALFAMA FACE AOS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO: GENTRIFICAÇÃO, MUSEIFICAÇÃO E PERDA DE IDENTIDADE	58
5.2. A VONTADE POLITICA, UM FACTOR CHAVE DO SUCESSO	60
5.3. A REVITALIZAÇÃO PODE SER SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL E ECONOMICAMENTE VIÁVEL	60
5.4. O DESLOCAMENTO ESPACIAL DA IDENTIDADE E DA CULTURA POPULAR	61
5.5. PERSPECTIVAS FUTURAS	62
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
7. ANEXOS	66
7.1. ENTREVISTAS	66
7.1.1. Joaquim MENDONÇA DIAS, Sociólogo	66
7.1.2. António MACEDO, Agente imobiliário	71
7.1.3. Filipe LOPES, Arquitecto	75
7.1.4. Dona Maria Fernanda SILVA, 77 anos, Alfamista	79
7.1.5. Dona Maria Manuela ALEGRE, 64 anos, Alfamista	84
7.2. PERCURSOS COMENTADOS	92
7.2.1. O método do percursos comentados	92
7.2.2. Percurso realizado	93
7.2.3. Comentários	94

Índice das figuras

Figura 1: Importância do Espaço Público em Alfama. Fonte: Elaboração própria, fotos de arquivo pessoal.	13
Figura 2: Mapa de Alfama em azulejos, no Largo do Chafariz de Dentro. Foto: arquivo pessoal.	15
Figura 3: Delimitação das Freguesias de São Miguel e Santo Estêvão. Fonte: Elaboração própria.	16
Figura 4: Alfama antes do terramoto. Fonte: Elaboração própria.	17
Figura 5: Os Alfamistas de hoje. Fonte: Elaboração própria, a partir das informações recolhidas nas entrevistas.	19
Figura 6: Evolução da População de Alfama. Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.	22
Figura 7: Evolução da População na AML (1960-2001). Fonte: Censos, INE.	25
Figura 8: Urbanização e Gentrificação na AML. Fonte: Elaboração própria, em síntese das leituras efectuadas sobre o tema.	27
Figura 9: O Largo, ao fundo da encosta. Fonte: Elaboração própria.	31
Figura 10: Largo do Chafariz de Dentro, localização. Fonte: Elaboração própria.	32
Figura 11: O Largo do Chafariz de Dentro no começo do século XX. Fonte: Fotos do Arquivo Municipal de Lisboa.	34
Figura 12: As vivências no Largo do Chafariz de Dentro. Fonte: Elaboração própria, à partir da descrição de D. Maria Manuela ALEGRE, Alfamista entrevistada.	35
Figura 13: PI do Chafariz de Dentro: área de intervenção prevista pela CML. Fonte: Elaboração própria.	36
Figura 14: Estado do edificado: coexistência de várias realidades. Fonte: Fotos de arquivo pessoal.	38
Figura 15: Largo do Chafariz de Dentro: Paisagem Urbana. Fonte: Elaboração própria; Fotos: panorâmicas realizadas a partir de fotos de arquivo pessoal.	40
Figura 16: Largo do Chafariz de Dentro: Estado do Edificado. Fonte: Elaboração própria, a partir das observações realizadas no terreno. Fotos de arquivo pessoal.	41
Figura 17: Percorso Fotográfico realizado. Fonte: Elaboração própria.	43
Figura 18: Percorso Fotográfico. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.	44
Figura 19: Percorso Fotográfico. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.	45
Figura 20: Esplanadas e Bancos Públicos no Largo. Fonte: Elaboração própria.	50
Figura 21: Os Alfamistas no Largo. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.	51
Figura 22: Usos no Largo. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.	52
Figura 23: Estrutura das conversas informais realizadas com as pessoas. Fonte: Elaboração própria.	54
Figura 24: Percorso Comentado realizado. Fonte: Elaboração própria.	93

Prologo

“A cidade [é feita] das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado [...]. Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, cada segmento marcado, por sua vez, de arranhões, riscos, cortes e entalhes.”¹

O espaço público sempre foi um foco de muitos debates em relação à cidade mediterrânea. Do ponto de vista político, o conceito é definido como um espaço de todos, em oposição ao espaço privado do indivíduo e da sua família. No entanto, as realidades ligadas à variedade de culturas e civilizações em ambos lados do Mediterrâneo traduziram-se ao longo dos séculos pela existência de vários tipos de espaços públicos, caracterizados por diferentes funções, vivências e modos de apropriação pelas populações.

Segundo os manuais de história, a noção de espaço público é uma construção histórica do Ocidente, que distingue a cidade ocidental das outras cidades. Idealizado como o espaço da democracia, da liberdade de expressão e da acção política, inscreve-se numa continuidade imaginada a partir da Agora grega, passando pelas praças cívicas da cidade medieval, até a cidade de hoje em dia.

O historiador da arquitectura Doğan Kuban defende que o conceito de espaço público não existe nas cidades muçulmanas, para além de algumas excepções.² E acredita que isto é devido à estrutura específica da sociedade muçulmana: a vida social na cidade islâmica acontece nas mesquitas e nas “alcaçarias”, antigos centros de comércio; as áreas residenciais sendo pequenas entidades fechadas sobre si mesmas. Assim, a vida política, que excluía as mulheres, manifestava-se nas mesquitas, onde grandes multidões se reuniam para as orações, e para os intercâmbios de informações. E por outro lado, os únicos espaços abertos, destinados ao lazer, eram os jardins e as hortas.

Tendo realizado anteriormente trabalhos sobre várias “medinas”³ de Marrocos, nomeadamente sobre o uso dos espaços públicos, a descoberta da história peculiar do bairro de Alfama em Lisboa suscitou em mim uma certa curiosidade em relação a estas questões de apropriação do espaço público, ligada à morfologia do tecido urbano e à caracterização da população residente.

Com efeito, a peculiaridade de Alfama reside no facto de que o bairro preservou ao longo dos séculos a sua malha urbana de origem, traçada pelos árabes, conseguindo sobreviver a eventos históricos maiores, tais como o terramoto de 1755. E foi por este tecido orgânico de ruas apertadas, que passaram ondas sucessivas de povoamento, produzindo um espaço social que acabou por tornar-se característico deste bairro emblemático de Lisboa.

Este trabalho constitui assim uma primeira aproximação à percepção do processo complexo da evolução hoje em dia destes espaços sociais nos centros antigos mediterrâneos, através do estudo do caso lisboeta.

¹ Italo Calvino, *Le città invisibili*, Turim, Einaudi, 2009, p. 10-11.

² D. Kuban, *İstanbul Yazıları* (Les écrits sur Istanbul), İstanbul, 1998, p. 157 et D. Kuban, “Meydanlar” (Les places), in *Dünden Bugüne İstanbul Ansiklopedisi*, vol. 5, İstanbul, 1993-1995.

³ A palavra “Medina”, utilizada nos países do Maghreb, designa os centros antigos, cujo tecido urbano apresenta as características da cidade muçulmana, em oposição aos novos bairros de tipo ocidental.

1. Introdução

1.1. Relevância da temática

1.1.1. O conceito de “Gentrification”

Nos anos 1960, a “gentrification” foi estudada pela primeira vez em Londres por uma socióloga britânica Ruth Glass (1964), e em várias cidades anglo-saxónicas da Inglaterra e da América do Norte nas décadas 70 e 80, sendo a noção teorizada por investigadores britânicos e americanos, principalmente geógrafos.

O conceito foi definido como um fenómeno, tanto urbano como social, caracterizado pela recuperação e reabilitação de um parque habitacional degradado pela classe média, que se substitui assim, gradualmente, às classes populares que ali viviam antes. Hoje este processo tornou-se sintomático da evolução dos centros urbanos, inclusive na Europa.

Em Alfama, o fenómeno apresenta características particulares.

Por um lado, pode-se dizer que é relativamente recente. Segundo Filipe Lopes⁴, a reabilitação urbana em Alfama conheceu duas grandes etapas:

- De 1990 a 2000: intervenções de reabilitação que procuravam impedir a gentrificação, com algum sucesso. Essa primeira fase foi um *“período em que se praticou uma reabilitação cujo objectivo era melhorar as condições de habitação dos moradores, contrariando a tendência para a gentrificação”* (Filipe Lopes). Os encargos financeiros foram quase na sua totalidade suportados pela Câmara Municipal de Lisboa.

- Depois de 2000: a orientação vai no sentido de uma progressiva passagem da reabilitação para a iniciativa privada: *“a entrega dos bairros à iniciativa privada e ao sector imobiliário orientados para a rentabilidade financeira, fomentou a gentrificação”* (Filipe Lopes).

A presença destas duas realidades pode enriquecer a nossa abordagem, por comparação dos dois casos.

Por outro lado, a gentrificação, neste caso, insere-se no contexto urbano de Alfama, que é bastante particular: combina zonas em plena revitalização junto com outras em declínio. Isso levanta questões sobre a co-presença de fenómenos contraditórios, que os dados estatísticos ou quantitativos não poderiam mostrar.

1.1.2. Gentrificação e espaço público

Ao longo da sua história, o conceito de “gentrificação” foi estudado principalmente em relação com o edificado em geral, e a habitação em particular. No entanto, nesta última década assistimos à expansão do conceito a outros processos de “elitização” como, por exemplo, a reabilitação de espaços públicos e de comércio (Bessmann e Rota, 2008⁵).

Neste caso, o espaço público é o objecto da nossa pesquisa. Por “espaço público” referimo-nos à definição de Françoise Choay e Pierre Merlin⁶, para quem o conceito designa *“a parte do domínio público que não foi construída, e que é destinada para usos públicos. Assim, o*

⁴ Arquitecto, responsável pela Direcção Municipal de Reabilitação da Câmara Municipal de Lisboa, de 1990 a 2000. Entrevistado no dia 18-06-2011 (ver Anexo 7.1.3.).

⁵ BESSMANN Sandra, ROTA Mathias, Espace public de la médina : La place «Jemaa el Fna» in «La gentrification dans la médina de Marrakech», Université de Neuchâtel, Institut de Géographie, Abril 2008.

⁶ CHOAY Françoise, MERLIN Pierre, *Dictionnaire de l'Aménagement et de l'Urbanisme*, PUF, 2000.

espaço público é constituído por uma propriedade e por uma afectação de uso.” (tradução livre)

Por “espaço”, referimo-nos a uma área afectada a uma actividade, a um uso particular. E por “público”, o que concerne a colectividade inteira, o que é aberto e acessível para todos.

Assim, o espaço pública, em oposição ao espaço privado, fechado e focado na privacidade da família, é um espaço aberto a toda a comunidade. É acessível a todos sem discriminação. Espaço compartilhado, lugar de encontros por excelência, é a cena das livres idas e vindas dos indivíduos.

O espaço publico também é um espaço dedicado a várias actividades, de lazer, de descanso, ou só de passagem, que não são necessariamente definidas explicitamente: cada um é livre para fazer o que quiser, dentro dos limites da lei.

1.1.3. Importância do espaço público em Alfama

Em Alfama, a ocupação da rua e do espaço publico em geral é uma prática popular que tem atravessado os séculos de história da zona mais antiga de Lisboa, e que hoje ainda constitui uma das principais marcas da identidade do bairro.

De facto, sendo lugares de encontro e de interacção entre os moradores, as praças, ruas, vielas e becos constituem um factor fundamental de coesão social. São, e sempre foram, espaços de diversidade: diversidade social e diversidade de usos.

O espaço público de Alfama é, finalmente, um elemento chave na imagem da cidade, na medida em que põe em cena a identidade histórica, cultural e paisagística de Lisboa. E também no sentido de que é a cena das interacções entre os indivíduos, mas também entre estes indivíduos e a maneira como se apropriam o espaço.

Assim, avaliar os impactos das intervenções da Reabilitação Urbana no espaço público é fundamental para perceber a realidade do bairro hoje.

1.2. Problemática e Objectivos

Como é que o processo de Reabilitação Urbana em Alfama conduziu a uma gentrificação no bairro?

Quais são os impactos desta gentrificação sobre a apropriação do espaço público pelos moradores?

Através da escolha para análise do Largo do Chafariz de Dentro como espaço público onde houve intervenção de reabilitação, esta questão leva-nos aos seguintes objectivos e sub-questões:

Objectivo 1: Identificar os efeitos morfológicos da reabilitação urbana no espaço público:

- Quais são as alterações que foram feitas no contexto das intervenções de reabilitação nas três últimas décadas?
- Qual é a organização espacial do local em questão?
- Quais são os componentes do largo e a sua envolvente imediata?

Objectivo 2: Perceber os usos e a percepção do espaço pela população:

- Quais são os usos actuais? Quem são os usuários?
- Quais são as principais mudanças de usos que ocorreram depois da reabilitação?
- Qual é hoje a relação da população com o espaço?



Figura 1: Importância do Espaço Público em Alfama. Fonte: Elaboração própria, fotos de arquivo pessoal.

1.3. Metodologia

A metodologia de trabalho cruza uma abordagem quantitativa com uma abordagem qualitativa:

1. Primeiro, tentou-se identificar as principais tendências na evolução sociodemográfica do bairro, libertando-nos de preconceitos sobre a existência a priori de uma gentrificação.

A questão principal era saber se o bairro de Alfama se encontra hoje enfrentando uma verdadeira melhoria das condições de vida, ou unicamente uma mudança na composição sócio demográfica dos moradores do centro histórico. Como aconteceu esta evolução? Foi devida à chegada de novos moradores?

A segunda pista de reflexão focou-se na percepção da crise demográfica do bairro histórico: será que nestas ultimas décadas de reabilitação urbana, o envelhecimento da população continuou? Ou estamos assistindo a uma inversão da tendência, com um rejuvenescimento da população?

E finalmente procurou-se analisar a distribuição espacial de todos estes processos.

Esta fase do trabalho foi baseada na exploração dos dados do GTL de Alfama e de outros dados bibliográficos, que foram completados e enriquecidos por entrevistas realizadas com técnicos do Serviço Social da Unidade de Projecto de Alfama (antigo GTL).

2. Numa segunda etapa, foram exploradas as entrevistas realizadas com um agente imobiliário, um sociólogo do antigo GTL e um arquitecto que participou no processo de RU, com o objectivo de proporcionar um olhar sobre, por um lado, as estratégias residenciais (de partida e chegada) das populações de Alfama, tentando identificar alguns dos factores explicativos. Porque querem os novos moradores viver neste bairro histórico? Nos diferentes processos de revitalização sócio demográfica do centro lisboeta, qual é o papel dos jovens atraídos pela oferta deste bairro? Qual é a realidade dos novos Alfamistas, e qual o seu papel? Podemos então avançar hipóteses sobre a gentrificação? E por outro lado, tentou-se perceber a relação entre o processo de Reabilitação Urbana e a gentrificação: como o é que a reabilitação do bairro favoreceu a emergência e o desenvolvimento deste fenómeno?

3. Numa terceira etapa, realizou-se um trabalho etnográfico, de observação e leitura da paisagem urbana em geral e do espaço público em particular, através de técnicas como a análise fotográfica, e as entrevistas informais com a população. Este trabalho focou-se no estudo de um caso: o Largo do Chafariz de Dentro e a sua área envolvente.

Dois tipos de entrevistas foram realizados:

- No Largo, as pessoas foram escolhidas em relação ao panorama social da rua, através da observação do lugar,
- Nas casas, fomos falar com duas Alfamistas, escolhidas com a ajuda do Serviço Social do GTL.

Estes Alfamistas entrevistados foram convidados a evocar as suas práticas “in loco” em relação ao Largo do Chafariz de Dentro e à sua envolvente, e comentar sobre a percepção da paisagem urbana e a vida social deles nesse espaço.

Também no contexto deste trabalho de terreno, foi realizada uma “visita de rua” (a título experimental, vista a escassez de tempo disponível) em companhia de um morador, seguindo uma abordagem livremente inspirada no “método dos percursos comentados”⁷ (Thibaud, 2001), cuja principal vantagem é o facto de pôr a pessoa “em situação real”: isto porque o resultado acaba por ser francamente mais positivo se o actor reagir à passagem por um determinado edifício ou por uma praça. Esta técnica poderá ser desenvolvida para uma análise mais aprofundada do espaço em questão. (Ver nos Anexos: 7.2.)

⁷ THIBAUD Jean-Paul, 2001, « La méthode des parcours commentés » in Michèle Grosjean, Jean-Pierre Thibaud (éds.), L'espace urbain en méthodes, Marseille, Parenthèses, pp. 79-99.

2. Os “Alfamistas”

Alfama é uma das áreas mais antigas e mais típicas da cidade de Lisboa, localizada na encosta da Colina do Castelo de São Jorge, descendo para o Rio Tejo. O seu nome, derivado do árabe “Al-Hamma” que significa “As Fontes”, explica-se pela presença de águas termais no solo da zona, que foram canalizadas para alimentar as fontes da cidade. Podia-se dizer que o coração popular de Lisboa bate em Alfama, neste labirinto pitoresco de vielas, escadinhas e pátios. As suas casas erguidas em diferentes estilos arquitectónicos reflectem a variedade de povos que ali viveram ao longo dos tempos.

Alfama. Onde começa? Onde acaba?

Mas o que é que concretamente o bairro de Alfama? E onde é que ele se localiza?

Alfama é um bairro de Lisboa que não tem fronteiras claramente definidas, identificáveis baseando-se em padrões de vida, características locais e/ou morfologia estrutural. As referências bibliográficas que foram consultadas para este trabalho diferem mesmo indicando as freguesias que compõem o bairro. Assim, nalguns textos, considera-se que só as Freguesias de São Miguel e Santo Estêvão constituem o bairro. Noutros, fala-se também da Freguesia de São Vicente de Fora, enquanto outros acrescentam ainda a Freguesia da Sé ao bairro.

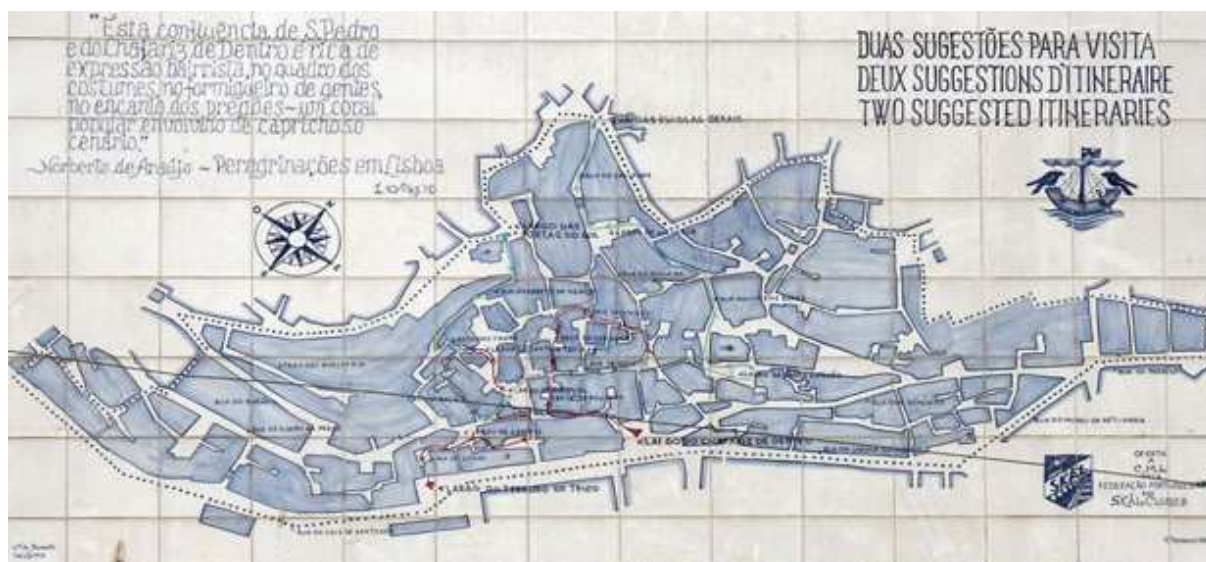


Figura 2: Mapa de Alfama em azulejos, no Largo do Chafariz de Dentro. Foto: arquivo pessoal.

Por um lado, na perspectiva das Ciências Sociais, apresentadas pela sociologia, geografia, antropologia, entre outras. O conceito de “Bairro” é uma categoria abstracta de divisão do espaço, por outro, as Freguesias são categorias político-administrativas da divisão do espaço. Portanto, os limites do Bairro não coincidem com os limites das Freguesias. Os limites do bairro não existem, dependem e mudam de pessoa para pessoa. Podia-se sociologicamente tentar perceber esses limites, fazendo entrevistas com a população do bairro, e pedindo por exemplo que as pessoas desenhassem cartas mentais dos limites do bairro.

O que se pode efectivamente afirmar, é que as freguesias que fazem parte da área do bairro de Alfama são:

- a Freguesia de Santo Estêvão,
- a Freguesia de São Miguel,
- a Freguesia de São Vicente de Fora (parcialmente),
- e a Freguesia da Sé (parcialmente).

As freguesias de São Vicente de Fora e da Sé caracterizam-se por lotes de maiores dimensões, pela presença de logradouros que às vezes até são ajardinados, e por uma rede viária mais larga e regular, o que tem repercussões na tipologia do edificado. Portanto, sendo as casas maiores, isso provavelmente deve ter repercussões sobre a caracterização social da população destas freguesias, que será de maiores recursos económicos.

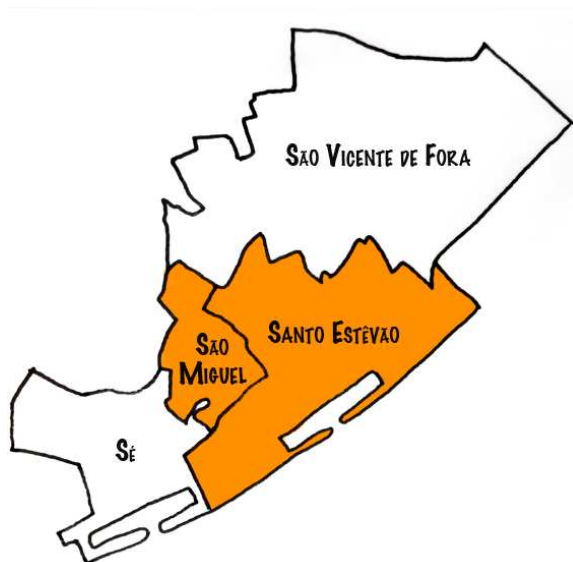


Figura 3: Delimitação das Freguesias de São Miguel e Santo Estêvão. Fonte: Elaboração própria.

Nas entrevistas realizadas com a população no caso deste estudo, reparamos que, para as pessoas com quem tivemos a oportunidade de falar, só as Freguesias de São Miguel e de Santo Estêvão fazem parte de Alfama. Sendo assim, neste trabalho, a palavra “Bairro” refere-se às Freguesias de São Miguel e Santo Estêvão unicamente.

O tecido urbano destas duas freguesias organiza-se em torno das Igrejas de São Miguel e Santo Estêvão. Do ponto de vista da morfologia urbana, apesar da unidade do conjunto, existe uma certa diferença interna entre as duas áreas: observa-se em São Miguel, de povoamento anterior, uma malha ainda mais apertada do que a de Santo Estêvão.

Segundo o sociólogo Joaquim Mendonça Dias⁸, e tendo em linha de conta a homogeneidade do tecido arquitectónico e sociocultural da zona de Alfama, poderemos avançar que o bairro é delimitado:

- a Norte pela Rua Santo António, Rua Augusto Rosa, Largo do Limoeiro, Miradouro de Santa Luzia e Portas do Sol, Rua de São Tomé, Largo Rodrigues de Freitas, Rua Santa Marinha;
- a Nascente, pela Rua de São Vicente, Campo de Santa Clara, Calçada do Cascão, Rua do Museu de Artilharia;
- a Sul, pela Avenida Infante Dom Henrique, Rua Cais de Santarém, Campo das Cebolas, Rua dos Bacalhoiros;
- e a Poente, pela Rua da Padaria.

⁸ Sociólogo da Unidade de Projecto de Alfama (ex GTL de Alfama), entrevistado no dia 6 de Junho de 2011 (ver Anexo 7.1.1.).

2.1. Quem eram?

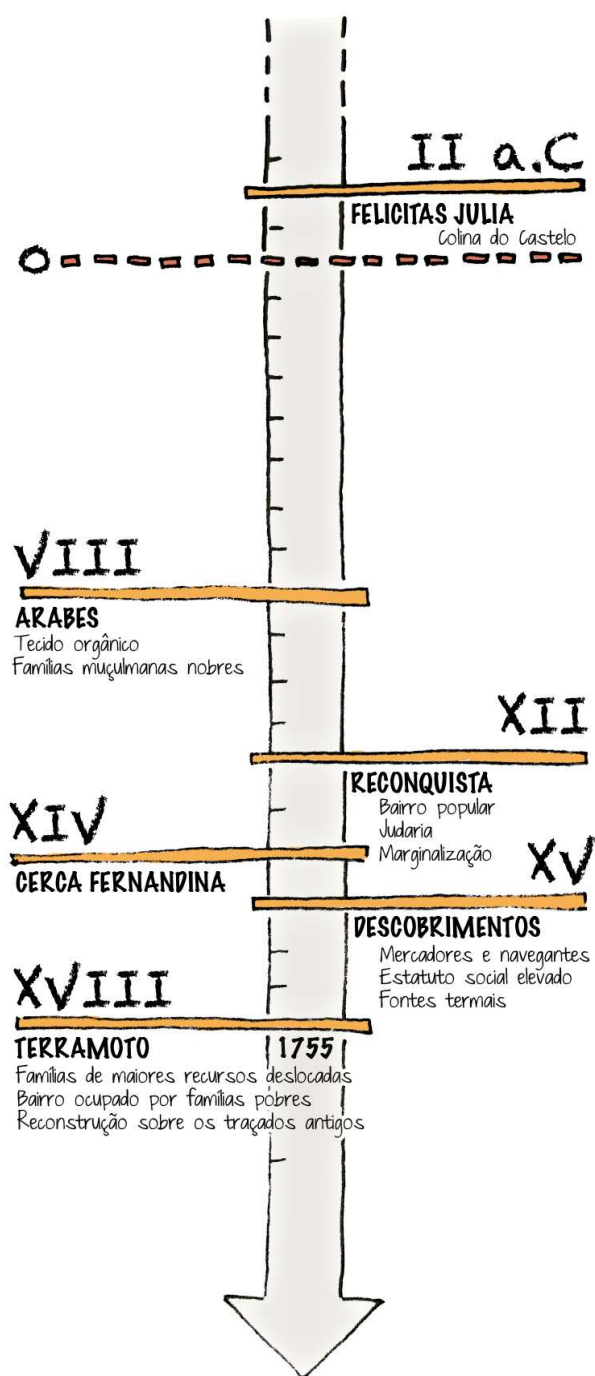


Figura 4: Alfama antes do terramoto. Fonte:
Elaboração própria.

2.1.1. 1755, um antes e um depois

“A composição social popular tem origens históricas profundas, em especial subsequente ao terramoto de 1755. Depois da catástrofe, a população ficou reduzida a metade, e dessa metade, as pessoas com mais possibilidades económicas, deslocaram-se para outras zonas de Lisboa, pelo facto de as melhores casas terem ficado completamente arruinadas, deixando Alfama desabitada. Pensamos pois, que Alfama actual, com todas as características populares, teve a sua origem neste acidente.”

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, p. 83.

Depois do terramoto de 1755, as famílias de maiores recursos económicos que moravam em Alfama optaram por sair de lá, indo para outras áreas da cidade e deixando o bairro demolido e desertificado. Nessa altura, famílias mais pobres ocuparam o lugar deixado pela população anterior, reconstruindo as casas segundo os traçados antigos, e utilizando os destroços do terramoto.

O sociólogo António Firmino da Costa afirma que a história dos Alfamistas de hoje começa com esse evento histórico trágico. O bairro, nessa altura, deixou atrás dele o seu passado de bairro de estatuto social elevado, para passar a ser um bairro pobre e fortemente degradado. Efectivamente, com o terramoto e com a agravação progressiva das condições de vida ao longo dos séculos, as casas de Alfama não foram acompanhando as evoluções dos padrões de conforto (ficaram, até há 30 anos, sem casas de banho, nem cozinhas, nem infra-estruturas), e foram abrigo de população de estratos sociais mais baixos.

2.1.2. A Alfama dos estivadores e das varinas

“A minha mãe nasceu em Ovar, e veio para Lisboa vender peixe. O meu pai nasceu também em Ovar, veio para Lisboa, e depois fixaram-se em Alfama, e isso era ligado ao mar. O meu pai era dos batelões. E a minha família, os meus tios por parte de um e do outro, eram todas pessoas ligadas ao mar e à venda de peixe. E era muito bonito na altura em que eu era miúda: as peixeiras vinham pelas ruas pregoando peixe e vendendo às portas.”

Dona Maria Manuela ALEGRE, 64 anos, Alfamista entrevistada no dia 21-06-2011
(ver Anexo 7.1.5.).

A vida de Alfama esteve desde sempre fortemente relacionada pelas actividades portuárias. Essas actividades foram motrizes durante várias décadas de um importante êxodo rural em direcção ao bairro, que se tornou atractivo para muita gente. Assim progressivamente, à procura de um melhor nível de vida, foi chegando a Alfama uma população oriunda do Norte do país e das Beiras. Homens e mulheres exerceram actividades ligadas ao porto, nomeadamente à estiva e à venda de peixe.

A existência deste elevado fluxo migratório de origem rural para Alfama revela a evidência de que uma grande parte da população do bairro provém de famílias rurais. Esta origem rural materializa-se num modo de vida particular, caracterizado por fortes relações de vizinhança e entreajuda, e um sentimento de solidariedade e pertença a uma comunidade de acolhimento onde se reproduzem as práticas da comunidade de origem. Essas práticas tornaram-se hoje no “cachet” do bairro, no seu selo “popular”.

2.2. Quem são?

“Eu diria que a população antiga representa 60% das pessoas. Depois, deve ter um 30% mais ou menos que esta entre os jovens portugueses e os jovens estrangeiros. E se calhar 10% são as tais classes com mais dinheiro, ou seja as famílias ricas antigas de Alfama, e os jovens que compram as casas de luxo. Esta é a minha visão, que é uma visão de rua. Uma visão de quem anda na rua e fala com as pessoas que estão na rua. Se calhar os 10% que estou a dizer que não fazem vida de bairro, são mais, mas eu não os vejo.”

António MACEDO, Agente imobiliário entrevistado em Alfama no dia 15-06-2011
(ver Anexo 7.1.2.).

2.2.1. “Alfamistas tradicionais” Vs. “novos Alfamistas”

Podem-se distinguir em Alfama dois tipos de população:

- por um lado, a parte que podemos qualificar de “população antiga do bairro”,
- e por outro, uma “população nova”, que começou chegar muito recentemente, na década de 2000.

População Antiga		População Nova		
Origem rural	Origem nobre	Estrangeira	Portuguesa	
Envelhecida, buraco geracional entre idosos e jovens.	Antigas famílias ricas de Alfama.	Estudantes Erasmus, jovens trabalhadores.	“Geração À Rasca”	Habitação de luxo

Figura 5: Os Alfamistas de hoje. Fonte: Elaboração própria, a partir das informações recolhidas nas entrevistas.

2.2.2. Alfamistas Tradicionais: a raiz popular⁹ do bairro

A população antiga do bairro é gente que há algumas gerações já vivia em Alfama, e que ainda hoje continua a ter aquela vida antiga de bairro, de comunidade, de convivência e boa vizinhança.

Esta população divide-se em duas categorias: uma primeira, que quantitativamente é muito mais importante, é de origem rural; enquanto a segunda, minoritária, é de origem nobre.

Portanto, a maior parte da população antiga de Alfama é originária do importante êxodo rural que houve. Hoje em dia, essas pessoas fazem parte do bairro. Normalmente são proprietários, mas há alguns que são arrendatários.

Essa chegada massiva de gente do meio rural nos anos 30-40, população que imigrou dentro do próprio país nesse período difícil de guerra reflecte-se hoje em dia na população envelhecida que permanece no bairro, mantendo activos estabelecimentos de comércio como as “tascas”, restaurantes e casas de fado.

Um facto importante, que foi mencionado por todas as pessoas entrevistadas no bairro, é a existência, hoje em dia, de um verdadeiro buraco geracional, entre estes idosos e uma população muito mais jovem. Aparentemente, isso explica-se por um fenómeno que ocorreu há duas décadas: os filhos e netos desta população “tradicional” do bairro atravessaram uma fase muito difícil (relacionada com a falta de emprego, consumo e venda de drogas) entre o fim da década de 70 e o começo da década de 90. Nessa altura, essas gerações mais novas do bairro passaram, segundo o Agente Imobiliário António Macedo, por uma verdadeira “razia, uma limpeza grande”, por causa do consumo de heroína. Muitos morreram. Outros sobreviveram, mas ficaram debilitados. E muitos acabaram por ir viver

⁹ A palavra “popular” refere-se aqui ao capital sociocultural etnográfico muito forte, de usos e costumes, que faz parte do espírito do local.

para fora do bairro: aqueles que tinham problemas e que queriam estar bem, arranjaram outros sítios para viver.

Além desta população antiga pobre e operária, também existe em Alfama uma população antiga rica, que tem grandes casas e palácios no meio do bairro. Esta população não tem nada que ver com a primeira, mas isso não quer dizer que não se misturam, nem que as relações de vizinhança não sejam boas.

2.2.3. Novos Alfamistas, Novo sopro de vida

A nova população que está a chegar ao bairro desde o começo da década de 2000, é uma população que não tem nada que ver com Alfama. Trata-se de uma população mais jovem, que está a ir viver no bairro desde que começou a “febre da reabilitação” em Lisboa, há dez anos. Houve nessa altura uma mudança de paradigma, na medida em que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu dar mais importância à reabilitação do núcleo antigo de Lisboa, tentando assim recuperar o desequilíbrio gerado pela construção massiva nas periferias. Construção massiva essa, que levou a um importante despovoamento da cidade. A partir de ali, começou a criar-se a ideia de que, como em outros bairros, em Alfama era preciso reabilitar. Os prédios reabilitados deixaram de ter apartamentos pequenos, para passar a ter áreas maiores: juntavam-se duas ou três casas, para fazer uma maior. Hoje, segundo António Macedo, nalgumas zonas de Alfama, as casas continuam a ser relativamente pequenas em media, mas não tão pequenas como eram antigamente. Os arquitectos começam fazer intervenções luxuosas por preços que não estão ao alcance da população de Alfama. Portanto há hoje em dia apartamentos de luxo no meio de Alfama também.

Estrangeiros: estudantes Erasmus e jovens trabalhadores

Na última década, a população estudante estrangeira entrou de repente em Lisboa em força, e precisou de casas. Alfama era o bairro que supostamente tinha arrendamentos baratos. Era famoso por isso. Portanto, rapidamente o bairro histórico tornou-se o alvo da procura de habitação por esses estudantes. No entanto, também havia também o interesse pelas características estéticas do sítio, a história do lugar, etc. Estes jovens Erasmus que primeiro arrendavam casas pequenas, tentam agora arrendar casas maiores em conjunto, porque as rendas no bairro subiram muito depressa.

Esta crescente procura por parte dos estudantes estrangeiros de apartamentos em Alfama, junto com o número cada vez mais importante de turistas interessados em alojar-se no núcleo antigo da cidade, em vez de ir para um hotel, levou à nova tendência à que assistimos hoje em dia em Alfama: à dos proprietários privados reabilitando prédios para arrendamento. Uma solução comum é por exemplo alugar as estudantes durante o ano lectivo, e depois a turistas durante o verão. Assim, as casas nunca ficam vazias.

Portugueses: “Geração À Rasca” Vs. “Geração Bobo”¹⁰

Ao mesmo tempo, começou a chegar ao bairro a “Geração À Rasca”, população de jovens portugueses, que tem um alto nível de educação (muitos tiraram cursos superiores), mas que tem dificuldade em arranjar emprego. São pessoas que não vêm grandes soluções de vida em Portugal mas que querem ficar no país. Muitos deles não têm os mesmos objectivos materiais que as pessoas das gerações mais velhas tinham. Querem trabalhar, mas também querem viajar, estudar noutros países e voltar, etc. Geralmente, são pessoas que não têm empregos fixos, portanto não têm grandes possibilidades económicas, em parte pela

¹⁰ Bourgeois-bohème, tradução francesa do inglês (bourgeois bohemian), a formulação é-nos apresentada por David Brooks em Les Bobos, F. Massot, Paris, 2000 (trad., par Marianne Thirioux et Agathe Nabet, de Bobos in Paradise: the new upper class and how they got there, Simon & Schuster, 2000).

situação económica do País, mas também por opção. Juntam-se a partilhar casas, como os estudantes Erasmus.

Estes portugueses são de Lisboa, ou de zonas à volta de Lisboa, e querem viver no centro da cidade. A maior parte deles escolheu ir de transportes públicos em vez de ter carro. Portanto, é uma população que quer viver mesmo no centro e com objectivos de vida completamente diferentes dos que então haviam há vinte anos atrás: é gente que gosta de viajar, gosta de ter experiências, são pessoas que não são agarradas a coisas materiais, que dão mais valor a ter uma vida flexível do que a fixarem-se em qualquer lado. Portanto, são pessoas que são dispostas a arrendar casas baratas em zonas centrais para não ter problemas de locomoção.

Por outro lado, existe uma população de jovens “bobos” portugueses, que estão a comprar casas em Alfama porque gostam do sítio. Muitas vezes são jovens casais, engenheiros, arquitectos, advogados, etc. Compram casas de luxo, mais modernas, inteiramente reabilitadas por jovens arquitectos e designers.

Segundo António Macedo, Agente Imobiliário entrevistado em Alfama (ver Anexo 7.1.2.), este último tipo de população, junto com as famílias da antiga nobreza do bairro, são aqueles que se misturam menos e que têm menos tendência de fazer vida de bairro.

2.2.4. Uma população envelhecida e um despovoamento persistente

Os dados do Censo de 2001 (INE) mostraram que já nessa altura a população de Alfama era uma população envelhecida. O número de jovens com menos de 20 anos era de 635, claramente inferior ao valor da população dos 20-40 anos, que era de 919. A restante população, dos 40 aos 90 anos ou mais, era de 2.270 habitantes, o que representava mais do triplo do que o número de jovens de menos de 20 anos. E enquanto que estes jovens representavam apenas um sexto da população residente no bairro, os moradores com mais de 65 anos eram 1.089 habitantes, ou seja quase um terço da população total do bairro, que na altura era de 3.824 alfamistas. Estes valores correspondem ao que acontecia ao nível nacional, onde a estrutura etária já apresentava as características de um país envelhecido. Os índices de Lisboa também traduzem esta tendência.

Hoje em dia, a chegada dos novos alfamistas não parece ter uma escala bastante significativa para concluir que esta caracterização da população mudou. Assim, a maior parte da população alfamista é ainda constituída por pessoas idosas, sozinhas, que vivem no bairro desde sempre.

Por outro lado, o bairro de Alfama tem conhecido um despovoamento progressivo ao longo das últimas décadas. Esta perda de população explica-se por vários factores. Além da morte natural das gerações mais antigas, e da diminuição das migrações internas no país que estiveram na origem do forte crescimento populacional durante a primeira metade do século XX, o processo de Reabilitação Urbana teve (e ainda tem) um papel importante neste fenómeno. Com efeito, o número crescente de prédios fechados e de obras paradas tem um forte impacto sobre a capacidade atractiva do bairro, não só para populações externas, mas também para famílias que moraram lá toda uma vida, foram realojadas fora do bairro, e nunca mais voltaram por causa de projectos de reabilitação que nunca foram levados a cabo. Por outro lado, as iniciativas privadas de reabilitação da última década desembocaram numa subida considerável das rendas, que hoje estão fora do alcance das pessoas:

“Hoje há muito prédio fechado. Uma parte da população morreu. O privado é quem compra agora. Compram os prédios, e fazem de novo. E depois as rendas são as actuais. Nos não podemos pagar isso. Mas de maneira nenhuma! Nem a minha reforma chegava!”

Dona Maria Fernanda SILVA, Alfamista entrevistada no dia 20-06-2011
(ver Anexo 7.1.4.).

2.3. Como vivem?

“A malha urbana materializa-se num traçado irregular de becos, vielas e escadinhas, situado na encosta que desce do Castelo até ao Tejo. As casas são velhas, baixas e pobres. Espalhados pelo bairro, encontram-se, em elevado numero, edifícios nobres e antigas mansões burguesas. É um espaço extremamente fechado sobre si próprio, sem ruas largas e direitas que o atravessem. Entra-se no bairro como num mundo à parte, defendido do movimento da cidade que o envolve.

A este carácter de fecho sobrepõem-se a densidade, a intensidade e a repetição das interações quotidianas dos seus habitantes. A rua é intensamente utilizada. Ali se encontram as vizinhas, brincam os miúdos, conversam os homens. À noite, em certos locais, o convívio é intenso, sobretudo no tempo mais quente: fala-se, dança-se, ouve-se um fado.” (Costa, 1999).¹¹

2.3.1. Alta densidade

Uma das particularidades do bairro é a alta densidade populacional que nele se verifica, e que o caracteriza desde sempre. Tratando-se de uma área constituída de prédios baixos e antigos, e visto o decrescimento de habitantes ao qual se tem assistido nas últimas décadas tanto em Lisboa como em Alfama, pode resultar difícil imaginar que a zona tenha uma das mais elevadas densidades da cidade. Não obstante, é assim.

Freg.	Anos													
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
SM	2256	2824	3299	3274	3696	3908	3457	3594	3550	5614	4030	3522	2613	1777
SE	3505	4129	4909	5345	5943	6139	5784	5721	4808	7395	5353	4610	3192	2047
Total	5761	6963	8202	8619	9637	9947	9241	9315	8358	13009	9383	8135	5805	3824

Figura 6: Evolução da População de Alfama. Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

O último censo de 2001 registou em Alfama uma população de aproximadamente 4.000 habitantes, no total de valores da Freguesia de Santo Estêvão e de São Miguel. Nos anos 60, o bairro tinha atingido a cifra máxima da sua população: cerca de 13.000 habitantes. Mas a comparação dos resultados dos dois últimos censos revela uma perda de quase a metade da população do bairro, entre o começo da década de 1990 e o começo da década da década de 2000.

Alfama ocupa uma área de aproximadamente 26 hectares, em que Santo Estêvão ocupa 21 ha e São Miguel 5 ha. Em 1960, o bairro tinha uma densidade de 500 hab/ha, o que é classificado como uma zona densamente povoada. Hoje, com os seus 3.824 habitantes¹², Alfama tem uma densidade de 147 hab./ha.

O tecido urbano de malha muito apertada, e a pequena dimensão da grande maioria das casas, contribuem para que apesar de o total de população ter diminuído tanto, a densidade populacional continue a ser bastante elevada.

Estes valores não têm o mesmo significado que em zonas urbanas de outros tipos, devido às características ecológicas e urbanísticas do bairro. Existem zonas que podem suportar estes índices populacionais, ou índices até bastante superiores, tendo uma tipologia de construções diferente da tipologia existente em Alfama, que permita isso, como grandes prédios em altura. Porque no caso de Alfama, os edifícios têm no máximo 5 ou 6 andares, sendo muitos desses andares acrescentados aos edifícios iniciais do bairro.

¹¹ COSTA, António Firmino da, “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”.

¹² Segundo o Censo de 2001.

2.3.2. Boa vizinhança, sempre na ordem do dia

Além de ser uma área envelhecida, Alfama apresenta um tecido social com características bem particulares, ligadas à história do bairro, que foi abrigando essencialmente populações de origem rural. Assim, na Alfama dos anos 90, a maior parte da população era de baixos recursos económicos, como também era de baixos níveis de escolaridade, e exercia profissões muito pouco qualificadas.¹³ Qual é a situação de hoje?

A recente chegada de novos moradores, jovens, activos, e com maiores níveis de educação, pode evidenciar nas próximas décadas algumas modificações no tecido social que, embora hoje sejam em pequena escala, não devem ser subestimadas. Com efeito, podem transformar-se numa nova tendência de evolução que, a um certo prazo, pode conduzir a uma alteração importante do tecido social do bairro.

Mas além de morar em Alfama, qual é a contribuição desta nova população jovem para a vida do bairro? Como se integram à vida do bairro, e como coabitam com os Alfamistas tradicionais?

Segundo António Macedo, esses jovens que optaram viver lá porque gostaram do lugar, estão hoje a envolver-se na vida do bairro e a criar métodos de apropriação dos espaços, tendo uma vida nocturna nos bares, introduzindo actividades culturais, envolvendo-se na organização de “arraias” e de outros eventos, abrindo bares onde depois organizam actividades, e criando associações:

“Por exemplo, a associação “Alfama-te” organiza jantares todas as semanas, que se chamam “Alfama-te a dez”: vêm dez pessoas desconhecidas jantar num pátio. O que fazem, é que eles combinam com a população residente para fazer o jantar à frente da casa deles, e a velhota da casa vai cozinhar para os dez convidados. Isso cria envolvimento com a população residente mais antiga e popular.”

António MACEDO, Agente Imobiliário entrevistado no dia 15-06-2011
(ver Anexo 7.1.2.)

E segundo “Alfamistas tradicionais” entrevistados, a coabitação faz-se naturalmente:

“O bairro é acolhedor. E a população sempre se misturou bem. As pessoas do bairro sempre foram pessoas afáveis. Não foram barreiras para ninguém.”

Dona Maria Manuela ALEGRE, Alfamista entrevistada no dia 21-06-2011
(ver Anexo 7.1.5.)

2.3.3. A Rua como prolongamento da Casa

Para quem passeia hoje pelas ruas de Alfama, o ambiente parece sem dúvida muito popular. Todos os dias, desde a manhã até à noite, os diversos pequenos comércios de bairro (tascas, restaurantes, leitarias, lojas de souvenirs) drenam um fluxo contínuo de transeuntes, turistas, vendedores ambulantes, e curiosos. Muitas são também as pessoas que em diferentes momentos do dia param na rua para cumprimentar um conhecido, conversar, descansar, e observar as pessoas que passam. O ambiente sonoro da rua é sempre animado, com todas as vozes que se entrelaçam, muitas vezes em diferentes línguas, e às vezes com alguma nota de fado em fundo sonoro distante, provendo de alguma tasca, nalguma viela. E os Alfamistas, a qualquer hora do dia, estão presentes: olhando curiosos para a rua desde as janelas, conversando às portas das casas, ou simplesmente sentados nalgumas das numerosas escadas do bairro.

Estes hábitos foram herdados ao longo do tempo, de geração em geração. As casas sendo muito pequenas, o clima favoreceu que o espaço público funcionasse como uma

¹³ SANTOS SILVA, Cristina, *Reabilitação Urbana e Satisfação Residencial em Alfama*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, ISCTE, 1994.

continuação da habitação. E assim, as pessoas foram cozinhando, comendo e coabitando fora das casas.

“O sítio propriamente onde eu morava era um espaço pitoresco, porque é de escadinhas, mas depois faz aqueles larguinhos, que nos até chamamos alguns “pátios”. O prédio onde eu morava tinha várias entradas, e à frente da porta por onde eu entrava a minha casa, tinha um larguinho com gradeamentos. E esse largo era-nos útil, porque dava-nos uma certa tranquilidade. No verão, acendíamos o nosso fogareiro e assávamos o nosso peixe. Era um espaço público também, mas que de algum modo, nos preservávamos. Enfeitávamos, comprávamos (e nessa altura a Junta também deu uma certa ajuda) floreiras. Tínhamos muitas jardineiras. Pronto, cuidávamos de aquele espaço. E incentivamos alguns moradores também a preservarem o espaço público. E era fotografado pelos turistas.”

Dona Maria Manuela ALEGRE, Alfamista entrevistada no dia 21-06-2011
(ver Anexo 7.1.5.)

A vida em Alfama...

“As vantagens de viver em Alfama? São muitas! São o amor que a gente tem ao bairro. São a convivência, a proximidade com as pessoas que a gente habituou-se toda uma vida a ter. O você estar num sítio, e acordar de manhã com o som dos passarinhos a cantar. Quase como se estivesse numa aldeia. O domingo ouvir o sino a tocar, e as pessoas a passar para a missa. O ir à mercearia, o ter o talho ao pé, o ter o balneário público ao pé, o ter o café ao pé. Tudo ao pé de casa. Depois, o ter uma rede de transportes fiável. Agora o metro em Santa Apolónia vem nos trazer realmente muita vantagem. Também tem ali o comboio e os autocarros. E depois temos uma coisa muito bonita, que é o querer andar a pé! Você vai para a Baixa. E eu fazia isso de miúda em 10 minutos. Eu ia para a Baixa pelas ruas de Alfama: ia até à Sé, e da Sé, estava na Baixa!”

Dona Maria Manuela ALEGRE, Alfamista entrevistada no dia 21-06-2011
(ver Anexo 7.1.5.)

3. O espaço público nas políticas de Reabilitação Urbana em Alfama

3.1. Dinâmicas Territoriais e Gentrificação na AML

3.1.1. Crescimento das periferias e desertificação do centro

Nos últimos 30 anos, o concelho de Lisboa perdeu cerca de 100.000 habitantes por década, e passou de 800.000 habitantes para o meio milhão actual.

1960	1970	1981	1991	2001
802.230	769.044	807.937	663.394	556.797

Figura 7: Evolução da População na AML (1960-2001). Fonte: Censos, INE.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o êxodo rural provocado pela industrialização urbana intensificou a urbanização da cidade, tendo como consequência o desenvolvimento de subúrbios, que passaram a formar a “Área Metropolitana de Lisboa”. Uma parte desta população de origem rural foi instalar-se nos bairros antigos de Lisboa, reunindo-se com familiares que já lá estavam, agravando a forte densidade populacional destes bairros, que na altura já estavam num estado avançado de degradação.

A seguir, na década de 70, a entrada de população regressada das antigas colónias portuguesas, aumentou o número de residentes de Lisboa e trouxe novos processos de crescimento às periferias. Muitos bairros nos subúrbios registaram na altura um forte crescimento, alguns desenvolvendo-se de maneira informal.

A partir desse momento, o crescimento urbano foi caracterizado por dois processos simultâneos de reorganização do território: o crescimento das periferias e a desertificação do centro.

A cidade foi estendendo-se de maneira acelerada até atingir os concelhos periféricos, onde se implantaram unidades industriais e grandes bairros residenciais. Esta suburbanização conduziu à saída de uma população em idade activa, que encontrou respostas às suas necessidades nas ofertas imobiliárias da periferia. Foi assim que as zonas centrais do concelho de Lisboa começaram a perder população. Despovoamento que foi em parte fomentado pelo processo de terciarização, que promoveu a implantação do comércio e dos serviços nessa área, acompanhando-se pela especulação do preço da habitação, conduzindo à saída de população motivada pela necessidade de comprar casa em zonas mais acessíveis.

Nas duas últimas décadas, as periferias continuaram a sua expansão: “*Construiu-se em Lisboa, nas décadas de 90 do século passado e primeira deste, ao triplo do ritmo da Europa!*” (Filipe LOPES, arquitecto entrevistado no dia 18-06-2011, ver Anexo 7.1.3.)

3.1.2. Reabilitação Urbana e inversão do fenómeno de despovoamento

A partir dos meados da década de 90, com o evento de Lisboa Capital da Cultura, começou-se a preparar a cidade para a Expo 98. O executivo da CML pretendia acompanhar o processo de preparação da cidade para esse grande evento. Existia um núcleo de trabalho no Parque das Nações que planeava e projectava a cidade imaginada, produzida à partir da questão dos oceanos que era a palavra mote. E por outro lado, a CML, através da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU), começou recuperar a cidade histórica. O projecto urbano de RU no centro da cidade, no casco histórico, era um projecto de intervenção na cidade antiga, no espaço urbano consolidado.

A partir daí, a existência de casas com valor arquitectónico e residentes com novos estilos de vida tem vindo a alterar a situação de saída do centro para a periferia, e iniciou um fenómeno inverso de regresso ao centro. A saída para a periferia deu lugar à entrada de alguns para residirem no centro histórico da cidade. Portanto, existe hoje uma faixa de população que está voltando às zonas centrais da cidade.

“(…) são pessoas que pensaram, raciocinaram, e encontram em Alfama uma vantagem, uma alternativa: viver num sítio que tem alma, identidade cultural, historia, passado, hábitos enraizados, e ainda por cima no centro da cidade em vez de se instalarem nas urbanizações periféricas da cidade, sem alma e sem identidade.” (Joaquim MENDONÇA DIAS, sociólogo entrevistado no dia 06-06-2011, ver Anexo 7.1.1.)

3.1.3. Da Reabilitação à Gentrificação

Assim, o centro de Lisboa tornou-se mais caro, mas também mais atractivo para novos residentes, com estilos de vida que valorizam o ambiente urbano do centro das cidades.

Por outro lado, o processo de RU foi tomando forma no começo dos anos 90. Uma parte da população de bairros antigos como Alfama (que era a população “tradicional” desses bairros) teve que ser realojada fora do bairro pela CML. Realojamento que era supostamente provisório, esses moradores devendo voltar às casas uma vez as obras acabadas. Assim, em pleno processo de RU, muitos residentes tradicionais saíram de Alfama, e foram realojados em Chelas ou na Quinta de Ourives. Muitos deles, até hoje, não voltaram, porque as obras ficaram paradas, ou porque tinham demorado demasiado tempo:

“Tínhamos algumas casas em Chelas, que aliás foram construídas no final da década de 80 para realojar as pessoas. Essas casas não foram bem pensadas, porque eram grandes e boas demais. As pessoas realojadas já não queriam voltar a o bairro. Até porque entretanto tinham comprado móveis, que já não cabiam na casa velha que era mais pequena.” (Filipe LOPES, arquitecto entrevistado no dia 18-06-2011, ver Anexo 7.1.3.)

Verifica-se que a política de intervenção da época se baseava na introdução das condições mínimas de habitabilidade deixando ao máximo a tipologia habitacional existente. Deste modo mantiveram-se fogos com áreas muito reduzidas o que inviabilizou o retorno de algumas famílias (normalmente as que tinham um agregado familiar maior).

Esta mudança dos residentes tradicionais, acompanhada na última década pela chegada de novos moradores de classe social mais elevada, caracteriza a tendência de “Gentrificação”, analisada pela primeira vez em 1964 pela socióloga britânica Ruth GLASS:

“Um a um, muitos dos quarteirões da classe trabalhadora de Londres têm vindo a ser invadidos pela alta e baixa classe média. Modestos estábulos e casas de campo de dois andares têm sido alteradas quando o seu contrato de arrendamento inicial termina, tornam-se residências caras e elegantes ... Quando este processo de “gentrificação” começa num bairro avança rapidamente até todos ou muitos dos ocupantes originais da classe trabalhadora serem deslocados e todo o carácter social do bairro é modificado”.

(Glass, 1964)

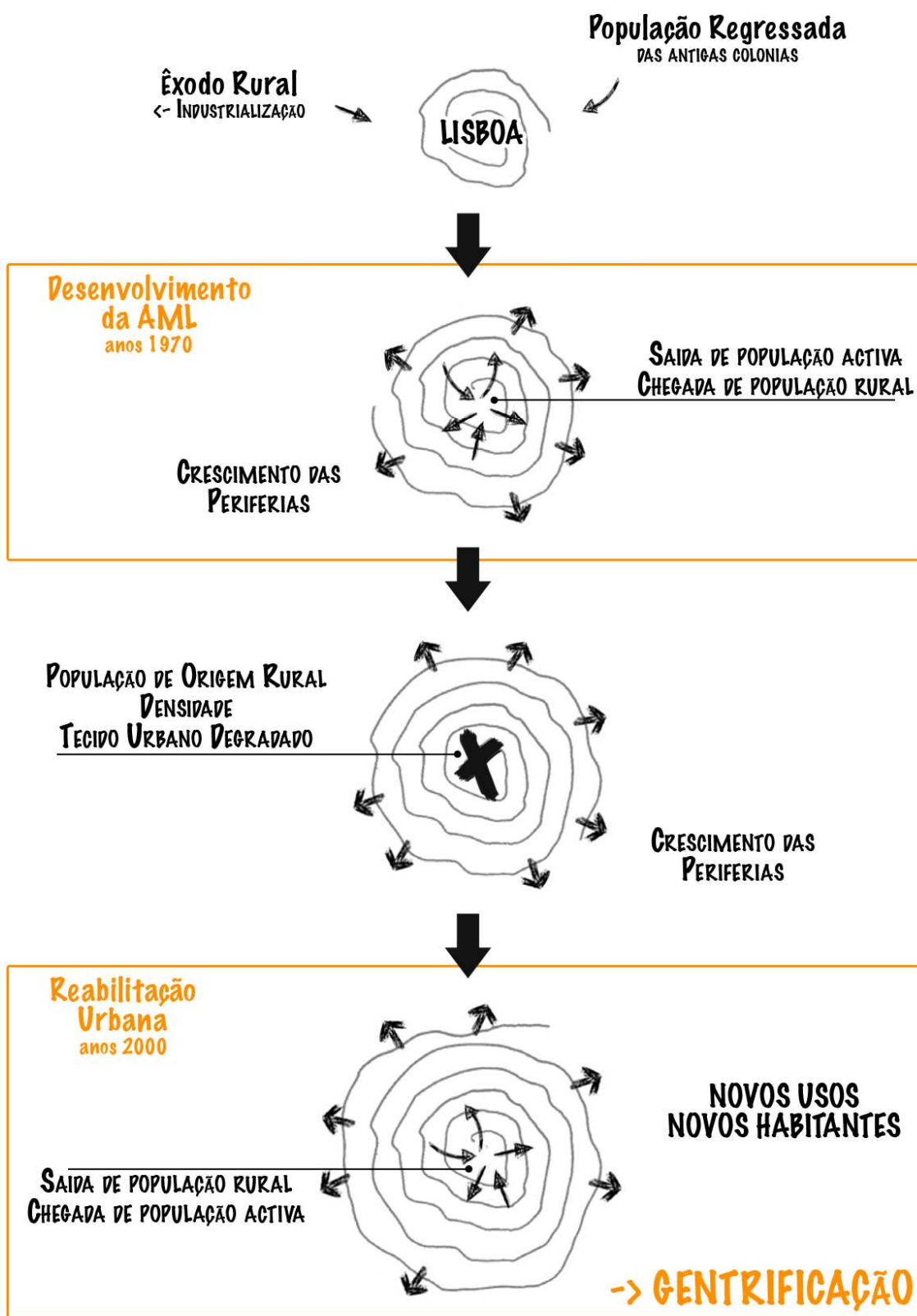


Figura 8: Urbanização e Gentrificação na AML. Fonte: Elaboração própria, em síntese das leituras efectuadas sobre o tema.

3.2. A RU em Alfama: das “Intervenções Mínimas” às “Mega Empreitadas”

Em Alfama, o processo de Reabilitação Urbana Integrada teve como origem os movimentos de opinião dos meados dos anos 1980. Os residentes nessa altura chamaram a atenção da opinião pública, da CML e do Governo, para a degradação habitacional e a necessidade de valorização cultural do núcleo histórico da cidade. Em resposta a esses movimentos sociais, foram criados nos anos 86-87 os Gabinetes Técnicos Locais (GTL) de Alfama, da Mouraria e do Bairro Alto, e institucionalizadas as respectivas Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística. Foi no começo dos anos 90 que o processo de Reabilitação Urbana (RU) fez os seus primeiros passos.

Hoje, depois de 30 anos de intervenções, existem muito poucos trabalhos de avaliação dos impactos sociais destas operações de RU. As referências bibliográficas mais recentes que chegamos a consultar¹⁴ são publicações do final dos anos 90. Essas fontes explicavam o desenvolvimento do processo, na sua primeira década de aplicação. Sendo assim, optamos para esta parte do estudo entrevistar alguns dos actores da RU, no objectivo de obter uma visão mais actualizada da situação.

Esta decisão enriqueceu a nossa abordagem, na medida em que descobrimos através das entrevistas que as décadas de 1990 e 2000 marcaram dois momentos bem distintos no Processo de RU, que nos pareceram interessantes de comparar.

Os dois actores entrevistados foram o sociólogo Joaquim Mendonça Dias da Unidade de Projecto de Alfama (antigo GTL de Alfama), e o arquitecto Filipe Lopes, que foi Director da Reabilitação dos Bairros Antigos de Lisboa, de 1990 a 2000. Os dois, entrevistados individualmente, chamaram a atenção sobre a importância de distinguir entre as duas grandes fases da RU em Alfama, que são:

- a fase das “Intervenções Mínimas”, que durou desde 1990 até 2000,
- e a fase das “Mega Empreitadas”, que decorreu na década de 2000.

3.2.1 A RU das Intervenções Mínimas

No começo da década de 90, em resposta às reivindicações dos moradores do bairro, foi desenhado um modelo de gestão particular do controle da iniciativa privada, precisamente para evitar que ocorresse a *gentrificação*. Chamava-se RU de Intervenção Mínima, acudia ao edificado em mau estado de conservação, e privilegiava a permanência da população que vivia nos bairros.

Com efeito, a opção de trabalho nessa altura centrou-se em tentar responder às necessidades dos alfamistas, aceitando a vontade que tinham a ver com as suas condições de habitabilidade melhoradas, e respeitando o desejo deles de não querer sair do bairro, pelo facto de estarem demasiado apegados para o querer abandonar. Sendo assim, o objectivo primeiro era reabilitar, mantendo a população local:

“O nosso trabalho foi uma experiencia muito virada para o social e para os pobres. Essa intervenção mínima permitiu manter nesses bairros uma grande parte da população. Portanto, se hoje em dia ainda há uma certa vida popular local que dá, nesta altura das festas populares, aquele ambiente de bairro, é porque se conseguiu manter uma parte da população que tem esses hábitos, que inclusivamente esta adaptada às condições de vida naqueles bairros (porque efectivamente aqueles ruas estreitas e casas pequenas, não são favoráveis e não são aceites pela população mais “aburguesada”). Aquelas pessoas estão habituadas e gostam daquele ambiente, tanto que não queriam sair. Foram saindo depois.” (Filipe LOPES, arquitecto entrevistado no dia 18-06-2011, ver Anexo 7.1.3.)

¹⁴ Trabalhos de António Firmino da Costa (1999) e de Cristina Santos Silva (1994).

Montou-se um sistema de reabilitação económica, que permitiu fazer obras (deslocando os moradores quando era necessário), enquanto se fazia um esforço que procurava que se evitasse aumento das rendas.

Era um modelo progressivo, cujo objectivo era acudir às situações mais gritantes, mais urgentes, daquele edificado que se encontrava em pior estado de conservação. As obras eram de intervenção mínima: realizavam-se as obras indispensáveis para dignificar a qualidade do habitat. Recuperava-se o edifício restituindo-lhe a salubridade e introduziam-se nos alojamentos, a cozinha e a casa de banho, quando inexistentes. As obras realizavam-se sempre com o cuidado de não serem dispendiosas, pelo custo mínimo, evitando orçamentos elevados. O facto de se privilegiar custos controlados, implicava que os proprietários que recebiam as participações para reabilitar as suas propriedades não aumentassem muito as rendas às pessoas que lá viviam. Portanto, a exclusão daquelas pessoas que viviam no bairro também era controlada.

3.2.2. A RU das Mega Empreitadas

No final dos anos 90, a visão da CML tinha mudado, focando-se mais na ambição de preparar a cidade de Lisboa e o seu núcleo histórico a uma abertura ao turismo sem precedente. Definiu-se um novo conceito, a reabilitação urbana deixaria de ser dispersa e de só acudir aos casos mais urgentes para passar a concentrar-se em projectos urbanos específicos, indutores de reabilitação urbana concentrada, pretendendo-se um processo mais dinâmico e com maior visibilidade. Foram desenhados politicamente, pelo executivo da altura, os Projectos Integrados e Acções Especiais da DMRU. Um por cada bairro histórico em que a RU intervenha. Com a criação de equipamentos socioculturais no interior dos bairros históricos:

“Estes tornavam-se aptos para estabelecerem um equilíbrio em termos de oferta da cidade antiga ao mundo, num futuro que se avizinhava promissor turisticamente e que a cidade antiga e os seus bairros seriam uma mais-valia.” (Joaquim MENDONÇA DIAS, sociólogo entrevistado no dia 06-06-2011, ver Anexo 7.1.1.)

A partir desse momento, tudo começou a mudar, por várias razões. Uma delas foi a própria atenção que a cidade e o seu centro histórico, nomeadamente os bairros antigos, começaram a ter a diferentes escalas: passamos de uma atenção à escala local para uma focagem europeia e internacional. A identidade urbana de carácter popular desses bairros, constitui-se numa potencialidade a explorar. Concentram-se atenções no centro histórico de Lisboa e por conseguinte em Alfama.

Automaticamente, agentes imobiliários, promotores, grandes investidores, descobriram o “filão de ouro”, e começaram a fazer investimentos e o bairro começou a estar sobre pressão.

Alguns anos depois da EXPO, o executivo da CML muda da esquerda para direita (em 2002/2003), e o neoliberalismo que já espreitava assume-se descaradamente nestas zonas e acaba por ser preponderante em termos de gestão urbana, quer pública, quer de incentivo privada. É assim que a *gentrificação* inevitavelmente aparece, e de uma forma “descontrolada”, a partir dos anos 2000:

“O modelo de intervenção controlada que permitia reduzir a gentrificação e favorecia o enraizamento da população residente, passou à história!” (Joaquim MENDONÇA DIAS, sociólogo entrevistado no dia 06-06-2011, ver Anexo 7.1.1.)

3.3. Os Projectos Integrados (PI): Intervenções no Espaço Público

Os projectos de intervenção no Espaço Público surgiram nos últimos anos da primeira fase da RU, quando se começou a pensar preparar o centro histórico mais para os turistas do que para a população residente.

Foi nessa altura que foram criados os Planos Integrados de Reabilitação Urbana: dentro dos cinco bairros históricos centrais identificaram-se zonas de interesse, em torno a edifícios de que estavam de certa forma abandonados, inoperantes, e definiu-se uma forma articulada e integrada de intervir. Intervenção “integrada” porque pressupunha a implementação de acções nos vários domínios da vida social - físico, económico, social e cultural, através de parcerias nas vertentes do planeamento, do financiamento e da decisão, partilhando responsabilidades e encargos.

Pretendia-se através destes projectos recuperar um parque edificado de valor patrimonial que era preciso valorizar, introduzindo animação sociocultural e revitalizando economicamente as zonas alvo destas operações.

As intervenções previstas não se destinavam unicamente aos edifícios habitacionais, mas também aos equipamentos e aos espaços públicos, grande novidade que aportava esta abordagem. Assim, a ideia era dinamizar o processo de reabilitação a nível geral.

Primeiro foi criada dentro da DMRU uma Divisão de serviços específica denominada Divisão dos Projectos Integrados e Acções Especiais (DPIAE). Tinha por competência fundamental planear e programar urbanisticamente e arquitecturalmente as funções a atribuir a cada um dos edifícios identificados como alvo das operações de PI.

Para aferir qual a melhor função a atribuir a cada equipamento de bairro, foram constituídos, respectivamente, foros de discussão participada com os agentes locais mais representativos. Chamavam-se os Grupos de Pilotagem dos PI. Havia uma ideia que se aperfeiçoava em cada reunião, estabelecia-se a pouco e pouco a ideia do “que é que seria necessário fazer ali?”, com os chamando parceiros representantes do bairro, e parceiros exteriores à própria autarquia, que tinham a ver com a gestão destes bairros na cidade, tais como o turismo, a economia, etc.

Dessas discussões, no caso concreto do PI de Alfama que tratava do Largo do Chafariz de Dentro e de uma área envolvente:

“surgiu a ideia de que era necessário ter, dentro da cidade, um espaço que honrasse o Fado, a música popular de Lisboa. Logo esta ideia ganhou forma, e obviamente tinha que ser em Alfama por tradição.” (Joaquim MENDONÇA DIAS, sociólogo entrevistado no dia 06-06-2011, ver Anexo 7.1.1.)

4. Etnografia do Largo do Chafariz de Dentro. Testemunho ou vítima do processo de RU?

4.1. O Chafariz de Dentro, um ponto de referência no bairro

Como já mencionado anteriormente, uma das especificidades do bairro de Alfama, que permitiu e consolidou a instalação e a permanência da sua forte identidade cultural, é a sua malha urbana. Uma malha urbana apertada que permitiu que o espaço público, dada a exiguidade do espaço privado, se constituísse como elemento estruturador das vivências locais, dando lugar ao desenvolvimento ao longo dos séculos do que poderíamos chamar um “modo específico alfamista de apropriação do espaço público”.

Com efeito, o espaço fechado, de becos apertados, ruas estreitas e pequenos largos intensamente utilizados pelos vizinhos nas suas interações quotidianas, contribuiu para a expressão no bairro de um estilo de vida genuíno, que hoje constitui um capital patrimonial que é importante preservar.

Neste espaço singular, o Largo do Chafariz de Dentro situado ao fundo da encosta é, e sempre foi, um dos principais pontos simbólicos de referência, constituindo-se como um verdadeiro centro da vida no bairro ao ponto de parecer natural e inevitável que desagüem neste largo ruas e pessoas. A sua localização quase estratégica na fronteira entre as freguesias de São Miguel e de Santo Estêvão, reforçou a centralidade deste importante ponto de ligação entre as pessoas.

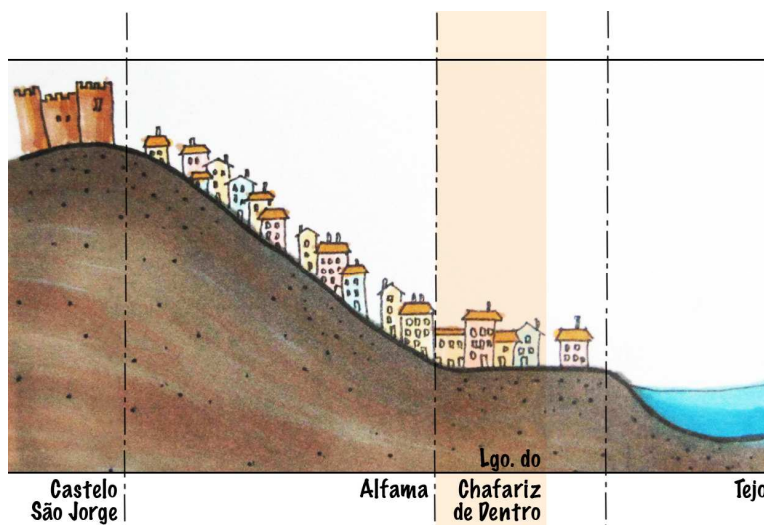


Figura 9: O Largo, ao fundo da encosta. Fonte: Elaboração própria.

O Largo, baptizado por alguns moradores como “O Rossio de Alfama”, também materializou outrora a importância histórica da ligação da população ao rio, bem como a importância simbólica das águas nas vivências de Alfama. Aqui se encontra hoje ainda o Chafariz de Dentro, ou “Tanque dos Cavalos”, como é chamado localmente um dos chafarizes mais antigos de Lisboa, exactamente por ser aí que iam beber os cavalos e burros que levavam os produtos ao mercado da Rua São Pedro, e onde as famílias iam buscar a água que faltava nas casas.

Assim, constituindo-se como porta de entrada e de saída do bairro, o Largo não é somente um espaço de passagem, mas também é um verdadeiro espaço de sociabilidade da população, que ainda hoje pode ser vivido em cada uma das suas tascas, dos seus bancos públicos e das próprias ruas que nele convergem.

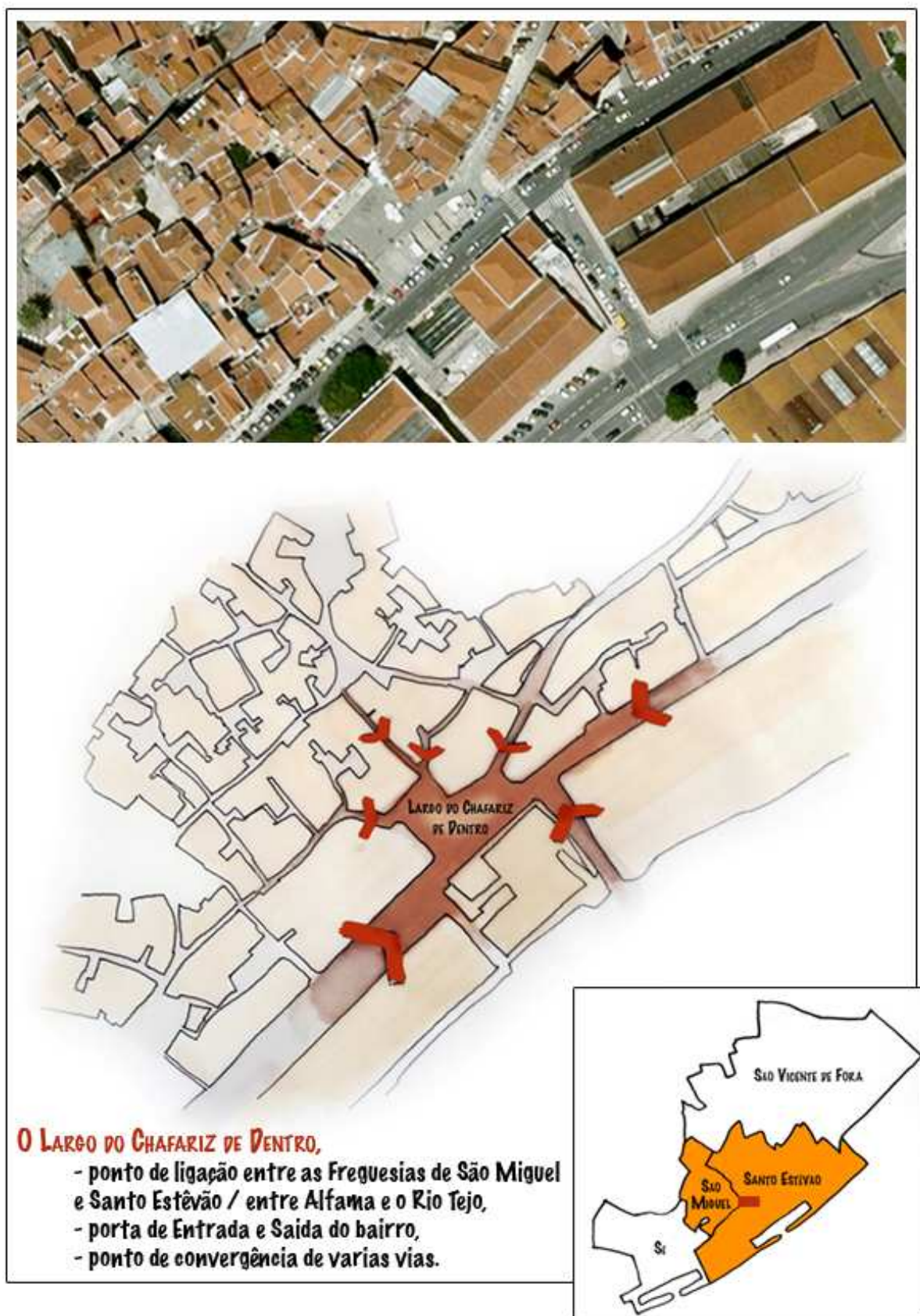


Figura 10: Largo do Chafariz de Dentro, localização. Fonte: Elaboração própria.

A Dona Maria Manuela Alegre, alfamista entrevistada no dia 21 de Junho de 2011 (ver Anexo 7.1.5.), partilhou connosco as suas lembranças das vivências no Largo do Chafariz de Dentro...

UM LARGO COMUM

“O Chafariz de Dentro é a fronteira entre São Miguel e Santo Estêvão. A Rua de São Pedro já é a Freguesia de São Miguel. Mas é um Largo comum.”

QUIOSQUE

“Eu ainda me lembro do largo quando havia lá um quiosque. Depois posteriormente houve umas árvores.

O quiosque estava em frente ao tanque dos cavalos. Na altura havia quiosques, e hoje ainda há um à frente do rio. Os quiosques eram para as pessoas que se levantavam muito cedo, e iam para a estiva. Bebiam o seu café, que era o seu “mata-bicho” como eles o chamavam, nesses quiosques.”

ÁGUA

“Havia água naquele tanque. Havia o chafariz ao lado, onde as pessoas que não tinham água em casa iam buscar água. E depois, nos anos 70 fecharam aquilo tudo. Todos os chafarizes de Lisboa acabaram por ser fechados.

(...) acho que não deveriam ter sido fechados. Porque aquilo também não era um desgaste tão grande de água. Aquilo tinha uma torneira, abria-se e fechava-se a torneira e retirava-se a água. E muito sinceramente, eu acho que os chafarizes fazem falta na cidade de Lisboa. Fazem falta porque vamos supor que num dia ou noutro há algum problema grave, e falta-nos a água em casa. Os chafarizes eram um recurso! E mesmo até para o turista, até mesmo para as crianças, é uma coisa que serve. Põe-se a mão e bebe-se a água. É muito agradável sentir o barulho da água. Refresca.

E são águas termais. Já, há uns anos atrás, existiam balneários públicos de águas termais. Aquela água era uma água boa. (...) Depois aquilo foi fechado, por causa do interesse económico de privilegiar a venda de água engarrafada, e retirar a água pública dos fontanais e do espaço público.”

“(...) estou a tirar as memórias de quando era criança, não é? Tinha água. Os miúdos do bairro muitas vezes iam para lá brincar. E tinha esse chafariz para que as pessoas pudessem, quando precisarem, ir lá buscar água para as suas casas. Deve saber que Alfama tinha uma grande carência, que era a falta da água nas casas, e a parte sanitária. Não havia casas de banho. Havia as pias (...) nas escadas. Algumas dentro de casa (...)

E havia os aguadeiros, que eram uns homens que vendiam água. Eu me lembro de ouvir os pregões. Tinham uns barris, não muito grandes, que levavam ao ombro, e apregoavam a água. E a levavam à casa das pessoas com mais idade. O último aguadeiro em Alfama já morreu há alguns anos, e isso deixou de existir.

ÁRVORES

“Depois, fez-se uma obra no Chafariz de Dentro, que tentou melhorar a situação. Foram postas umas árvores. Tudo isto antes de 1974. Entretanto, as águas foram fechadas. O tanque ficou.”

VENDEDORES AMBULANTES

“Mesmo antes desta situação, antigamente, o tanque servia para dar água aos cavalos e aos burros que transportavam as hortaliças dos mercados. E também os vendedores ambulantes da zona de aqui debaixo de Alfama bebiam água ali. Depois, com o crescimento da cidade, deixou de haver essa necessidade.”

O CHAFARIZ, UM PONTO DE ENCONTRO

“Atenção, os bancos em Alfama são postos posteriormente. As pessoas sentavam-se no tanque dos cavalos. E conversavam ali, à volta do quiosque. É verdade que o Chafariz de Dentro era um ponto de encontro importante.”

TABERNAS

“Hoje, tem aquelas esplanadas à frente do Museu do Fado. Ali na altura existiam várias tabernas. A da esquina, e depois a seguir, uma que tinha umas escadinhas para abaixo, em que os senhores só vendiam bebidas. Aguardente, ginja, era só isso. Depois aquilo foi mudando, e houve cafés.”

“As esplanadas fora, foi depois de 1974. Antes era tudo dentro das portas. No verão havia muito calor, e as pessoas traziam um banco de casa e sentavam-se ali.”

PREGOES

“(…) E era muito bonito na altura em que eu era miúda: as peixeiras vinham pelas ruas pregoando peixe e vendendo às portas. Como o aguadeiro. Alias, a zona de Alfama era a zona dos pregões. Era um chilrear de pregões. Vendia-se tudo. Era o homem das bananas, era a menina da fruta, era o padeiro, o leiteiro ou a leiteira, o jornaleiro. Eles passavam e apregoavam. As pessoas sabiam, e vinham às portas comprar. E algumas que viviam no último andar, nem desciam. Tinham uma corda com um cestinho, e punham lá as coisas e o dinheiro, pela janela para baixo. Havia também as lavadeiras. Vinham em carroças buscar a roupa, para levarem para lavar. E depois a traziam. Também havia o senhor que afiava as facas, o amolador. Os amoladores vinham essencialmente de Espanha. Eram galegos. Houve uma grande parte de galegos que se instalaram cá em Alfama. Aquilo era uma vivencia muito bonita, porque era um chilrear de pregões, uma melodia que estávamos habituados a ouvir, e que tinha um som próprio. Depois desapareceu tudo.”



O chafariz, também conhecido por «Chafariz dos Cavalos», abasteceu o público, por determinação camarária de 1622. Hoje encontra-se desaproveitado.



Figura 11: O Largo do Chafariz de Dentro no começo do século XX. Fonte: Fotos do Arquivo Municipal de Lisboa.

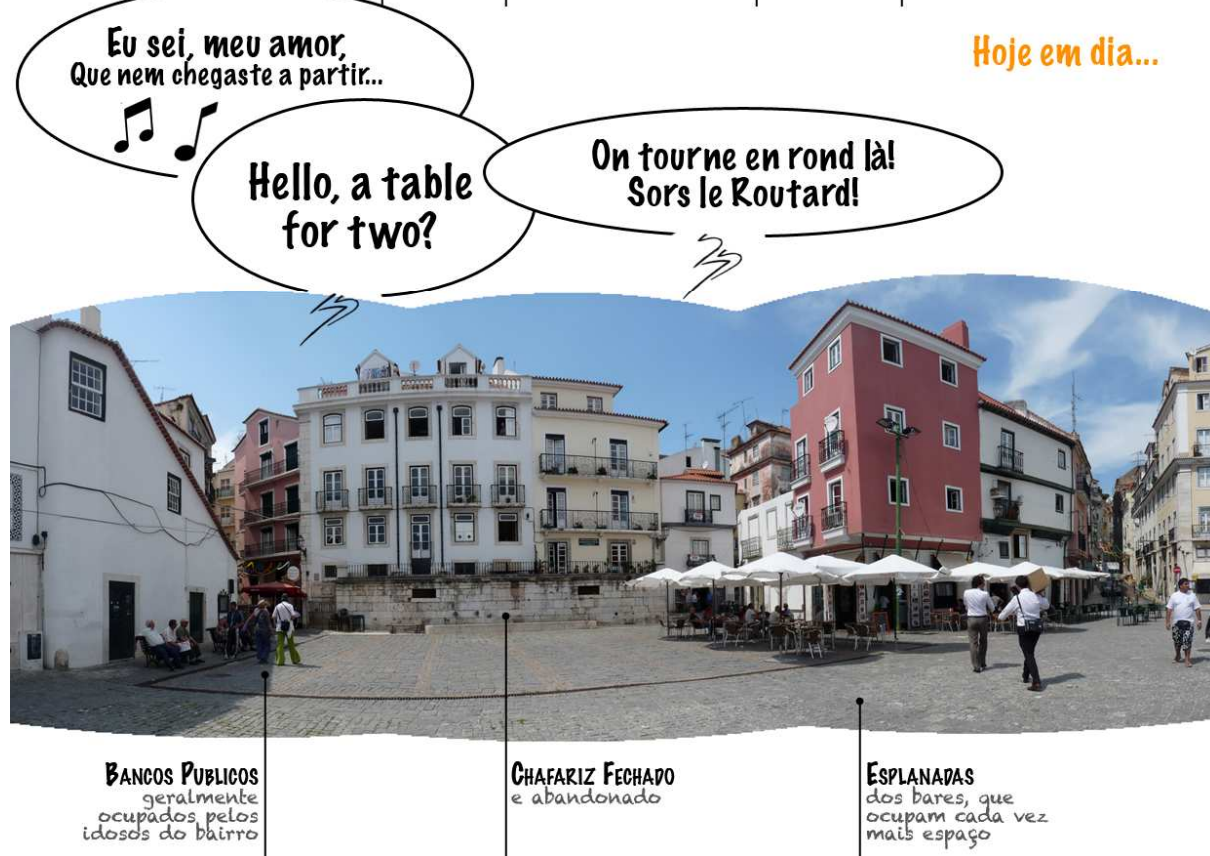
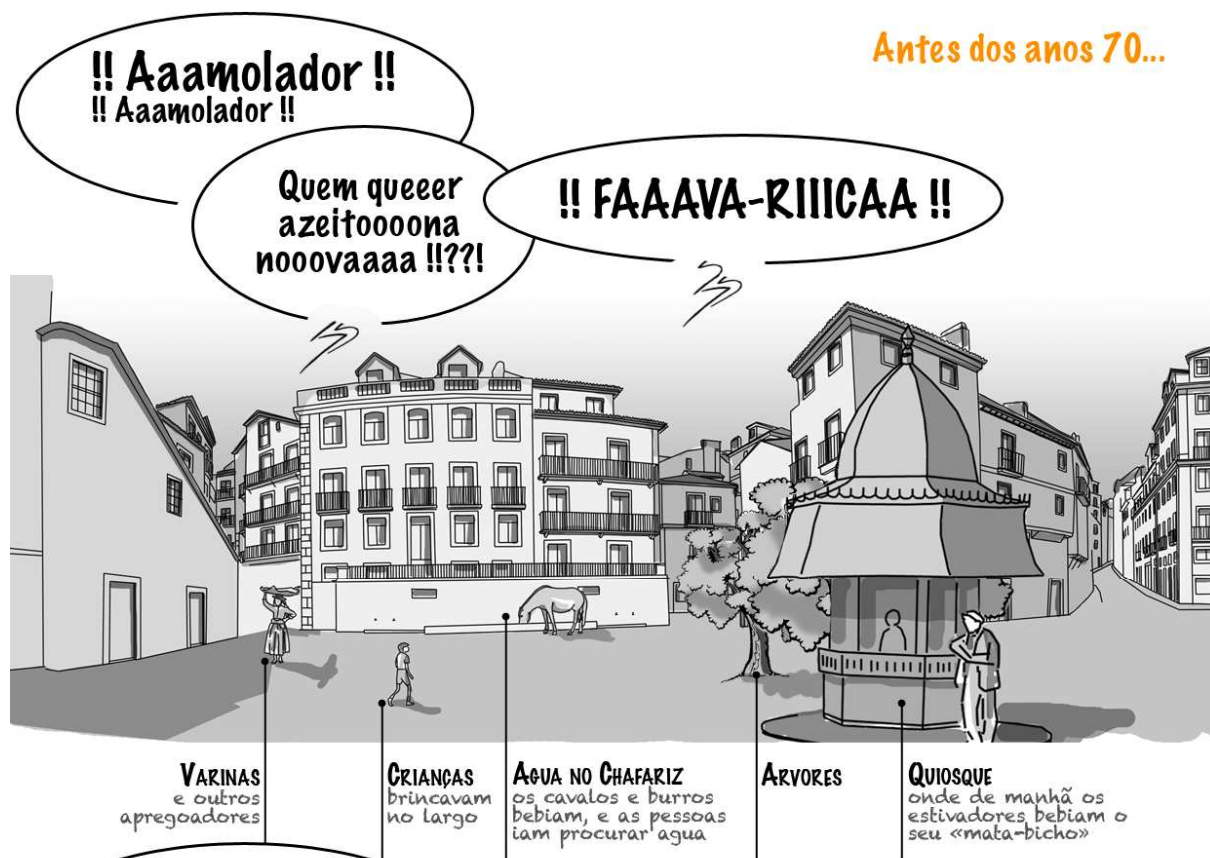


Figura 12: As vivências no Largo do Chafariz de Dentro. Fonte: Elaboração própria, a partir da descrição de D. Maria Manuela ALEGRE, Alfamista entrevistada.

4.2. O Projecto Integrado “Chafariz de Dentro”¹⁵

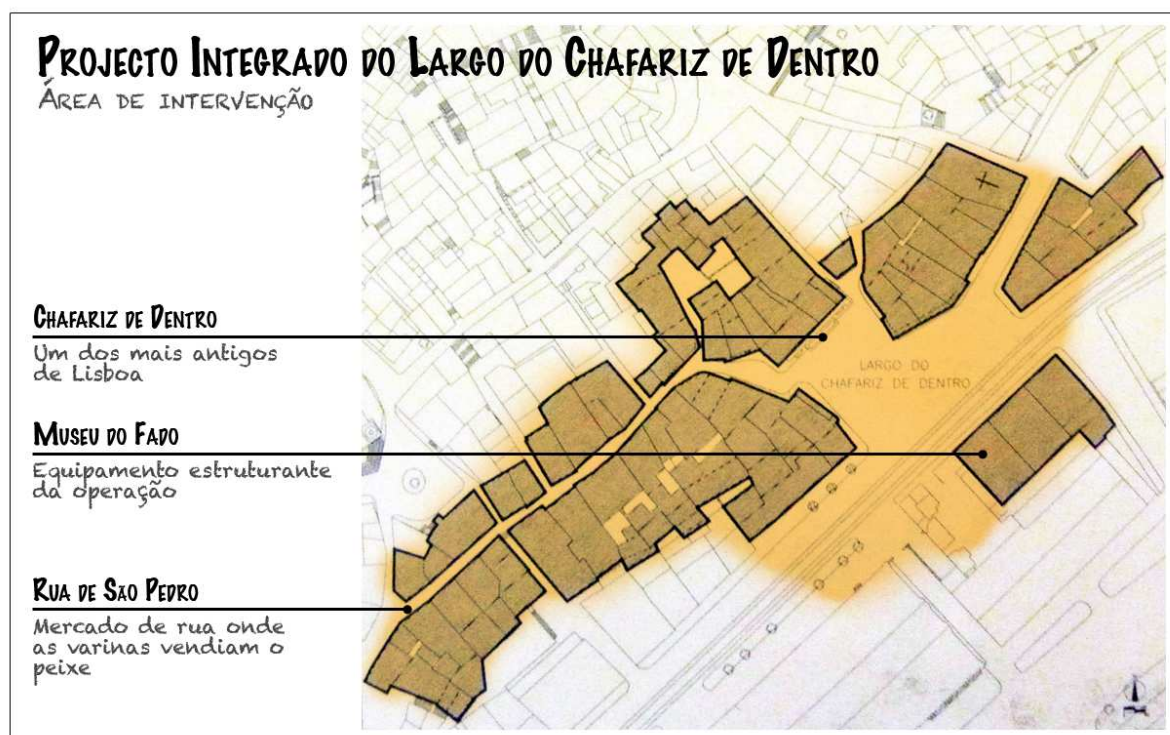


Figura 13: PI do Chafariz de Dentro: área de intervenção prevista pela CML. Fonte: Elaboração própria.

O Projecto Integrado “Chafariz de Dentro” em Alfama previa um conjunto de acções que visavam o desenvolvimento estruturado da zona através da revitalização do tecido social e edificado pré-existente. O espaço de intervenção situa-se numa zona de ligação/fronteira entre a zona ribeirinha e o bairro de Alfama, que constitui um acesso privilegiado ao interior do bairro.

A operação compreendia diferentes aproximações, a ocorrerem em paralelo e indissociáveis para a concretização dos objectivos delineados.

Foi identificado o edifício da Antiga Estação Elevatória de água, também conhecida por Recinto da Praia, em articulação com o espaço fronteiro constituído pelo Largo do chafariz de Dentro, e uma zona mais abrangente que consolida a intervenção e que consiste numa área edificada envolvente ao Largo (ver planta da área de intervenção).

O edifício do Recinto da Praia, pelas suas características intrínsecas, implantação, configuração espacial e organização formal dos seus elementos, surgiu como um elemento estruturante na operação. Programou-se uma reconversão num centro cultural, que construiria uma referência em termos de animação urbana. Foram realizados trabalhos de pesquisa local que levaram à conclusão que o fado era um segmento de oferta cultural fortemente enraizado na vida de Alfama, e que constituía um valioso património com forte capacidade de atracção turística. Assim, julgou-se pertinente reconverter o edifício em Museu do Fado.

¹⁵ Informações recolhidas na revista *ARQUITECTOS*, “Lisboa, Bairros Históricos”, n.º151, Setembro 1995.

No que concerne o Largo de Chafariz de Dentro, procurou-se assegurar a sua função de espaço privilegiado de utilização colectiva, projectando-o simultaneamente como um núcleo fundamental de animação e atracção do bairro.

Relativamente ao leque de acções a implementar na área envolvente do Largo, a vertente do edificado assumiu particular relevância face ao seu avançado estado de degradação.

O sociólogo Joaquim Mendonça Dias, que na altura participou na operação, partilhou connosco o seu ponto de vista sobre a experiência¹⁶:

“O programa funcional foi estabelecido para o edifício da Estação Elevatória da Água em Alfama, assim ali nasceu o actual Museu do Fado, que começou por ser a Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa. Veja o site da EGEAC, no que refere a este equipamento cultural e perceberá bem do que se trata.

Começou portanto como um Projecto Integrado, que além do edifício do Museu, incluía uma intervenção de RU numa área de habitação e comércio envolvente.

A área incluía o Largo do Chafariz de Dentro e as ruas que dele saem. Ia-se intervir ao nível da reabilitação do edificado, do comércio. Nesta segunda vertente, o PI ainda se arrasta. Identificou-se o regime de propriedade dos edifícios, diagnosticou-se o estado de conservação e definiram-se objectivos. Adquiriram-se alguns edifícios, realizaram-se realojamentos provisórios e alguns definitivos, também algumas obras mas ainda há muito para fazer. E hoje, passados quase 30 anos na história da reabilitação urbana em Lisboa, temos ali um exemplo paradigmático do que de bom e de mau se fez. O museu foi construído, houve uma intervenção no espaço público do largo (pavimento, bancos, equipamento e mobiliário, iluminação, etc.), o comércio nas imediações melhorou substancialmente, qualificou-se com funções predominantemente turísticas, as esplanadas apareceram e o Fado prolifera na zona...”

¹⁶ Na entrevista realizada em Alfama no dia 6 de Junho de 2011 (ver Anexo 7.1.1.)

4.3. Primeira abordagem. Um espaço que fala por si mesmo

Analisar o Largo do Chafariz de Dentro e a sua área envolvente revelou-se um exercício importante, na medida em que, observando o espaço, consegue-se ler todas as representações da própria história da Reabilitação Urbana no bairro. Tanto os seus sucessos, como todo aquilo que ficou por fazer no programa do Projecto Integrado. Assim, pode-se observar na zona:

- prédios que foram reabilitados,
- prédios degradados, onde não houve intervenção,
- obras paradas, ainda por acabar,
- edifícios devolutos.

Do ponto de vista etnográfico, este espaço tem toda a representatividade dos usos e costumes populares do bairro: tem o fado, a ginjinha, as tascas, o restaurantes e até as barraquinhas colocadas pela população durante as festas para vender farturas e manjerico. Portanto, o Largo faz parte da vivência do bairro.

Como primeira abordagem do Largo do Chafariz de Dentro, procedeu-se a uma observação e leitura da sua paisagem urbana. Convém referir que este método de leitura da paisagem urbana, representa uma ferramenta bastante útil para perceber o espaço, analisando de forma pertinente as relações existentes entre a sociedade e o espaço urbano.



Figura 14: Estado do edificado: coexistência de várias realidades. Fonte: Fotos de arquivo pessoal.

Passeando por Alfama, perdendo-se nas ruas e deixando-se descer pela encosta, facilmente o percurso acaba no Largo do Chafariz de Dentro, ponto de convergência de sete vias, que estão todas conectadas a importantes pontos nodais do bairro, tais como o Miradouro das Portas do Sol, o Largo de São Miguel, o Largo do Salvador, etc.

Do ponto de vista morfológico, o Largo do Chafariz de Dentro é caracterizado pela sua forma irregular e orgânica, característica do tecido urbano de Alfama que foi sobrevivendo não só à passagem dos séculos, mas também a acontecimentos que fustigaram a cidade de Lisboa, nomeadamente o terramoto de 1755. Com efeito, o traçado dos espaços públicos, em geral, e do Largo do Chafariz de Dentro, em particular, ficou praticamente inalterado, enquanto a arquitectura conhecia alterações.

A sua localização estratégica na faixa ribeirinha converteu naturalmente o Largo numa das principais portas de entrada e saída do bairro. Assim, e ainda hoje, funciona como zona de passagem, animada ao longo do dia e da semana por fluxos intensos pedestres automóveis. Mas embora esteja à beira do rio, constata-se que o Largo se encontra desconectado do mesmo, em razão da linha de edifícios que constitui uma barreira física muito forte.

As numerosas ruas e vielas que desembocam no Largo criam diferentes perspectivas. A primeira sensação, chegando por uma das ruas estreitas do bairro, é de encontrarmo-nos de repente num espaço grande e aberto, em comparação com o tamanho reduzido dos espaços públicos atravessados ao longo da descida.

Independentemente da rua pela qual chegamos, a nossa atenção é interpelada pela heterogeneidade de formas, alturas, cores e tipologias do edificado. Mas trata-se de uma “desordem ordenada”:

O prédio do Museu do Fado, que aparece ao fundo, constitui o principal marco urbano do Largo. As fachadas ao redor do Largo apresentam-se em bom estado, com aspecto de prédios que foram reabilitados recentemente. Assim, à primeira vista, o largo transmite uma sensação de ordem e higiene urbana.

O Largo pavimentado, mineral, despido de todo tipo de vegetação, acentua este sentimento de abertura e facilita a leitura da paisagem. Quatro bancos foram colocados, constituindo o único mobiliário urbano do lugar. Assim, a primeira vista, o Largo transmite uma “boa imagem” da operação de reabilitação urbana que nele foi desenvolvida.

Mas olhando com mais atenção, torna-se mais clara a sensação de estar à frente de um processo inacabado, que ainda está em curso: os prédios devolutos e vazios permanecem fechados, ao pé de outros que foram reabilitados e parecem novos.

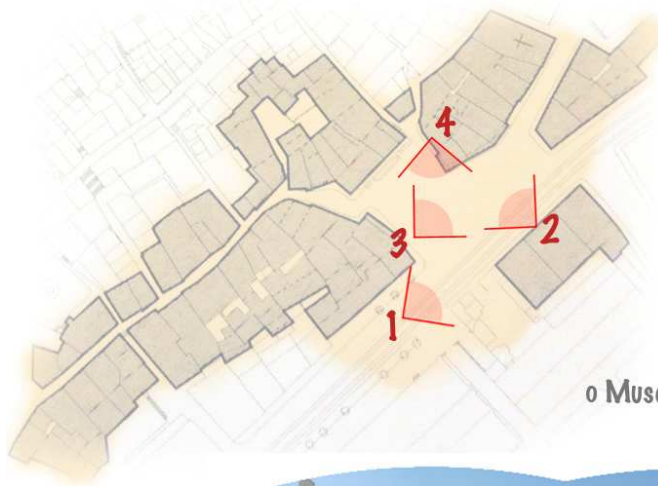
Alfamistas, turistas, e outros transeuntes cruzam-se ao longo do dia, atravessando o espaço pavimentado e a Rua do Terreiro do Trigo, com a circulação dos carros e dos transportes públicos, cria uma ruptura entre este espaço pedonal e o Museu do Fado.

Portanto, o Largo do Chafariz de Dentro oferece-nos todas estas perspectivas de como é que a reabilitação urbana evoluiu. Percorrendo toda a área envolvente, observando com mais atenção cada um dos prédios, distingue-se claramente a existência de duas realidades:

- Por um lado, a área é uma das mais animadas do bairro, pelas numerosas casas de fado, tascas e restaurantes, muito frequentados pelos turistas. Muitos prédios foram reabilitados, e os seus moradores que tinham sido realojados voltaram.
- Por outro lado, nalguns cantos, o tempo parece ter parado revelando obras paradas, prédios devolutos, outros que foram reabilitados mas que estão vazios e outros para venda.

PAISAGEM URBANA

O Largo do Chafariz de Dentro, HOJE



1
o Museu do Fado

2
saíndo do
Museu do Fado



3
chegando desde
a Rua de São
Pedro



4
chegando desde
o Beco do
Mexias



Figura 15: Largo do Chafariz de Dentro: Paisagem Urbana. Fonte: Elaboração própria; Fotos: panorâmicas realizadas a partir de fotos de arquivo pessoal.

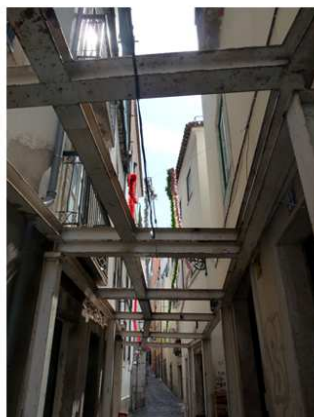
ESTADO DO EDIFICADO



1
Predios devolutos ainda
persistem, ao lado de
predios rehabilitados.



2 Obras paradas
na Rua de São
Pedro.



3
Prédio novo,
de arquitectura
contrastante.



4
Esplanada de restaurante,
num patio rodeado de predios
reabilitados.



Figura 16: Largo do Chafariz de Dentro: Estado do Edificado. Fonte: Elaboração própria, a partir das observações realizadas no terreno. Fotos de arquivo pessoal.

4.4. Análise por percurso fotográfico

Roland Barthes¹⁷ sublinhou o carácter etnológico da fotografia: *“Como a fotografia é contingência pura e não pode ser outra coisa (...), ela oferece em seguida esses detalhes que constituem o material básico do conhecimento etnológico.”*

Para analisar a nossa área de estudo, usamos a fotografia como um instrumento de documentação, que constituiu um valioso meio de armazenamento da informação observada no campo, tratando-se essencialmente como uma ferramenta complementar às notas escritas retiradas durante o trabalho de campo, e dos testemunhos transcritos e que podem ser confrontados na secção de anexos deste trabalho.

Contudo, e apesar de existirem algumas reticências no uso do registo fotográfico¹⁸ como ferramenta de apoio na investigação de campo nas diversas vertentes das ciências sociais (mais recorrente na etnologia, antropologia, sociologia, etc..), é importante salientar que o recurso à fotografia passou por uma atitude objectiva e utilitária, não tendo a presunção de registar comportamentos no espaço, mas sim o espaço onde ocorre uma parte fulcral da acção do bairro.

“If researchers are without reliable keys to photographic content, if they do not know what is positive responsible evidence and what is intangible and strictly impressionistic, anthropology will not be able to use photographs as data, and there will be no way of moving from raw photographic imagery to the synthesized statement.” (Collier 1986).¹⁹

Nesta perspectiva, as fotografias documentam:

- a evolução da vida no bairro, através das mudanças (físicas e no tecido social) ocorridas na área de estudo, visíveis por comparação das fotos tiradas com fotos mais antigas dos mesmos locais,
- a evolução do espaço, através das informações que extraímos da análise das fotografias, e que são relativas à morfologia urbana, aos ambientes urbanos, ao uso social do espaço, etc.

¹⁷ BARTHES, Roland, *La chambre claire. Note sur la photographie*. Paris: Éditions Gallimard et du Seuil, 2005 (Primeira publicação em 1980).

¹⁸ É recorrente a crítica ao uso da fotografia no registo de contextos no âmbito das ciências sociais sob o argumento de que a máquina não é operada de forma neutra nas opções do objecto que é fotografado, bem como o facto de o objecto fotografado reagir e perder a pureza do seu estado quando confrontado pelo fotógrafo.

É possível aprofundar estes argumentos na seguinte obra: PROSSER, Jon, *“Image-Based Research: A source book for qualitative researchers”*, Falmer Press, 1998.

¹⁹ COLLIER, John, *“Visual Anthropology: Photography as a Research Method”*, University of New México Press, 1986. (ver Google books).

PERCURSO FOTOGRAFICO

IMPACTOS DA REABILITAÇÃO URBANA SOBRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

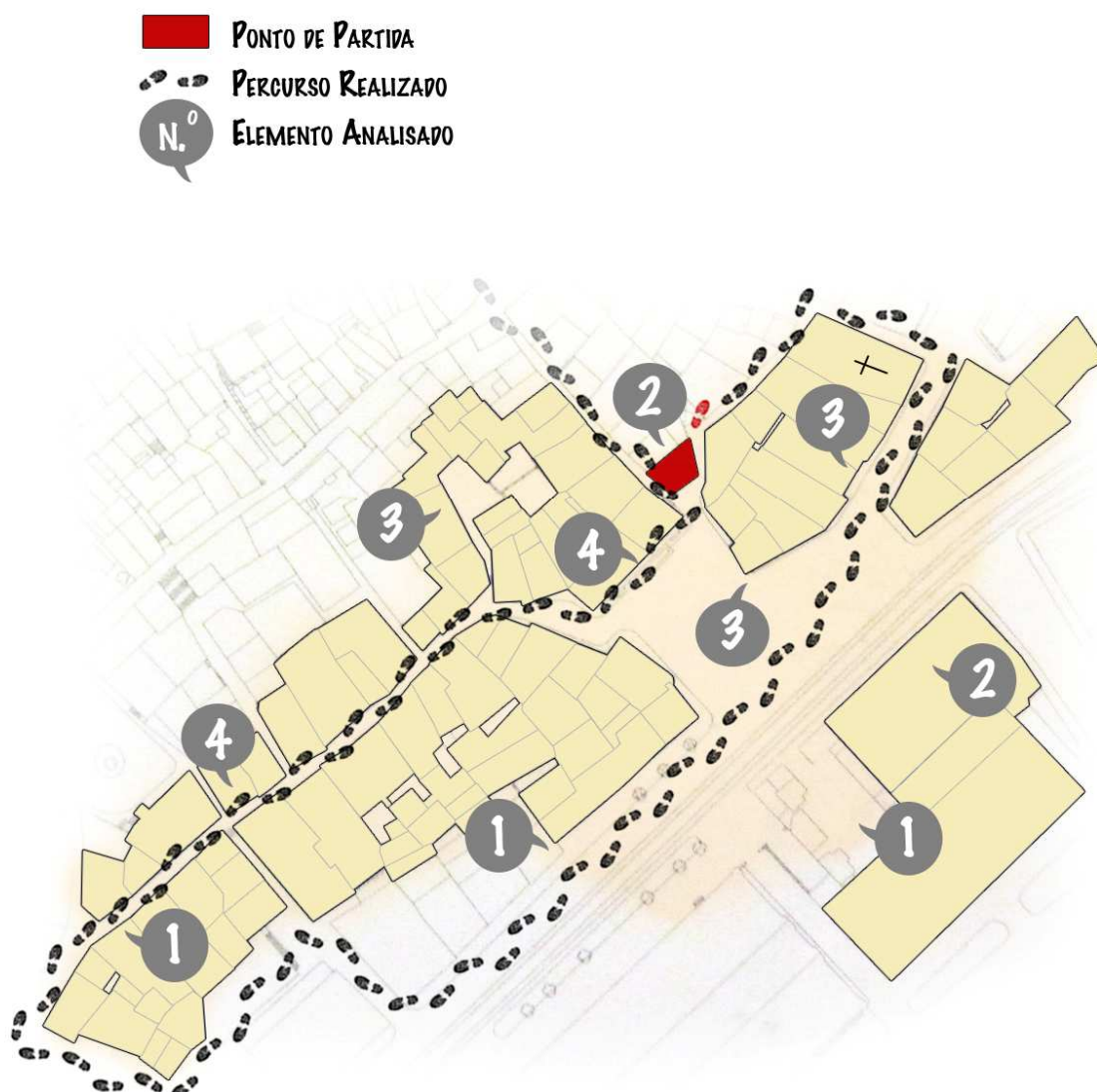


Figura 17: Percurso Fotográfico realizado. Fonte: Elaboração própria.

O percurso fotográfico no qual se baseou a nossa análise da área, teve o seu ponto de partida no Largo do Chafariz de Dentro, em frente ao bar “O Cartacheiro”, localizado na esquina do Beco do Mexias com o Beco do Espírito Santo. Depois de subir pelo Beco do Espírito Santo, virámos à direita pela Rua da Regueira, e outra vez à direita descendo a Rua dos Remédios, até desembocar outra vez no Largo. Atravessamos o Largo do Chafariz de Dentro seguindo a Rua do Terreiro do Trigo, e virámos à direita, subindo pela Travessa do Terreiro do Trigo, até chegar ao Largo das Alcaçarias. Atravessámos o Largo, dirigindo-nos à rua que desemboca no Largo de São Rafael. Desde o Largo de São Rafael, percorremos a Rua de São Pedro do início ao fim, chegando até ao pé do Chafariz. Passando pelo Chafariz, virámos à esquerda e subimos pelo Beco do Mexias, completando assim o percurso dos espaços públicos que fazem parte da área de intervenção do Projecto Integrado do Chafariz de Dentro.

PERCURSO FOTOGRÁFICO

IMPACTOS DA REABILITAÇÃO URBANA SOBRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

1 BANALIZAÇÃO DO BAIRRO



Arquitectura desequilibradamente contrastante

Novas actividades comerciais, ligadas ao turismo de massa



Museificação dos modos de vida

MUSEIFICAÇÃO DO PASSADO 2

Museificação do Fado



Figura 18: Percurso Fotográfico. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.

PERCURSO FOTOGRAFICO

IMPACTOS DA REABILITACÃO URBANA SOBRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

3 PRIVATIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO, EXCLUSÃO



Condicionalismo do acesso



Espaços públicos invadidos pelas esplanadas



PERDA DA MEMORIA COLECTIVA

4



Patrimônio descuidado

Ruas desnaturalizadas



Figura 19: Percurso Fotográfico. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.

4.4.1. Banalização do bairro

“As visitas turísticas fazem parte, de uma maneira decisiva, do quotidiano do bairro. Correlativamente acabam, de forma algo paradoxal, por se tornar em vectores fundamentais de formação das imagens que a população local tem acerca dele, sendo embora decorrentes de agentes externos, precisamente os turistas e os profissionais diversos de algum modo intervenientes no turismo urbano que passa por Lisboa.” (Costa, 1999, p.52).

Ao longo do percurso, observando o espaço urbano, constata-se alguns sinais anunciadores de uma banalização:

- da arquitectura, materializada pelo edifício de extensão do Museu do Fado, de linguagem arquitectónica contemporânea, que se posiciona em ruptura deliberada com a sua envolvente,
- do comércio implantado na zona, onde varias lojas expõem produtos ligados ao turismo (lojas de souvenirs, etc.), ou a novas necessidades geradas pelos novos modos de consumo (lojas de produtos chineses, oferta de acesso a internet, etc.). Na emblemática Rua de São Pedro, estes novos comércios vieram substituir as actividades tradicionais que lá existiam e que eram específicas e características da zona.

Hoje em dia, a evolução das cidades turísticas caracteriza-se geralmente por duas séries de factores: globais e locais. Por um lado, a uniformização dos modos de vida, a homogeneização cultural, a mundialização dos fluxos de capitais e de pessoas, explicam a reprodução, em cidades muito diferentes, do mesmo tipo de utentes (turistas) e de projectos urbanos (valorização das faixas ribeirinhas, criação de zonas pedonais, de mega equipamentos turísticos, etc.). E por outro lado, a valorização pelas autarquias das especificidades urbanísticas e identidades locais permite a manutenção de uma diferenciação entre os lugares. Mas, no final das contas, se uma diversidade de fachada é exibida na estrutura antiga da cidade, a tendência parece ser a homogeneização cultural e urbanística dos bairros voltados ao desenvolvimento turístico.

No entanto, a manutenção de uma diversidade entre os lugares é essencial para os operadores turísticos, que podem proteger-se relativamente da concorrência, individualizando a sua oferta, oferecendo aos visitantes a possibilidade de descobrir uma cidade diferente da cidade onde moram.

Mas além destas considerações, neste caso o maior perigo da banalização do bairro de Alfama é a perda da qualidade de vida que resultaria deste processo.

Desde sempre, Alfama distinguiu-se pelas suas especificidades, tanto materiais (arquitectónicas e urbanas), como imateriais (cultura popular e identidade do bairro):

“Alfama é um local que se visita – desde há bastante tempo e por uma grande diversidade de pessoas, com diferentes perfis sociais. (...) visita-se porque é visível (num sentido que apela essa visita) (...)” (Costa, 1999, p.57).

Assim, é hoje essencial cultivar a originalidade de Alfama, evitando cair na armadilha da banalização do bairro.

4.4.2. Museificação do passado

“No centro da problemática da revitalização de centros históricos, o conceito de museificação se opõe ao desenvolvimento sustentável e a boa governabilidade. A museificação é resultante do desenvolvimento em excesso do turismo provedor de riqueza, que fabrica centros históricos onde cada monumento se transforma em museu ou centro cultural, cada casa antiga uma loja de souvenirs com andares vazios ou transformados em depósito. Como consequência primeira desse modelo de preservação do património, o espaço urbano é abandonado pela população existente, transformando-se no máximo em espaço de marginalização.”²⁰

Outra questão que veio a nossa mente ao efectuar o percurso fotográfico, foi o tema da “museificação” do património do bairro. Até que ponto pode-se falar de museificação neste caso?

Em Portugal como em muitos países europeus, onde as políticas de reabilitação e conservação se centraram exclusivamente nos “monumentos”, foram os centros históricos na sua integridade que passaram a ser alvo de projectos de reabilitação urbana. Até ao ponto em que o que parecia banal há algumas décadas, chega hoje a ser considerado como excepcional.

Mas “(...) poder-se-á ainda falar de cidade quando toda vida urbana desaparece, quando é somente constituída de museus, centros culturais, lugares de contemplação?” (Bouche, 1998).²¹ (Tradução livre).

É verdade que alguns centros urbanos (como em Paris por exemplo) aparecem hoje mais como uma espectacular e perfeita encenação de monumentos do que como uma cidade, com toda a diversidade que o conceito de cidade supõe. Este extremo ainda não foi atingido em Alfama. Mas até que ponto é que o processo de museificação da cultura do bairro, nomeadamente do fado, esta ganhando terreno?

Nós, moradores da capital portuguesa, enquanto testemunhos, no nosso dia-a-dia (nas ruas, nos transportes colectivos, nos comércios, etc.), da frequência turística da cidade, assistimos aos excessos do turismo urbano em Lisboa e vemos o carácter redutor da visão da cidade que este turismo veicula. Poderíamos pôr em questão a ideia de aprisionar o fado num museu. O fado estando presente e bem vivo nas tascas e casas de fado, porque é que quando se quis revitalizar a zona do Chafariz de Dentro, não se optou por um equipamento destinado à melhoria da vida dos habitantes do bairro, em vez de ter pensado exclusivamente nos turistas? Qual é o ponto de vista dos alfamistas em relação a isto?

As entrevistas realizadas revelaram que a competição para atrair turistas ou investidores é hoje uma realidade em Alfama, onde existe uma vontade de vender melhor a imagem de marca do centro histórico lisboeta, em detrimento das necessidades da própria população local, ao privilegiar basicamente o visitante. O património cultural urbano passa assim a ser visto como uma reserva, um potencial de espectáculo a ser explorado.

Um exemplo desta encenação exacerbada do património cultural alfamista foi observada passeando no bairro durante o período das Festas dos Santos Populares. Com efeito, hoje em dia as que originalmente foram simples “festas de bairro” tomaram novas proporções, adaptando-se à escala de uma notoriedade ganhada através dos textos lisonjeiros dos guias turísticos, e divergindo assim do seu propósito e razão de ser iniciais.

²⁰ Definição do SIRCHAL, Sitio Internacional sobre a Revitalização dos Centros Históricos das Cidades de América Latina e do Caribe.

²¹ BOUCHE, Nancy, “Tourisme et patrimoine urbain: les grandes interrogations”, in *Le tourisme et la ville: expériences européennes*, Col. Tourisme et Sociétés, L’Harmattan, 1998.

4.4.3. Privatização, mercantilização, exclusão

“(...) no bairro é bastante generalizada uma atitude em relação aos turistas feita de um misto de ironia mordaz e hospitalidade lúdica, aproveitamento económico e condescendência protectora. Os visitantes são, com frequência, objecto de crítica e de gozo entre os moradores (...)” (Costa, 1999, p.53).

Continuando o passeio, e observando esta vez os tipos de utilização e de utentes do espaço público, coloca-se outra questão:

Até que ponto é que, ao longo das décadas, Alfama vai conseguir permanecer esse bairro de fortes laços sociais e identidade cultural que marcou a memória colectiva durante tantas gerações? Com o aumento da utilização dos seus espaços públicos, e nomeadamente com a chegada de cada vez mais turistas, acompanhada de mudanças na oferta de serviços e comércio no bairro, corre-se o risco de ver camadas inteiras da população excluídas destes espaços?

Este fenómeno já é uma realidade em Lisboa, onde os moradores do núcleo histórico vêm-se por exemplo obrigados a fazer as compras noutros bairros, porque as mercearias tornaram-se demasiado caras²². Outra manifestação desta realidade, é a proliferação de casas de fado “armadilhas” para os turistas e de lojas de souvenirs; e a invasão dos espaços públicos pelas esplanadas de restaurantes que propõem preços proibitivos, excluindo assim automaticamente a população local.

Nesta evolução, os laços sociais criados outrora nestes mesmos espaços públicos, não podem sobreviver. Assim, o bairro transforma-se progressivamente num espaço de lazer a consumir por uma clientela de altos recursos económicos, muitas vezes de origem estrangeira. Qual é o futuro do espaço público alfamista neste contexto?

Como mencionado anteriormente, uma parte do nosso trabalho de campo foi efectuada durante o período das Festas dos Santos Populares. E até este acontecimento, que originalmente era uma festa de bairro espontânea, organizada por e para os moradores (segundo os relatos dos alfamistas entrevistados), converteu-se hoje em dia numa materialização desta tendência à privatização e mercantilização do espaço público, num negócio destinado principalmente aos turistas e visitantes estrangeiros ao bairro:

“Não havia o que há hoje em Alfama. Pronto, os tempos vão passando, vão evoluindo, para melhor ou pior, isso depende de cada um. Nos anos 60, havia às portas as pessoas a vender cravos, arroz doce e manjericos. Não havia aquela coisa da sardinha assada. A sardinha assada começa depois a ser posta em movimento como uma fonte de venda, de rendimento para as pessoas. E então começa cada um a organizar às suas portas os seus retiros. E depois é quando a Câmara, mais tarde, começa a exigir o pagamento do espaço, e aquelas coisas todas. E depois mais tarde, a limitar um bocado e a chatear o que eram realmente as festas e os arraiais populares.” (Dona Maria Manuela ALEGRE, Alfamista entrevistada)

Por outro lado, o condicionamento do acesso automóvel ao bairro de Alfama é outra das faces da privatização do espaço público. Este condicionamento ao trânsito concerne hoje em dia todos os bairros históricos de Lisboa - Bairro Alto, Alfama, Santa Catarina/Bica e Castelo – e começou no Verão de 2003, conduzido pela Empresa Municipal de

²² Na entrevista que foi realizada com ela, a Dona Maria Fernanda Silva conta-nos que faz as suas compras no “Pingo Doce” da Graça, porque resulta-lhe muito mais económico do que frequentar as mercearias de Alfama.

Estacionamento de Lisboa (EMEL). Passeando por Alfama, lê-se o descontentamento da população nos numerosos graffiti espalhados pelas fachadas: “Estas ruas pertencem-nos, EMEL fora!”

4.4.4. Perda da memória colectiva

*“Vielas de Alfama
Ruas da Lisboa antiga
Não há fado que não diga
Coisas do vosso passado.”
Fado*

Percorrendo as ruas, tentando reconstruir mentalmente a área tal como foi outrora, constata-se que os lugares que mais foram mencionados pelos alfamistas entrevistados quando evocaram a sua infância e as suas vivências no bairro, estão hoje em via de extinção, tornando-se em lembranças cada vez mais distantes.

Assim, o Chafariz de Dentro, chafariz mais emblemático da zona, que esta sem água desde há várias décadas, encontra-se hoje ocasionalmente transformado em lixeira ou em banco público, quando não é simplesmente ignorado pelos transeuntes e utentes do Largo.

Por outro lado, também analisando as conversas com os alfamistas, parece que houve um tempo em que o pequeno comércio era um dos atractivos do bairro. Um exemplo disso era a Rua de São Pedro, que era conhecida pelo seu mercado de rua onde as varinas vendiam o peixe. Eram muitos os lugares de venda de pescado, mas também se vendiam fruta e hortaliça na rua, roupa e outros artigos. A rua caracterizava-se pela sua actividade comercial intensa, que tinha lugar nas mercearias, no talho, na padaria, na barbearia e nos restaurantes que existiam nesta rua, que parecia mais um bazar.

De tudo isto, o que resta hoje são as recordações. Os tempos mudaram, e o pequeno comércio deu lugar ao vazio.

Também, os prédios em ruínas e devolutos são mais um sinal desta perda da memória colectiva. A sua degradação vai-se acentuando progressivamente, fazendo as pessoas esquecer pouco a pouco a paisagem urbana original do espaço.

ESPAÇO PÚBLICO: QUE PÚBLICO ?

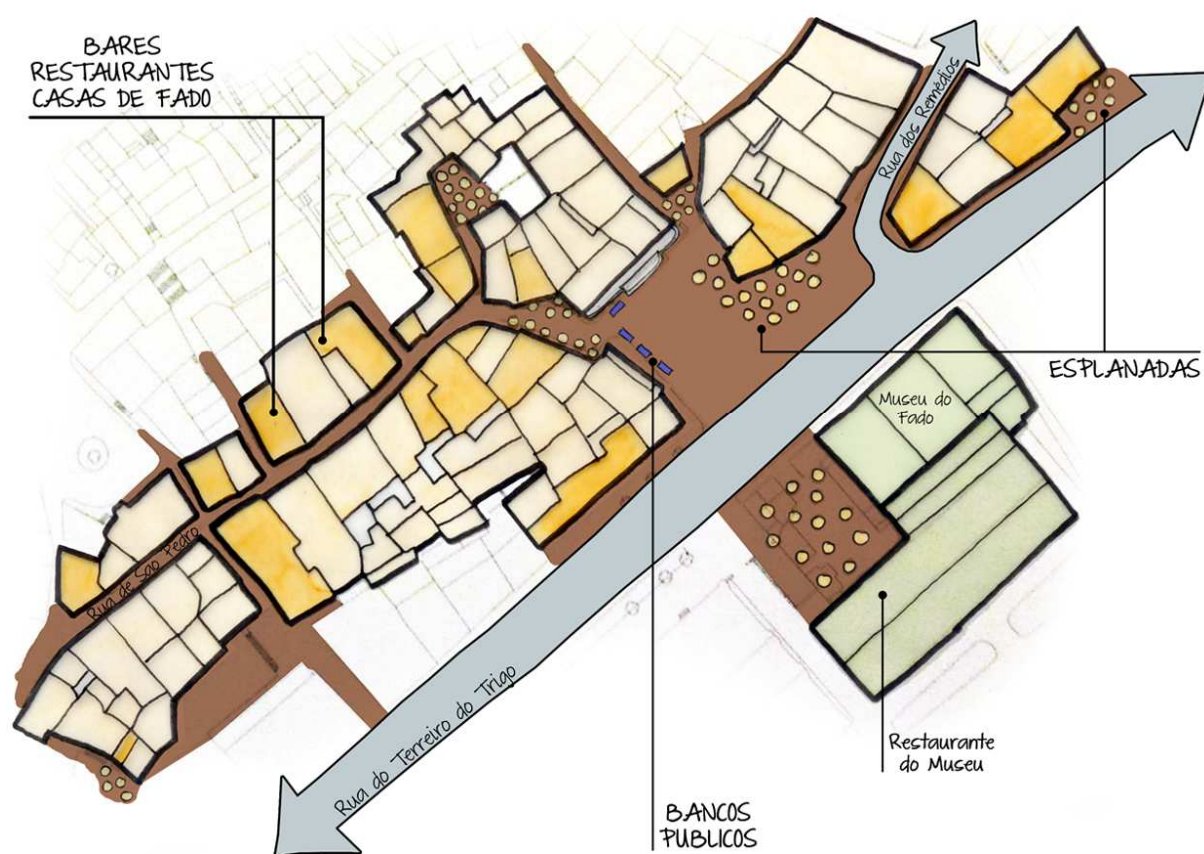


Figura 20: Esplanadas e Bancos Públicos no Largo. Fonte: Elaboração própria.

ESPAÇO PÚBLICO: QUE PÚBLICO ?

IMPACTOS DA REABILITAÇÃO URBANA SOBRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Alfamistas encontram-se todos os dias...



... cumprimentam-se...



... conversam nos bancos públicos...

... ou sentados na borda do Chafariz...



... atravessam o Largo...

... e nunca mudam os seus hábitos ! *



* durante as Festas, os Alfamistas continuaram a ocupar os bancos do Largo, sem importar-se da presença das barraquinhas de Manjerico

Figura 21: Os Alfamistas no Largo. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.

ESPAÇO PÚBLICO: QUE PÚBLICO ?

IMPACTOS DA REABILITAÇÃO URBANA SOBRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Turistas e outros transeuntes passam pelo largo todos os dias...



... descansam no Chafariz...



... ou numa esplanada...



... compram farturas na altura das festas...



... É ocasionalmente, sob o olhar dos Alfamistas...



... o largo acolhe uma festa de turistas com DJ instalado dentro do Chafariz de Dentro ! *



* festa, achada por acaso, no início de Julho. Observação: Turistas a dançar / Alfamistas a olhar.

Figura 22: Usos no Largo. Fonte: Elaboração própria; Fotos: arquivo pessoal.

4.5. Conversas de rua. As vivências no Largo

4.5.1. Método de análise

A escolha do método de procedimento para este trabalho de campo está ligada ao objectivo da nossa pesquisa. Trata-se de perceber como a forma do espaço público e os usos que nele se encontram implantados influenciam a sua apropriação pela população, bem como entender, como difere esta apropriação segundo os diferentes tipos de utentes do espaço. Que lugar ocupa hoje o Largo do Chafariz de Dentro em Alfama? E que lugar ocupava antes? Como as mudanças geradas pelo processo de RU introduziram mudanças na apropriação do espaço?

Neste sentido, optamos por vários métodos, combinando a observação directa no local, tanto do quadro construído como da população utente e dos eventos que nele acontecem, com uma observação participante²³, através de entrevistas informais com as pessoas. A informação recolhida foi complementada pelas informações extraídas de livros e revistas sobre a reabilitação urbana. A análise é essencialmente descritiva.

4.5.2. Observação participante do Largo do Chafariz de Dentro

Para perceber a forma e o funcionamento de um lugar, é muito importante compreender a vivência no espaço, captada não só pelo nosso olhar, mas também através dos olhos dos outros, daqueles que vivem o lugar, no seu dia-a-dia. Para isso, a observação do Largo do Chafariz de Dentro foi efectuada em diferentes momentos do dia, assim como em diferentes dias da semana. Trata-se de um espaço ocupado por varias distintas funções, e rodeado por formas construídas igualmente muito diferentes. Também é um lugar de passagem, por causa da sua localização ribeirinha estratégica, e de ponto de convergência de muitas das ruas de Alfama, que seguindo naturalmente a topografia da encosta vêm desembocar no Largo, obrigando as pessoas a passar por esta “porta” de entrada e saída do bairro.

A ideia principal, através das conversas com as pessoas, era de saber como elas vêem e vivem o Largo. Para isso, tentou-se saber a frequência de utilização e a razão de essa utilização, a descrição que as pessoas fazem do espaço, se sentem alguma identificação com o lugar, o que pensam da forma e dos materiais, dos prédios, dos comércios, e o que mudariam no lugar. Estas variáveis permitiram-nos descobrir como as pessoas observam o Largo em questão, a sua forma e o que mais influencia a apropriação do espaço. Como também foi importante observar as características que para as pessoas questionadas deveriam constar num largo e, assim, constatar se a forma e as funções do Largo do Chafariz de Dentro estão de acordo com os seus interesses.

Foram considerados, a diferentes momentos do dia, diversos tipos de interlocutores, mas que sempre estivessem directamente ligados ao Largo, ou seja, que mantivessem um contacto frequente com o espaço. Optamos igualmente por falar com alguns turistas que passaram por ali, porque consideramos importante entender a opinião de pessoas que têm uma experiencia apenas de passagem pelo lugar. Também, visto que o equipamento principal do Largo é um Museu (o Museu do Fado) que foi pensado e desenhado para estes turistas, achamos importante saber o ponto de vista deles em relação ao equipamento.

²³ *“Situação de pesquisa onde observador e observado encontram-se face a face, e onde o processo de colecta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objectos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em dado projecto de estudos”* (Serva e Júnior, 1995).

A. Com que frequência utiliza o Largo do Chafariz de Dentro? De Passagem? Para ficar nas esplanadas? Nos bancos?
B. Pode fazer uma descrição do Largo?
C. Identifica-se com o espaço? Porquê?
D. Se tivesse a possibilidade, que mudaria no Largo?
E. Para si, um espaço público deveria ter o quê?
F. O que acha do Museu do Fado?

Figura 23: Estrutura das conversas informais realizadas com as pessoas. Fonte: Elaboração própria.

4.5.3. Interpretação dos Resultados

Para interpretar os resultados desta análise, vamos resumir as respostas mais significativas em relação a cada questão.

Entres todas as pessoas com quem falamos, distinguimos 3 grupos:

1. Os “Alfamistas tradicionais” que sempre viveram no bairro,
2. Os “Novos Alfamistas”, geralmente mais jovens,
3. Os turistas.

A. Questão da frequência de utilização do Largo

Distinguimos neste caso dois tipos de utilizadores:

- os que frequentam o Largo, mas somente de passagem,
- e os que o frequentam, permanecendo algum tempo, usufruindo das esplanadas ou dos bancos.

B. Descrição do Largo

Nesta questão, foi curioso constatar que grande parte das pessoas, em vez de descrever a forma do Largo, fala da ocupação social do espaço: das pessoas que passam por lá, das que ocupam as esplanadas dos bares, das que se encontram nos bancos públicos para conversar, etc.

Os alfamistas tradicionais, apesar de alguns sentirem que é um espaço agradável, demonstram de maneira geral uma insatisfação com a Câmara, que produziu um espaço não para eles próprios, mas para os estrangeiros ao bairro e para os turistas. Percebe-se que alguns sentem-se espectadores da vida no largo, que observam sentados nos bancos, ou na borda do Chafariz. Para os novos alfamistas, o largo é um marco importante, onde o Museu do Fado constitui para eles um ponto de referência para combinar encontros com amigos. Os turistas vêem o espaço como um lugar agradável, tranquilo e aberto.

C. Identificação com o espaço

A maior parte das pessoas com quem estivemos a conversar não se identifica com o Largo. Aqueles que deram uma resposta positiva, podem ser classificados em duas categorias: ou tinham nascido e sempre vivido em Alfama, e então o Largo do Chafariz de Dentro fazia parte do seu bairro, e das suas lembranças de infância; ou identificavam-se com o lugar pelo simples facto de estar a gostar de morar em Alfama, e entendiam o Largo como o espaço de todo o mundo, onde os encontros e as vivências eram razões suficientes para se sentir pertença, ou pelo menos para que sentissem o espaço um pouco seu.

Outras pessoas qualificaram o Largo de espaço “familiar”, pela frequência com que passavam por ali, e porque conheciam pessoas que frequentavam o local.

D. Se pudesse, mudaria no Largo...

Apesar de ter tido dificuldades em fazer uma descrição do espaço, quase todas as pessoas com quem estivemos a falar mudariam algo no Largo do Chafariz de Dentro. Alguns intervinham aumentando os espaços de convívio, para se produzir mais dinamismo. Outros

modificariam o mobiliário urbano. Nesse sentido, foi mencionada a necessidade de ter ali mobiliário e equipamento infantil. Outros reforçariam os estabelecimentos comerciais. E por ultimo, vários alfamistas tradicionais lamentaram o abandono do Chafariz, e defenderam a necessidade de ter de novo água lá.

E. Um espaço publico deveria ter o quê?

Esta pergunta foi feita, tentando orientar a conversar para considerações relativas às funções que todo espaço público em geral, e o Largo do Chafariz de Dentro em particular, deveriam ter. As funções de descanso, encontro, reunião e sociabilização surgiram entre as referidas. Segundo as pessoas que expressaram a sua opinião, por ser um lugar de convivência, o Largo do Chafariz de Dentro deve ser cómodo, com vegetação (árvores) e água (no Chafariz), bonito e limpo. E tem que agregar os seus usuários, sendo palco de manifestações culturais como feiras e espectáculos.

Algumas pessoas, que associavam “vida em Alfama” com “segurança e crianças brincando nas ruas”, sugerem que o Largo do Chafariz de Dentro deveria ter equipamentos vocacionados para as crianças. Outros moradores do bairro acham que o Largo deveria ter balneários públicos. Alfamistas mais jovens foram ainda mais precisos e determinados, comentando que o bairro tem poucos espaços públicos, e que estes espaços eram fundamentais para a saúde mental.

De uma forma geral, a praça deve ser um lugar “tranquilo” e “com segurança”. O tema da segurança foi muito mencionado pelos residentes do bairro, que conhecem a realidade do problema de tráfico de drogas que hoje ainda existe no Largo.

F. O Museu do Fado

Os alfamistas com quem falamos, tanto os jovens como os mais idosos, nunca visitaram o Museu do Fado. Segundo eles, “isso foi feito para os turistas”, embora eles pensam que o fado é para ser descoberto nas tascas e casas de fado espalhadas pelo bairro.

4.5.4. Conclusões. O Largo entre privatização e segregação sócio espacial

A localização do Largo do Chafariz de Dentro na fronteira entre Alfama e o rio Tejo teve desde sempre uma influência na sua apropriação pelos alfamistas. Hoje ainda, o largo é um lugar de forte trânsito, mas também é um espaço de encontro e sociabilização.

O ritmo de usos quotidianos desta zona acompanha o horário de funcionamento dos bares, restaurantes e tascas. Quando estes locais fecham, o largo fica vazio e sem vida.

Dentre as práticas observadas, as dominantes são:

- a travessia,
- o repouso (num banco, ou na esplanada de um bar),
- actividades de consumo (compra de algum produto),
- actividades de descoberta e contemplação (olhar para as fachadas, tirar fotos),
- actividades lúdicas (crianças brincando no largo, baile nocturno).

No entanto, depois de ter observado o espaço e conversado com algumas pessoas, constatamos a existência de uma segregação sócio espacial no largo:

- os quatro bancos públicos e a borda do Chafariz (muitas vezes utilizada pelas pessoas como banco!) são ocupados pelos alfamistas tradicionais, geralmente reformados, que têm o hábito de sentar-se e permanecer bastante tempo a conversar e a observar as pessoas que atravessam o largo. Tendo frequentado o largo vários dias seguidos durante varias semanas, reparamos que são sempre as mesmas pessoas que se encontram lá diariamente;
- as esplanadas dos bares localizados no Largo são ocupadas na maior parte do dia pelos turistas e por uma população mais jovem que geralmente mora no bairro;

- as esplanadas dos restaurantes localizados nas ruas que saem do Largo são frequentadas essencialmente pelos turistas.

Assim, hoje em dia, tanto o Largo do Chafariz de Dentro como as ruas que dele saem estão invadidos por mesas, cadeiras e guarda-sóis. Se por um lado é evidente que esta ocupação do domínio público com esplanadas dinamiza o espaço urbano do centro histórico; por outro lado, traduz a crescente privatização deste espaço, onde as pessoas vêm-se obrigadas a consumir para poder usufruir de lugares, que já não são tão “públicos” como deveriam ser.

No largo, algumas vezes vimos crianças brincando. Mas nunca sozinhas: sempre vigiadas pelos avós ou pelos pais. Isso pode explicar-se pelo clima de insegurança presente no largo, devido não só ao problema do tráfico de drogas que nunca deixou de existir, mas também a mudanças ligadas ao bairro, que hoje pelo facto de ter mais estrangeiros, perdeu o ambiente de segurança que outrora permitia às famílias deixar as crianças brincar fora de casa, sem preocupar-se de nada.

Enquanto à paisagem sonora do lugar, caracteriza-se por uma animação constante, composta pelo entrelaçamento de vozes de turistas, alfamistas e comerciantes, que falam forte, chamando-se uns aos outros, rindo e convivendo.

5. Conclusões

Como já referido no prólogo, a motivação primeira deste trabalho passou por tentar perceber alguns elementos do complexo processo da evolução dos espaços sociais nos centros antigos mediterrânicos, através do caso peculiar de Alfama. Assim, optou-se pelo estudo da apropriação do espaço público pela população, sendo este um espaço de interacção social com um papel preponderante neste tipo de tecido urbano.

Numa primeira fase tentou-se identificar as principais tendências na evolução sociodemográfica de Alfama, libertando-nos *a priori* de preconceitos sobre a existência ou não de gentrificação. Seguidamente, e após termos verificado a recente presença no bairro de um processo de gentrificação, o desafio foi tentar mostrar as manifestações desta gentrificação através da análise dos seus impactos palpáveis sobre o modo de apropriação do espaço público pela população.

Desde que começamos o levantamento de dados, uma das maiores dificuldades com que nos confrontados, foi o facto de se tratar de um bairro que já foi largamente estudado no âmbito das ciências sociais, mas pouco (ou quase nunca) abordado em estudos relativos à avaliação do processo de Reabilitação Urbana que teve lugar em Lisboa. Ou seja, foi pouco estudado do ponto de vista físico e espacial. Tendo sentido a necessidade de estimar uma visão de arquitecta, tornou-se naturalmente primordial conseguir fazer essa ligação entre os moradores e a dimensão espacial do bairro.

Outra dificuldade foi a tomada de decisões relativamente aos métodos de investigação a aplicar, tendo em conta, por um lado a escassez do tempo útil do qual dispúnhamos, por outro o leque de indivíduos com quem seria realisticamente possível entrar em contacto. Assim, tendo começado por um trabalho necessariamente quantitativo de caracterização da população alfamista, percebemos rapidamente uma necessidade de adoptar, neste caso, uma abordagem sensitiva e etnográfica para desenvolver a reflexão, e aportar elementos de resposta às questões colocadas no início da investigação.

Portanto, tendo sempre em mente a dificuldade de recorrer a métodos etnográficos com os quais não estamos suficientemente familiarizados e que não temos a pretensão de dominar, fizemos várias escolhas:

Decidimos começar por entrevistar os actores do processo de RU em Alfama, bem como outros indivíduos que conhecem a realidade imobiliária do bairro das últimas décadas. Estes primeiros encontros deram-nos uma panorâmica geral da situação em Alfama, e da sua evolução em relação ao seu processo de RU. Foram informações de campo valiosas, que hoje não se encontram recenseadas na literatura. Foram estas entrevistas que revelaram a existência de um fenómeno de gentrificação cujo aparecimento na última década se explica pelo próprio modo de implementação do processo de RU que, depois de uma primeira fase gerida exclusivamente pela Câmara, colocando a população do bairro no centro do processo, tentando fixar nele esta mesma, passou para as mãos da iniciativa privada que, estimulada por prioridades de rendimento financeiro, fomentou a gentrificação. Sendo assim, a população alfamista de hoje é uma mistura de “alfamistas tradicionais” e “novos alfamistas”, que coabitam segundo os princípios da boa vizinhança que sempre caracterizaram o bairro, e lidando com uma frequência turística do bairro cada vez mais considerável.

A partir desse momento, a segunda etapa que nos apareceu essencial, foi entrevistar de forma idêntica os moradores do bairro, com o objectivo de obter a “outra visão”: a visão da população. Optamos por falar com alfamistas tradicionais, sendo estes os que melhor conhecem o bairro. Este segundo leque de entrevistas forneceu-nos mais informações sobre

as vivências no bairro em geral, e no espaço público em particular, bem como sobre a evolução dessas mesmas vivências nas últimas décadas. O espaço público ocupou sempre um lugar central no dia-a-dia dos alfamistas, continuando ainda hoje a manter essa importância. No entanto, a realidade de hoje é outra. As mudanças mais significativas mencionadas por eles são relativas à evolução do comércio, às vivências em volta da água e dos chafarizes de Alfama que hoje estão todos fechados, ao desenvolvimento a uma escala maior das Festas dos Santos Populares, ao turismo cada ano mais importante, ao decréscimo da sensação de segurança, e ao despovoamento do bairro causado por um processo de RU demasiado lento.

Por fim, depois desta fase de entrevistas, sentimos a necessidade de permanecer no terreno, a *etnografar* a área de estudo usando vários métodos, tais como a análise urbana por percurso fotográfico, a observação directa e participante, e a realização de percursos comentados com moradores (para este último método de análise, consultar anexo 7.2.). Do percurso fotográfico, fizemos várias observações relativas a mudanças nas características do espaço público na área de estudo (mudanças estreitamente ligadas ao processo de RU e à gentrificação induzida por este mesmo) e na apropriação deste espaço pela população. Assim foi como detectamos alguns elementos anunciadores de fenómenos tais como a banalização e a museificação do bairro, a privatização do seu espaço público, e a perda da memória colectiva inerente a ele.

A observação participante do Largo do Chafariz de Dentro pôs em evidência a existência de uma segregação sócio espacial. “Alfamistas tradicionais”, “novos Alfamistas” e turistas não se misturam. Observando atentamente o espaço e conversando com os seus utentes, conseguimos perceber, “quem faz o que”, e “quem ocupa qual lugar”. Assim, num espaço aparentemente aberto para todos, existem na realidade vários sub-espacos. E finalmente, o percurso comentado, realizado a título experimental (ver anexo 7.2.) revelou-se uma técnica marcante de colecta de informação, que poderá ser desenvolvida para uma análise mais aprofundada da área de estudo.

É de salientar que mesmo no papel de estrangeira que chega ao bairro, não houve quaisquer dificuldades em comunicar com os técnicos nem tão pouco com a população. Ou seja, revelou-se fácil a obtenção de informação. Seguramente será necessário gerir toda esta informação, mas ficou claro que será fácil obter a participação da população. Esta gosta do seu bairro e quer participar no futuro dele.

Ficaram claras também algumas ideias sobre: qual o estado actual do bairro, quais os perigos existentes e quais as opções para o futuro.

Assim, dados os fenómenos e processos analisados ao longo do trabalho, podemos visualizar um conjunto de conclusões, que apresentamos em cinco eixos principais:

5.1. Alfama face aos impactos da globalização: gentrificação, museificação e perda de identidade

Alfama e os bairros históricos de Lisboa simbolizam a imagem da cidade: forjam a identidade cultural e a qualidade de vida urbana, orientam o desenvolvimento urbano moderno e são fundamentais para a economia local.

No entanto, os problemas enfrentados por estes bairros são numerosos, e podem causar uma diminuição da qualidade de vida dos cidadãos: perda da identidade e dos laços sociais, carência de infra-estruturas e falta de equipamentos públicos, ausência de manutenção do património edificado que pode levar a sua demolição ou queda, dificuldade de atrair investimentos e estimular a economia local, etc.

Hoje, Alfama, tanto como todos estes bairros, não escapa aos impactos da globalização, nem aos problemas socioeconómicos com os quais é confrontada a cidade de Lisboa. Inscreve-se no ciclo de vida e de auto-regeneração da cidade, baseado na atractividade e na melhoria da qualidade do território. Esta atractividade, procurada hoje em dia pelas cidades, conhece evoluções e depende de um equilíbrio delicado, fortemente ligado à satisfação das necessidades dos residentes, ao emprego, à democracia local e à valorização dos recursos.

Se os bairros históricos apresentam características diferentes ligadas à sua génese e às suas histórias, os mecanismos que conduzem à sua degradação ou ao seu abandono, seguido do seu reinvestimento, são geralmente semelhantes ao que vimos acontecer em Alfama: os bairros são primeiramente abandonados pela população original, sendo depois reinvestidos por classes populares que tradicionalmente ocuparam os centros, ou por populações oriundas de áreas rurais ou da imigração.

Depois disso, o círculo vicioso é bem conhecido: degradação e alteração do património por um lado, e mais-valias fundiárias das zonas degradadas reabilitadas por outro lado, obrigam os moradores mais pobres a sair da zona urbana, deixando o lugar para a chegada de classes sociais de maiores recursos económicos. Este processo, designado por “gentrificação”, faz-se acompanhar muitas vezes pela “museificação” do tecido urbano, e pelo condicionamento do acesso ao bairro (sendo esta uma das manifestações mais comuns da privatização do espaço).

Alfama é um bom exemplo que ilustra este fenómeno. Os Alfamistas tradicionais deram ao bairro, ao longo dos séculos, essas especificidades, essa identidade tão característica que constitui ainda hoje a imagem colectiva associada ao bairro, que sempre foi degradado fisicamente, mas extremamente rico do ponto de vista simbólico.

Essa riqueza levou as autarquias a dar-se conta da importância de preservar e valorizar este tecido tão peculiar. Assim, num primeiro momento, a Câmara, consciente da ligação desse património às pessoas, pôs em prática um processo de reabilitação com um enfoque social, integrando a população local, intervindo no bairro com e para essa população. Contudo, poucos anos mais tarde, a Câmara acabou por deixar-se levar por ambições maiores, numa óptica de intervenção a maior escala.

Isto levou ao aumento das rendas, à saída de muitos alfamistas, que foram progressivamente substituídos por uma nova população, e à inevitável museificação do bairro. Com tudo isto, o que é que permanece dessa identidade do bairro, que tinha suscitado há 30 anos, todo esse interesse e esses debates sobre a necessidade de reabilitar?

Portanto, os factores de evolução e mudança do bairro de Alfama foram:

- económicos: a aceleração da globalização, o aumento da pobreza e da fragilidade da estrutura económica do bairro, a mudança dos modos de produção e de comércio, tiveram um efeito directo sobre a vida e o edificado do centro histórico;
- sociais e culturais: a evolução das estruturas sociais, dos estilos de vida e de consumo tiveram um impacto directo sobre o tecido edificado e as actividades, nomeadamente as actividades tradicionais (varinas, mercados, apregoadores, etc.);
- psicológicos e simbólicos: a percepção do bairro pela população e a “imagem” que tinham os visitantes, foram fundamentais no processo de degradação ou revitalização;
- políticos: uma mudança de governo ou de prioridades da Câmara pode apagar anos de trabalho e de investimento. Neste sentido, uma falta de vontade política e de enquadramentos jurídicos, foram freios ao processo de revitalização, ao ponto de poderem causar as maiores destruições do património urbano;

- demográficos e espaciais: o crescimento demográfico participa na expansão urbana e na pressão sobre a cidade. Como ao contrário, a perda de população leva ao problema do abandono dos centros históricos.

Se estes processos também podem existir em várias cidades do mundo, em momentos diferentes, cada história urbana é diferente e tem que encontrar as suas próprias soluções. Sendo assim, como enfrentar a situação actual em Alfama?

5.2. A vontade política, um factor chave do sucesso

Os representantes políticos e as suas equipas têm um papel “motor” a desempenhar. Eles podem orientar as estratégias de revitalização, colocando as pessoas no centro do processo, como se tentou fazer em Alfama na primeira fase da RU. O arquitecto Filipe Lopes afirma que a experiência foi pioneira em Europa, e considerada como um exemplo a seguir:

“Na minha época, quando fizemos reabilitação, tudo funcionou, e até os locais foram visitados, inclusive por outros países da Europa, como exemplo de intervenção. O Conselho de Europa fez uma apreciação positiva do trabalho porque mantinha a população, o património, o ambiente, e o tecido social que dá carácter aos bairros. Porque na Europa fez-se a reabilitação fazendo gentrificação. Aquilo que depois aqui se quis fazer em 2000.” (Filipe Lopes, arquitecto entrevistado no 18-06-2011, ver Anexo 7.1.3.)

A reabilitação implica um compromisso responsável baseado num diálogo entre os numerosos actores, em diferentes escalas. Implica falar uma linguagem comum. A prioridade deveria ser validar intervenções tecnicamente fiáveis, realizáveis em prazos relativamente curtos, tendo sempre em mente as gerações futuras.

Como referido anteriormente, Lisboa, como muitas outras cidades, passou por uma fase de forte expansão urbana, durante a qual o núcleo histórico foi-se degradando à custa do crescimento das periferias. A revitalização que se foi desenvolvendo nestas últimas décadas nos bairros históricos, para remediar à situação, foi acompanhada de um aumento dos valores imobiliários, levando a uma perda de capital social e identitário. É normal para um bairro histórico reabilitado atrair novos moradores, novas actividades económicas e, portanto, assistir ao aumento dos valores imobiliários. No entanto, este processo não pode ser dissociado daquele outro que o acompanha: a exclusão das classes sociais mais pobres.

É necessário portanto, compensar estes efeitos negativos, usando estratégias que facilitem e assistem o acesso à habitação e aos serviços, incitando a criação de pequenas empresas que criem postos de trabalho, e atendendo às necessidades das pessoas de menores recursos.

5.3. A revitalização pode ser socialmente sustentável e economicamente viável

“A participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária consciencialização de todas as gerações. Não deve ser esquecido que a salvaguarda das cidades e dos bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes.”

Carta de Washington: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS, 1987.

A preservação dos tecidos antigos não pode ser tratada separadamente das populações que neles vivem e que lhes dão significado. Muitas experiências mostraram que a “santuarização” do edificado, que expulsa as populações mais modestas ou mantém uma população que não contribui a preservá-lo, conduz à degradação deste património e impede a transmissão da história do bairro.

A transformação tem que ser uma interpretação das funções urbanas antigas, em toda a sua diversidade. Uma revitalização socialmente sustentável inclui ao mesmo tempo uma dimensão de conservação e de desenvolvimento, e assume a forma de estratégias e acções que melhoram a vida dos moradores e a percepção que eles têm do bairro, atraem os turistas, como também atraem novos moradores e investidores.

5.4. O deslocamento espacial da identidade e da cultura popular

A substituição da população em Alfama traduz-se hoje pela substituição do significado de costumes e tradições tais como as famosas Festas dos Santos Populares. Com efeito, o que antes era um evento de convivência na vizinhança, tornou-se num verdadeiro negócio, atraindo cada vez mais pessoas. E hoje em Alfama, as festas estão nas mãos das associações. Já não têm nada a ver com as famílias. Vista a rapidez com a qual as coisas estão a mudar²⁴, será que o processo de transformação da utilização do espaço público é comparável ao que aconteceu no Bairro Alto?

A pergunta faz sentido, na medida em que existe em Alfama outro fenómeno notável, que é o florescimento de bares “alternativos”²⁵ que está a surgir com a chegada dos novos alfamistas, e que inevitavelmente lembra-nos o Bairro Alto, cuja realidade insere-se nestes contextos sócio espaciais. Efectivamente, embora o Bairro Alto seja receptáculo de enraizadas e antigas manifestações e tradições culturais, tem, nos últimos anos, assistido a profundas alterações no seu tecido social com a chegada de novos moradores, portadores de um estilo de vida próprio, e com a introdução de novos espaços comerciais direccionados para novos públicos, adeptos de conceitos culturais alternativos.

Em que medida a identidade e a cultura popular podem ter-se deslocado de Alfama? Talvez estejam hoje em Chelas, levadas para lá pelas famílias realojadas no processo de reabilitação urbana e que nunca mais voltaram a Alfama? A malha urbana apertada de Alfama foi favorável a este tipo de vivências, mas será que em Chelas temos a mesma realidade? Será que a arquitectura propiciou o desenvolvimento do modo alfamista de apropriação do espaço público? Ou foram as pessoas que tiveram que adaptar-se à arquitectura? E em que medida este comportamento é desejável, num contexto em que a vida moderna está a criar novos tipos de comportamentos?

Todas estas questões abrem o debate sobre a compreensão do processo de realojamento e apropriação dos novos espaços habitacionais privados e públicos por famílias que, desde que chegaram à cidade, estiveram a morar nos bairros do núcleo histórico. Não obstante do vasto trabalho teórico e de projectos já desenvolvidos sobre estas questões, o caso particular de Alfama reacende interrogações que representam potenciais caminhos para

²⁴ A Dona Maria Manuela Alegre, Alfamista entrevistada no dia 21 de Junho de 2011 (ver Anexo 7.1.5.), fala de mudanças notáveis na última década.

²⁵ Mencionado por António Macedo, Agente Imobiliário entrevistado em Alfama no dia 15 de Junho de 2011 (ver Anexo 7.1.2.).

possíveis investigações pertinentes numa abordagem que se quer transversal a todas as ciências sociais.

5.5. Perspectivas futuras

É importante saber jogar com as perspectivas construídas durante a realização deste trabalho. O contacto pessoal com o terreno, com os habitantes do bairro, com os seus agentes privilegiados bem como o contacto com os recursos literários e conceptuais disponíveis, abriram assim algumas portas para possíveis investigações (fundamentais ou até mesmo aplicadas) que seriam de todo o interesse prosseguir.

Assim, um ponto que nos apresenta essencial, passa por uma reflexão sobre o papel da população local, não só como factor chave de consulta na elaboração de um diagnóstico para o desenvolvimento de medidas estratégicas ligadas às necessidades do bairro (por exemplo, sessões de Orçamento Participativo ao nível do Bairro), mas também, a população enquanto agente activo na dinamização de acções de trabalho comunitário de reabilitação do espaço público²⁶.

No caso de Alfama, parece-nos evidente a existência de massa crítica capaz de protagonizar este tipo de acções, tanto ao nível da população tradicional enquanto actores base que imortalizam as vivências populares, mas também os novos habitantes que procuram não só respeitar, mas também estimular essas dinâmicas populares.

Sobre isto, António Macedo fala sobre os novos habitantes:

“(...) muitos destes jovens estão a começar actividades culturais no bairro. Alguns fazem investimentos abrindo bares, com ligação a actividades culturais (não necessariamente fado). Há gente a criar associações, a organizar arraiais, a abrir bares que depois têm workshops de pintura, têm música, etc. Por exemplo, um grupo de amigos criaram a associação “Alfama-te”, dedicada ao bairro, e fazem actividades no espaço público: jantares nos pátios, arraiais, cinema na rua (projectando por exemplo filmes na parede da Igreja de São Miguel). Portanto gostam do bairro e querem dar alguma coisa ao bairro também.”²⁷

Dado isto, uma linha de investigação que seria importante desenvolver e aprofundar passaria, numa primeira fase, por uma análise espacial dos agentes locais existentes, dos seus papéis e das suas zonas de intervenção. Seria também interessante perceber as redes de relações, o tipo de associações ou de pequenos grupos de dinamização, a tipologia de acções e o espaço no bairro onde são protagonizadas essas acções. Por fim, perceber o nível de contacto e envolvimento da população tradicional do bairro nas novas práticas. Este trabalho seria interessante desenvolver numa perspectiva de criação de sinergias entre os diferentes actores, suscitando uma participação mais efectiva na vida do bairro e no poder de decisão da população nas intervenções tanto ao nível social, cultural, mas também de reabilitação urbana, por exemplo.

²⁶ Cf.: WAMPLER, Brian (2008), A Difusão do Orçamento Participativo Brasileiro: “Boas Práticas” devem ser promovidas? *In* Opinião Pública, Junho, ano/vol. 14, número 001, pp. 65-95.

²⁷ António Macedo, Agente Imobiliário entrevistado em Alfama no dia 15 de Junho de 2011 (ver Anexo 7.1.2.).

É importante falar em envolvimento da população local enquanto *decision makers*, quando se pretende garantir a sustentabilidade dos recursos de um determinado espaço. Por recursos entendam-se recursos sociais, culturais, patrimoniais, económicos, etc.²⁸

Sobre a importância do envolvimento da população na tomada de decisões, Pedro Roberto Jacobi refere: *“A participação assume um papel cada vez mais relevante na denúncia das contradições entre os interesses privados e os interesses públicos na construção de uma cidadania ambiental que supere a crise de valores e identidade e proponha uma outra, com base em valores de sustentabilidade.”*²⁹

O caso de Alfama, apesar de específico, retrata um fenómeno já conhecido um pouco por todo o mundo e que já foi amplamente estudado. Seria importante para o futuro do bairro e para a sustentabilidade do seu microcosmo urbano, social e cultural, uma atenta avaliação das verdadeiras necessidades da sua população e do seu espaço físico.

²⁸ É importante referir que sobre o envolvimento da população em processos de democracia participativa, existe um amplo trabalho desenvolvido a nível académico, bem como das metodologias usadas, obstáculos, vantagens e desvantagens deste tipo de processo. Por exemplo, cf.: PERESTRELO, Margarida (2005), *Prospectiva: planeamento estratégico num contexto de desenvolvimento regional*, ISCTE, Tese de Doutoramento.

²⁹ JACOBI, Pedro Roberto (2003), *Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil*, in *Sociedade e Estado*, vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 2003.

6. Referências bibliográficas

AUDAS Nathalie, MARTOUZET Denis, «Saisir l'affectif urbain. Proposition originale par la cartographie de réactivation des discours», communication au colloque: Penser la ville - approches comparatives, Khenchela, Algérie, 2008.

BARTHES, Roland, *La chambre claire. Note sur la photographie*. Paris: Éditions Gallimard et du Seuil, 2005 (Primeira publicação em 1980).

BESSMANN Sandra, ROTA Mathias, *Espace public de la médina : La place «Jemaa el Fna»* in “La gentrification dans la médina de Marrakech”, Université de Neuchatel, Institut de Géographie, Abril 2008. CALVINO, Italo, *Le città invisibili*, Turim, Einaudi, 2009, p. 10-11.

BOUCHE, Nancy, *Tourisme et patrimoine urbain: les grandes interrogations*, in “Le tourisme et la ville: expériences européennes”, Col. Tourisme et Sociétés, L’Harmattan, 1998.

BROOKS, David, *Les Bobos*, F. Massot, Paris, 2000 (trad., par Marianne Thirioux et Agathe Nabet, de *Bobos in Paradise: the new upper class and how they got there*, Simon & Schuster, 2000).

CARTA DE WASHINGTON: *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, ICOMOS, 1987.

CHOAY Françoise, MERLIN Pierre, *Dictionnaire de l’Aménagement et de l’Urbanisme*, PUF, 2000.

COLLIER, John, *Visual Anthropology: Photography as a Research Method*, University of New México Press, 1986. (ver Google books).

COSTA, António Firmino da, *Sociedade de Bairro*, Oeiras: Celta, 1999.

COSTA, António Firmino da e ALVES, João Emílio, *Avaliação Processual em Reabilitação Urbana: Conceitos e Instrumentos*, Sociologia – Problemas e Práticas, n.º22, Lisboa, CIES, 1996, pp. 61-79.

COSTA, António Firmino da, *Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros*, in “Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa”, Vol. XXI (3.º-4.º-5.º), 1985 (n.º 87-88-89), pp. 437-1088

DELBAERE, Denis, *La fabrique de l’espace public – Ville, paysage et démocratie*, Ellipses, Paris Collection la France de demain, 2010.

FERNANDES, José Manuel, *VALIS 1990-1991: Modernizar Lisboa ligando o passado ao futuro*, in *Sociedade e Território* n.º14/15 “Património, Ambiente e Reabilitação Urbana”, Dezembro 1991, pp. 16-30.

GLASS, Ruth, “Introduction” in *London, aspects of change*, Centre for Urban Studies (dir.), Londres, Macgibbon & Kee, 1964, p. 12-41.

INDIAS CORDEIRO, Graça e VIDAL, Frédéric, *A Rua, Espaço, Tempo, Sociabilidade*, Livros Horizonte, 2008.

INNERARITY, Daniel, *O Novo Espaço Público*, Teorema, 2006.

JACOBI, Pedro Roberto, Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil, in *Sociedade e Estado*, vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 2003.

KUBAN, Doğan, *İstanbul Yazıları (Les écrits sur Istanbul)*, İstanbul, 1998, p. 157 et D. Kuban, “Meydanlar” (Les places), in *Dünden Bugüne İstanbul Ansiklopedisi*, vol. 5, İstanbul, 1993-1995.

LOW, Setha, *On the Plaza – The politics of Public Space and Culture*, University of Texas Press, Austin, 2000.

MAGALHÃES, Andreia, *Alfama e Mouraria – Um Processo de Reabilitação*, in “Reabilitação Urbana: Experiências Precursoras em Lisboa '05”, Coleção Expoentes, Lisboa, 2005, pp. 118-161.

NEWELL Alan, SIMON Herbert, *Human Problem Solving*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1972.

PERESTRELO, Margarida, *Prospectiva: planeamento estratégico num contexto de desenvolvimento regional*, ISCTE, 2005, Tese de Doutoramento.

PROSSER, Jon, *Image-Based Research: A source book for qualitative researchers*, Falmer Press, 1998.

SANTOS SILVA, Cristina, *Reabilitação Urbana e Satisfação Residencial em Alfama*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, ISCTE, 1994.

SILVANO, Filomena, *Antropologia do Espaço, Uma Introdução*, Oeiras: CELTA, 2001.

SIRCHAL, *Sítio Internacional sobre a Revitalização dos Centros Históricos das Cidades de América Latina e do Caribe*.

THIBAUD Jean-Paul, *La méthode des parcours commentés* in Michèle Grosjean, Jean-Pierre Thibaud (éds.), *L'espace urbain en méthodes*, Marseille, Parenthèses, 2001, pp. 79-99.

WAMPLER, Brian, A Difusão do Orçamento Participativo Brasileiro: “Boas Práticas” devem ser promovidas? *In Opinião Pública*, Junho, ano/vol. 14, número 001, 2008, pp. 65-95.

7. Anexos

7.1. Entrevistas

7.1.1. Joaquim MENDONÇA DIAS, Sociólogo

da Unidade de Projecto de Alfama (ex GTL de Alfama).

06.06.2011

“O “pobre” é associado ao “popular”, mas esquece-se de que o popular tem, como os outros grupos sociais, um capital etnográfico fortíssimo, de usos, hábitos, e tudo aquilo que faz parte do espírito do local.”

Quando começou o processo de Reabilitação Urbana (RU) no caso do bairro de Alfama?

O processo de Reabilitação Urbana começou formalmente na década dos anos 90, mesmo que os GTL de Alfama, Mouraria e do Bairro Alto já tivessem sido criados anteriormente, Alfama e Mouraria nos anos 86-87. Devido a acontecimentos que surgiram na cidade, o projecto tomou peso a partir do ano 90-91.

Assistimos nessa altura a uma situação única: a criação de uma Direcção de Serviços que se ocupava especificamente da RU dos núcleos históricos da cidade de Lisboa, dentro da estrutura orgânica da Câmara. Anteriormente funcionavam como Gabinetes constituídos à parte da CML. A CML incorporou essa competência devido à importância que se começou a dar ao centro histórico da cidade em consonância com a emergência da salvaguarda do património ditada pelas orientações internacionais.

Como foram as primeiras intervenções?

No começo dos anos 90, período em que foram criados os serviços, foi desenhado um modelo de gestão particular do controle da iniciativa privada, precisamente para evitar que ocorresse a *gentrificação*. Chamava-se RU de Intervenção Mínima.

Em que se baseava esse modelo?

Era um modelo progressivo, e genuíno, acudia às situações mais gritantes, mais urgentes. Daquele edificado que se encontrava em pior estado de conservação. As obras eram de intervenção mínima, quer dizer, realizavam-se as obras indispensáveis para dignificar a qualidade do habitat. Recuperava-se o edifício restituindo-lhe a salubridade e introduziam-se nos alojamentos, a cozinha e o wc quando inexistentes. As obras realizavam-se sempre com o cuidado de não serem dispendiosas, pelo custo mínimo, o mais baixo, em vez de se ter orçamentos elevados, privilegiavam-se custos controlados. Isso implicava que os proprietários que recebiam as participações para reabilitar as suas propriedades não aumentassem muito as rendas às pessoas que lá viviam. Portanto, a exclusão daquelas pessoas que viviam no bairro também era controlada. Chamava-se Reabilitação Urbana de Intervenção Mínima pois acudia ao edificado em mau estado de conservação e privilegiava a permanência da população que vivia nos bairros.

O que é que aconteceu depois disso?

A partir do 94, vivíamos o evento de Lisboa Capital da Cultura, começou-se a esboçar a preparação de Lisboa para a Expo 98. Nesta altura percebeu-se que o executivo da Câmara pretendia também acompanhar o processo de preparação da cidade histórica para o grande evento da Expo 98. Existia um núcleo de trabalho no Parque das Nações que planeava e

projectava a cidade imaginada, produzida à partir de uma ideia, a questão dos oceanos era a palavra mote. E, a CML, através da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU), recuperava a cidade histórica. O projecto urbano de RU no centro da cidade, no casco histórico, era um projecto de intervenção na cidade antiga, no espaço urbano consolidado. Nessa altura a RU de intervenção mínima sofreu uma inflexão. Definiu-se um novo conceito, a reabilitação urbana deixaria de ser dispersa e de só acudir aos casos mais urgentes para passar a concentrar-se em projectos urbanos específicos, indutores de reabilitação urbana concentrada, pretendendo-se um processo mais dinâmico e com maior visibilidade. Foram desenhados politicamente, pelo executivo da altura, os Projectos Integrados e Acções Especiais da DMRU. Um por cada bairro histórico em que a RU intervinha. Com a criação de equipamentos sócio - culturais no interior dos bairros históricos, estes tornavam-se aptos para estabelecerem um equilíbrio em termos de oferta da cidade antiga ao mundo, num futuro que se avizinhava promissor turisticamente e que a cidade antiga e os seus bairros seriam uma mais-valia.

Quais foram os impactos deste evento no processo de Reabilitação Urbana?

A partir desse momento, efectivamente começa tudo a mudar, por varias razões. Uma delas foi a própria atenção que a cidade e o seu centro histórico, nomeadamente os bairros antigos, começara a ter a diferentes escalas, passamos de uma atenção à escala local para uma focagem europeia e internacional. A identidade urbana de carácter popular desses bairros, constitui-se numa potencialidade a explorar. Concentram-se atenções no centro histórico de Lisboa e por conseguinte em Alfama. Automaticamente, agentes imobiliários, promotores, grandes investidores, descobriram o “filão de ouro”, e começaram a fazer investimentos e o bairro começa a estar sobre pressão.

Convém realçar que alguns anos depois da EXPO, o executivo da Câmara muda de esquerda para direita, em 2002/2003), e o neoliberalismo que já espreitava assume-se descaradamente nestas zonas e acaba por ser preponderante em termos de gestão urbana, quer pública, quer de incentivo privada. É assim que a *gentrificação* inevitavelmente aparece, e de uma forma “descontrolada”, a partir dos anos 2000. O modelo de intervenção controlada que permitia reduzir a *gentrificação* e favorecia o enraizamento da população residente, passou à história!

Quando surgiram as intervenções de Reabilitação do Espaço Público?

O que é que foi programado?

Os projectos de intervenção no Espaço Público surgiram precisamente quando se começou a pensar preparar o centro histórico mais para os turistas do que para a população residente, com o evento da Expo, de que já falámos.

Então desenvolveu-se a ideia de fazer “Projectos Integrados” (PI)?

Sim, a ideia era trabalhar a Reabilitação Urbana de modo a fornecer maior visibilidade, por conseguinte também se tinha que intervir no espaço público. Dentro dos bairros históricos centrais identificaram-se edifícios que estavam de certa forma abandonados, inoperantes, e definiu-se uma forma articulada e integrada, uma forma de intervir.

Como é que esses projectos integrados se formataram?

Primeiro foi criado dentro da DMRU uma Divisão de serviços específica denominada Divisão dos Projectos Integrados e Acções Especiais (DPIAE). Tinha por competência fundamental planear e programar urbanisticamente e arquitecturalmente as funções a atribuir a cada um dos edifícios identificados como alvo das operações de PI. Para aferir qual a melhor função a atribuir a cada equipamento de bairro, foram constituídos, respectivamente, foros de discussão participada com os agentes locais mais representativos. Chamavam-se os Grupos de Pilotagem dos PI. Havia uma ideia que se aperfeiçoava em cada reunião, estabelecia-se a pouco e pouco a ideia do “que é que seria necessário fazer ali?”, com os chamando parceiros representantes do bairro, e parceiros exteriores à própria Câmara, que tinham a ver com a gestão destes bairros na cidade cidade, tais como o turismo, a

economia, etc. Dessas discussões, no caso concreto do PI do Chafariz de Dentro, surgiu a ideia de que era necessário ter, dentro da cidade, um espaço honrasse o Fado, a música popular de Lisboa. Logo esta ideia ganhou forma, e obviamente tinha que ser em Alfama por tradição.

O que é que foi feito em Alfama?

O programa funcional foi estabelecido para o edifício da Estação Elevatória da Água em Alfama, assim ali nasceu o actual Museu do Fado, que começou por ser a Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, veja o site da EGEAC, no que refere a este equipamento cultural e perceberá bem do que se trata.

Começou portanto como um Projecto Integrado, que além do edifício do Museu, incluía uma intervenção de RU numa área de habitação e comércio envolvente.

A área incluía o Largo do Chafariz de Dentro e as ruas que dele saem. Ia-se intervir ao nível da reabilitação do edificado, do comércio. Nesta segunda vertente, o PI ainda se arrasta. Identificou-se o regime de propriedade dos edifícios, diagnosticou-se o estado de conservação e definiram-se objectivos. Adquiriram-se alguns edifícios, realizaram-se realojamentos provisórios e alguns definitivos, também algumas obras mas ainda há muito para fazer. E hoje, passados quase 30 anos na história da reabilitação urbana em Lisboa, temos ali um exemplo paradigmático do que de bom e de mau se fez. O museu foi construído, houve uma intervenção no espaço público do largo (pavimento, bancos, equipamento e mobiliário, iluminação, etc.), o comércio nas imediações melhorou substancialmente, qualificou-se com funções predominantemente turísticas, as esplanadas apareceram e o Fado prolifera na zona...

Quais foram as mudanças geradas no espaço público?

Tendo uma primeira abordagem, “romântica”, do espaço, vêm-se pessoas sentadas nos bancos, conversando, “coabitando” com os turistas, etc. Mas quantos bancos públicos existiam antes da intervenção? Agora existem quatro, salvo erro! Depois, olhando para o próprio espaço: as esplanadas dos estabelecimentos estão a ganhar espaço, a pouco e pouco estendem-se. Portanto, quem quiser lá estar, usufruir do espaço quando os 4 bancos estão ocupados, tem que se sentar nas esplanadas. É o comércio que está a fazer a exploração do espaço público. O indivíduo está condicionado, de certa forma, a estar naquele espaço, pagando. É muito subtil...

A rua de São Pedro é uma rua fundamental de Alfama. Desapareceu praticamente o comércio de proximidade, era a rua do mercado do bairro, hoje restam algumas, a maior parte é loja de *souvenirs* turísticos e bares e restaurantes com esplanadas que galgam o espaço público. Já existiam uma mesa ou duas, mais agora..., não é que seja desagradável, dá um certo ar cosmopolita, mas seria interessante analisar que utiliza essas esplanadas, se são a população local ou se são maioritariamente pessoas exteriores que vistam o bairro...

O próprio projecto da EMEL de acesso condicionado ao bairro é um bocado disso também: o espaço público acaba por ser um espaço de exploração económica mais do que um espaço de vivência gratuita e de apropriação livre por parte da população.

Disse que a *gentrificação* apareceu, descontrolada, nos anos 2000. Quem são estes novos moradores do bairro?

São os neo-intelectuais, pessoas da pequena e média burguesia, os ditos “bobos”³⁰ em França, tanto nacionais como muitos, muitos estrangeiros. Os nacionais são pessoas que pensaram, raciocinaram, e encontram em Alfama uma vantagem, uma alternativa: viver num sítio que tem alma, identidade cultural, história, passado, hábitos enraizados, e ainda por

³⁰ *Bourgeois-bohème*, tradução francesa do inglês (bourgeois bohemian), a formulação é-nos apresentada por David Brooks em *Les Bobos*, F. Massot, Paris, 2000 (trad., par Marianne Thirioux et Agathe Nabet, de Bobos in Paradise: the new upper class and how they got there, Simon & Schuster, 2000).

cima no centro da cidade em vez de se instalarem nas urbanizações periféricas da cidade, sem alma e sem identidade. Estudos sociológicos que foram realizados sobre a questão das identidades territoriais, de como é que um espaço urbano cria a sua identidade, adiantaram como necessário o período mínimo 25 anos para que as pessoas possam criar as suas redes de sociabilidade, de vizinhança local, relações de proximidade. Um indicador de espaço com alma é por exemplo poder ver as crianças brincarem na rua, nos largos. Isso vê-se em Alfama, vê-se isso na Amadora, Mercês, etc? Quantos 25 anos em Alfama existem? São séculos e séculos de transmissão da cultura que se criou neste território da cidade. A cultura foi passada de pais para filhos, filhos para netos, etc. E muitos dos que partiram do bairro e que agora vivem nas cidades satélites de Lisboa, vêm ainda deixar os filhos com os avós porque ali há essa segurança, já eles ali brincaram. Há efectivamente um enraizamento local muito forte, uma cultura de tradição fortíssima. E os novos moradores, os que têm vindo durante a década de 90, procuram essas vantagens existentes num sítio como este.

Os turistas que aqui se instalam, porque é um espaço central, com uma âmbienci pitoresca muito forte, um bairro um território, um espaço urbano com identidade.

Há hoje em Alfama uma predisposição para atrair investimentos. Um filão importante são os apartamentos para alojamento temporário, para estudantes, turistas, escritores ou artistas plásticos de passagem à procura de inspiração, etc. Começa a haver muita oferta disto. E portanto, a população local começa a partir, tende-se se não houver algum cuidado na gestão política urbana destes locais a criar-se uma crosta de edificado mais ou menos característico mas sem conteúdo, sem as pessoas que faziam a manutenção da cultura desse local! Porque estas pessoas estão só de passagem.

Quais são hoje os impactos visíveis desta gentrificação?

Os impactos não afectam só os hábitos e costumes da população, mas também são perceptíveis ao nível do parque edificado. Os prédios acabam por só ser uma fachada. Compram-se por exemplo dois edifícios, juntam-se para fazer áreas maiores, de acordo com os estereótipos habitacionais actuais, regulamentares, e portanto acaba por ser só a casca, sem o miolo. Assim, podemos dizer que existe um impacto da gentrificação a dois níveis: ao nível dos próprios costumes, que ficam artificiais, “turisticados”, e, também, ao da própria arquitectura, que acaba por não ser a arquitectura tradicional. Retira-se o miolo dos edifícios, para fazer *fachadismo*, as tipologias genuínas do local, os métodos e técnicas construtivas tradicionais vão desaparecendo conforme se vai intervindo.

O conceito de gentrificação apareceu nos anos 60 como sabe com Ruth Glass, e depois foi sendo retrabalhado. Hoje, há quem fale de “gentrificação positiva”, e de “gentrificação negativa”. Mas o que é positivo? O que é negativo? Depende de onde nos posicionamos e do filtro que nos pomos para analisar a situação.

Qual seria o cenário disto no futuro? O que é que vai acontecer?

Se não houver algum cuidado de gestão, aquilo que é um filão de ouro para o turismo acaba por desaparecer: a identidade do bairro. Alfama não terá alma popular que a caracteriza. Será um casario de *fachadismo* que se estende na encosta sul da colina até ao Tejo. Casas se residirá a preços elevados. Viverá de uma memória, não de uma realidade. Um ambiente urbano que aludirá tempos antigos, espaços públicos mais ou menos pitorescos retrabalhados para parecer e não ser, onde o fado se perpetuará nos restaurantes para sobretudo para os visitantes. Um cenário que, pessoalmente, como cidadão de Lisboa e técnico de sociologia na CML e investigador sobre questões de património cultural urbano, não gostaria que acontecesse!

Cada vez mais, ali se concentram as atenções de investimentos económicos de grupos imobiliários que têm poderes persuasivos para comprar as casas aos pequenos proprietários populares, fragilizados economicamente, muitos deles idosos, pouco empreendedores e com dificuldades em manter em bom estado de conservação os seus bens imobiliários. Assim, cada vez mais os alfamistas vendem as suas casas e vão-se embora. Continuando a esboçar um cenário prospectivo, o que acontecera de aqui a 25 ou

30 anos a Alfama? Não existirão pobres no centro da cidade. O “pobre” é associado ao “popular”, mas esquece-se de que o popular tem, como os outros grupos sociais, um capital sociocultural etnográfico fortíssimo (de usos, hábitos, de tudo aquilo que faz parte do espírito do local). Triste, não é?

Mas tudo depende de como as coisas evoluírem, isto é um mero cenário definido com os indicadores emergentes e que se posicionam e pressionam fortemente na actualidade o bairro de Alfama. O factor económico é muito forte, muito determinante, bem sabemos, mas o aspecto cultural tem a sua resistência...

Também não pretendo uma Alfama cristalizada no tempo, sem mudanças, *museificada*, que se projecte no futuro como um bairro “folcrolizado”, não! Só que essas mudanças podem ser feitas cirurgicamente, com cuidado, com respeito pela dignidade humana, sobretudo daqueles que são socialmente mais frágeis.

Como evitar isso?

Encontrar-se um ponto de equilíbrio para a sustentabilidade do bairro: da morfologia arquitectónica e tipológica da arquitectura, da imagem de base popular do território, moderadamente misturada com as funções de um espaço com valor para o turismo cultural, que coabitem sem conflito e sem rupturas, que se verifique a manutenção do espírito local.

Como é que se faz isso?

Cientificamente, apenas se pode fazer diagnósticos, experiências..., e apresentar resultados, mas tecnicamente, do ponto de vista urbanístico, com vontade política pública associada à vontade privada e com a disponibilização dos recursos necessários, é viável. Retrabalhando-se o projecto de RU. Actualizando-o, planeando e programando com os indicadores actuais, definindo uma estratégia de intervenção e de execução objectiva referenciada num cenário sustentável entre a tradição e a modernidade urbana.

Portanto com uma adequada política de gestão pública deste território, bastante atenta, que contemple as preocupações que referi, que esteja atenta aos preços de arrendamento e de venda do imobiliário para que não sejam especulados, que proporcione condições para que os alfamistas e seus filhos não partam do bairro para viver noutros sítios e só cá venham para fazer o folclore das festas populares de Santo António, que se proporcione uma reprodução social e ambiental de forma natural das características do território, que se estimule a vivência de bairro e se estimule o interesse por se continuar a viver em Alfama. Isto requer um grande trabalho de “culturalização” e de estímulo da auto-estima tanto social como individual da população local. Mas isto não se ajusta ao modelo actual de intervenção urbana que actualmente impera nas abordagens aos bairros populares antigos ou históricos, o modelo de Reabilitação Urbana, com o *lobby* do neoliberalismo, derapou para o modelo de Regeneração Urbana!

7.1.2. António MACEDO, Agente imobiliário

15.06.2011

“Eu diria que a população antiga representa 60% das pessoas. Depois, deve ter um 30% mais ou menos que esta entre os jovens portugueses e os jovens estrangeiros. E se calhar 10% são as tais classes com mais dinheiro, ou seja as famílias ricas antigas de Alfama, e os jovens que compram as casas de luxo.”

Quem são os Alfamistas de hoje?

Em Alfama tens, neste momento, dois tipos de população:

Por um lado a população antiga do bairro, e por outro uma população nova que começou chegar muito recentemente, na década de 2000.

A população antiga do bairro, é gente que há algumas gerações já vivia aqui, e que continua a ter aquela vida antiga de bairro, de comunidade, de estarem juntos e de se conhecerem todos. Esta população é originária da importante imigração rural que houve. Hoje em dia essas pessoas fazem parte do bairro. Normalmente são proprietários, mas há alguns que são arrendatários. Depois, houve uma chegada massiva de gente do meio rural nos anos 30-40, população que imigrou dentro do próprio país nesse período difícil de guerra. Muitos desses são os que hoje tem as tascas, restaurantes e casas de fado. Esta população é a que eu considero como os antigos de Alfama. Hoje em dia é uma população envelhecida.

Existe actualmente um buraco geracional, entre estes velhotes, e uma população muito mais jovem. Isso se explica por um fenómeno que ocorreu há duas décadas: os filhos e netos destas pessoas passaram por uma fase muito difícil, entre o fim da década de 70 e o começo da década de 90, por causa do consumo de drogas. Houve uma ou duas gerações, que são os descendentes dos velhotes de Alfama de hoje em dia, que passaram por uma verdadeira razia, uma limpeza grande, por causa do consumo de drogas, e sobretudo de heroína. Metade dos filhos e netos dessa gente morreu. Outros sobreviveram mas ficaram debilitados. E muitos acabaram por ir viver para fora do bairro, por causa disso: aqueles que tinham problemas e que queriam estar bem, arranjam outros sítios para viver.

E a nova população que esta a chegar ao bairro desde o começo da década de 2000, é uma população que não tem nada que ver com Alfama. É uma população mais jovem, que vem viver no bairro desde que começou a febre da reabilitação em Lisboa. Houve nessa altura uma mudança de paradigma: “vamos deixar de construir os subúrbios de Lisboa, e passar a reabilitar a cidade antiga”. Começou a criar-se a ideia de que, como em outros bairros, em Alfama era preciso reabilitar, fazer casas novas. Os prédios reabilitados deixaram de ter apartamentos pequenos, para passar a ter áreas maiores: juntavam-se duas ou três casas, para fazer uma maior. Em Alfama, as casas continuam a ser relativamente pequenas em media, mas não tão pequenas como eram antigamente. Antes as pessoas podiam viver em 15 metros quadrados. Agora 30 ou 40 é um mínimo.

É caro arrendar um apartamento em Alfama hoje?

Como evoluiu o sector imobiliário nestas ultimas décadas?

Em Alfama, até há muito pouco tempo (uns 7 anos), era muito barato arrendar uma casa. Era um bairro degradado, onde havia casas muito pequenas, e onde durante o século XX a maior parte das pessoas pertencia a uma população operária, gente que vivia com as condições mínimas (famílias de 8 ou 10 pessoas a viver em 20 metros quadrados era normal, os próprios prédios estavam divididos em casas muito pequenas).

Aconteceu, a partir dos anos 50, um congelamento das rendas. A seguir a segunda guerra mundial estávamos numa fase economicamente difícil, como toda Europa. Salazar decidiu parar com o aumento das rendas para aliviar as pessoas. Isto era uma coisa de dois ou três anos, só que depois arrastou-se e prolongou-se por dez anos, depois trinta, e aquilo

continuou até à revolução portuguesa. E na altura da revolução, as rendas ainda estavam congeladas. Não houve coragem política de mudar isso, e na altura havia coisas mais importantes que tratar. Tinha-se que esperar uns anos antes de fazer a alteração das rendas. Mas nos anos 80, quando era a altura de fazer, não se fez nada. Manteve-se o congelamento das rendas. Porque? Porque desde os anos 50 até aos anos 80 e até aos 90 (quando finalmente se começou a alterar a lei do arrendamento), o valor de arrendamento das pessoas não acompanhou a inflação. Nos anos 90, já tudo custava 50 vezes mais, mas as casas continuavam a ser arrendadas por 10 ou 15 euros por mês.

O que é que aconteceu? Antes tínhamos em Lisboa famílias que tinham mais dinheiro, que investiam em construção, ou reabilitação de prédios, para arrendar. Isso deixou de existir. Porquê? Porque a partir do momento em que se congelaram as rendas, para os proprietários arrendar apartamentos deixou de ser negócio, começaram a perder dinheiro. Inicialmente, já ganhavam menos, mas nos anos 80 já não ganhavam nada, porque havia e ainda há prédios em Lisboa que, se calhar tens 8 apartamentos no prédio, mas o proprietário recebe uns 150 euros de renda por mês! Não dá nem sequer para manter o prédio em condições. Portanto, ser proprietário de um prédio deixa de ser uma fonte de rendimento para passar a ser um problema. De ser um problema, passa a ser um trauma, não só do proprietário mas também da família que ocupa o apartamento. Porque desde os anos 50 muitos proprietários morreram, e os filhos e netos herdaram os prédios, e todas aquelas pessoas, progressivamente, vão criando literalmente um trauma com a situação. Não querem nem saber dos prédios, não querem ouvir falar deles. Porque cada vez que há um problema no prédio, eles têm que gastar dinheiro para arranjar o telhado, ou seja o que for, e estão a perder dinheiro sempre.

Nos anos 90 começou-se a alterar isto. E mais recentemente, a lei do arrendamento finalmente mudou (há 7 ou 8 anos mais ou menos): para os novos arrendamentos, faz-se um contrato de habitação para arrendamento, e segundo a lei o prazo é do mínimo 5 anos (mas há também contratos específicos para estudantes, por períodos mais curtos). O que diz a lei, é que nesses 5 anos paga-se a renda combinada inicialmente, e o proprietário só pode alterar a renda ao fim desses 5 anos.

Como se deixou de ter um mercado normal de arrendamento, a oferta de casas para arrendar é muito pequena. Ainda hoje em dia, com as leis novas, continua ser muito pequena. Há muito pouca oferta. Porque durante 40 anos ninguém investia em casas para arrendar. Economicamente, não interessava, não era negócio. Portanto quando tu tens uma oferta muito pequena e que muita gente precisa de casas para arrendar, o que é o caso agora, os preços sobem. As pessoas não têm dinheiro para pagar as rendas. E como não tem dinheiro, não pagam. Hoje ainda há um problema, que é: continua a ser difícil em Portugal libertar os apartamentos ou as casas das pessoas que não pagam rendas. Isso continua a existir. Além do problema das rendas baixas, também há pessoas que arrendam casas, pagam a renda durante dois ou três meses, e depois param de pagar. E passam um ano, um ano e meio em tribunais e advogados, e o proprietário a sofrer.

Mas também agora, continua a haver muitas pessoas a pagar rendas baixas. Ainda há. Porque a lei ainda protege as pessoas antigas que já têm contratos muito antigos, protegendo durante muito tempo os filhos dessas pessoas e os netos. Ainda há pessoas de vinte e poucos anos a pagar 20 euros de renda, porque antes da nova lei ainda conseguiram passar o contrato ao nome deles.

Qual seria o perfil socioeconómico do Alfamista?

A população antiga é pobre, e a população nova tem maiores meios económicos?

Não é assim tão simples. Também há casas grandes em Alfama. Além desta população antiga pobre e operária, também tens uma população antiga rica, que tem grandes casas e palácios no meio de Alfama, que é uma coisa que não se percebe por fora. Por exemplo, em Santo Estêvão nas costas da Igreja numa rua muito estreita, tens uma casa que os populares chamam “Palácio de Santo Estêvão”, que hoje em dia pertence à família Sousa Coutinho. Esta população não tem nada que ver com a outra, mas isso não quer dizer não se misturam. Também se misturam.

Então e a população nova? Quem são estes jovens?

A partir da década do 2000, começa a ter mais reabilitação, começa a fazer-se apartamentos de luxo nos bairros históricos de Lisboa, e também em Alfama. Os arquitectos começaram fazer coisas luxuosas por preços que não estão ao alcance da população de Alfama. Portanto há apartamentos de luxo no meio de Alfama também.

Desde há 4 ou 5 anos, começou haver finalmente uma adaptação ao mercado real. Passou a ter mais liberdade na questão do arrendamento: os velhos morreram, os apartamentos ficaram vazios, e as pessoas começaram outra vez naturalmente a reabilitar os prédios e os apartamentos para fazer arrendamentos a gente jovem: estudantes Erasmus à procura de casas, e cada vez mais turistas interessados em ir para uma casa particular em vez de ir para um hotel (isto em Alfama virou moda). Os proprietários perceberam isso, e agora é uma loucura, toda a gente quer arrendar a turistas, comprar prédios para fazer “hostels”, etc. Uma solução comum é por exemplo alugar a estudantes durante o inverno, e depois no verão quando os estudantes vão-se embora, alugar a turistas. Assim a casa nunca fica vazia.

A população estudante estrangeira entrou de repente em Lisboa em força, e precisa de casas. Alfama era o bairro que supostamente tinha arrendamentos baratos. Era famoso por isso. Portanto era claro que essa população estudante primeiro quis vir para estas zonas antigas. Também tinham interesse pelas características estéticas do sítio, a história do lugar, etc.

Depois, ao mesmo tempo, há uma população de jovens portugueses, alguns também estudantes mas com uma média da facha etária um bocado mais velha do que a média dos Erasmus, que são de Lisboa ou de zonas à volta de Lisboa, e que querem viver no centro da cidade. Também não têm muito dinheiro, e também gostam da zona centro da cidade. E muito importante: a maior parte deles não tem carro, é gente que anda de metro. Portanto, querem viver mesmo no centro. Há uma população muito grande hoje em dia de portugueses que tem objectivos de vida completamente diferentes do que havia há vinte anos atrás: é gente que gosta de viajar, gosta de ter experiências, são pessoas que não são agarradas a coisas materiais, que dão mais valor a ter uma vida flexível do que a fixarem-se em qualquer lado. Portanto são pessoas que são dispostas a arrendar casas baratas em zonas centrais para não ter problemas de locomoção.

Então no total, os Alfamistas seriam estes quatro tipos de populações?

Como convivem? Pode-se dizer que se misturam?

Sim. Basicamente, tens:

- a população antiga de origem rural;
- a população antiga de origem nobre;
- a população Erasmus, que primeiro arrendavam casas pequenas e que agora tentam arrendar casas maiores em conjunto para que seja mais barato porque as rendas subiram muito depressa;
- a população de jovens portugueses, que também acompanha um bocado essa população de estudantes estrangeiros: vão para o mesmo tipo de casas, têm o mesmo tipo de vida, vão aos mesmos bares. Esta população chama-se hoje a “Geração À Rasca”: população jovem que tem uma boa educação (muitos tiraram cursos superiores), mas que tem dificuldade em arranjar emprego. São pessoas que não vêm grandes soluções de vida aqui em Portugal mas que querem ficar cá. Muitos deles não têm os mesmos objectivos materiais que as pessoas das gerações mais velhas tinham. Querem trabalhar, mas também querem viajar, estudar noutros países e voltar, etc. Essa geração “À Rasca” são pessoas que não têm empregos muito fixos, portanto não têm grandes possibilidades económicas, em parte pela situação económica do País, mas também por opção. Juntam-se a partilhar casas. Esta população jovem (Erasmus + À Rasca) inicialmente conseguiam vir para aqui um ou dois deles arrendar casa porque eram baratas, agora a opção é “vamos arrendar uma casa maior que vamos dividir com mais pessoas”.

Mas depois, também tens outra população, que é a tal população que esta ligada a aquela geração de artistas e arquitectos que reabilitam prédios fazendo casas de luxo, mais modernas, misturando o antigo/o clássico com o moderno, etc. Muito deles também são jovens casais, engenheiros, arquitectos, advogados, etc., que compraram casa porque gostam mesmo do sítio.

Este último tipo de população é para mim aqueles que têm menos tendência de fazer vida de bairro. Tudo o resto se mistura muito. Portanto os jovens portugueses e os jovens estrangeiros que aqui vivem neste momento, em termos de circulação no bairro, são muito presentes. Não quer dizer que têm uma relação muito próxima com a população antiga, porque há uma distância cultural grande. Há uma convivência pacífica e boa.

Esta população com mais dinheiro, tanto os das famílias da antiga nobreza, como os que compraram as casas de luxo são as que se misturam menos, são menos significativos em termos de vida de comunidade, não trabalham no bairro, não se envolvem nas actividades culturais, não frequentam as casas de fado nem os bares.

Em termos de percentagens, só para ter uma ideia aproximativa, como repartiria todos estes tipos de populações?

Eu diria que a população antiga representa 60% das pessoas. Depois, deve ter um 30% mais ou menos que esta entre os jovens portugueses e os jovens estrangeiros. E se calhar 10% são as tais classes com mais dinheiro, ou seja as famílias ricas antigas de Alfama, e os jovens que compram as casas de luxo. Esta é a minha visão, que é uma visão de rua. Uma visão de quem anda na rua e fala com as pessoas que estão na rua. Se calhar os 10% que estou a dizer que não fazem vida de bairro, são mais, mas eu não os vejo.

Além de morar lá, qual é a contribuição da nova população jovem para a vida do bairro?

Como se apropriam do espaço público e dos comércio?

Como se integram na vida cultural?

Há um fenómeno muito interessante, que mais tarde ou mais cedo vai ter impacto também na população mais antiga de Alfama, que é que essas pessoas novas que estão a viver no bairro, apesar de não serem de cá, criaram alguns métodos de apropriação do bairro, de se ligarem ao bairro. E um dos mais visíveis para mim é o convívio que eles fazem, sobretudo nocturno, nos bares, casas de fado, etc., como por exemplo na Rua dos Remédios, que tem muitos bares agora, e onde há muita gente que convive à noite. Isto é uma forma de eles ligarem-se ao bairro, mas também entre si. É um tipo de vida de noite muito “easy-going”, relaxada.

E muitos destes jovens estão a começar actividades culturais no bairro. Alguns fazem investimentos abrindo bares, com ligação a actividades culturais (não necessariamente fado). Há gente a criar associações, a organizar arraiais, a abrir bares que depois têm workshops de pintura, têm música, etc. Por exemplo, um grupo de amigos criaram a associação “Alfama-te”, dedicada ao bairro, e fazem actividades no espaço público: jantares nos pátios, arraiais, cinema na rua (projectando por exemplo filmes na parede da Igreja de São Miguel). Portanto gostam do bairro e querem dar alguma coisa ao bairro também. Obviamente também tem um interesse comercial. Alfama está a crescer, e há mais e mais actividades.

O que há também, é uma certa dificuldade a ligar-se às pessoas mais antigas, porque existe uma distância cultural muito grande. Os jovens têm que fazer um esforço para os envolver nessas actividades. Mas isso hoje em dia acontece. Por exemplo, a associação “Alfama-te” organiza jantares todas as semanas, que se chamam “Alfama-te a dez”: vêm dez pessoas desconhecidas (normalmente são portugueses, mas também às vezes estrangeiros) jantar num pátio. O que fazem, é que eles combinam com a população residente para fazer o jantar à frente da casa deles, e a velhota da casa vai cozinhar para os dez convidados. Isso cria envolvimento com a população residente mais antiga e popular.

Também em Alfama hoje ainda há várias associações de bairro que funcionam, e que são espaços de intercâmbio e interacção muito importantes.

7.1.3. Filipe LOPES, Arquitecto

Director da Reabilitação dos Bairros Antigos de Lisboa, de 1990 a 2000.

18.06.2011

“Os tecidos sociais são coisas muito frágeis. É como uma planta: se a gente corta as folhas, morre.”

Qual foi a sua experiencia no processo de Reabilitação Urbana em Alfama?

Com que abordagem começaram intervir no bairro?

A Reabilitação começou em 1988. O presidente da Câmara era o engenheiro Nuno Krus Abecassis. Depois em 1990 houve eleições, e foi o partido socialista, em coligação com o partido comunista, que ficou com a Câmara. No tempo do Abecassis, em 88, houve movimentos de moradores, principalmente de Alfama e da Mouraria (que eram os bairros mais degradados), reivindicando melhoria das condições de vida ao mesmo tempo que expressavam o desejo de permanecer nos bairros.

Portanto, a opção de trabalho nessa altura foi efectivamente tentar responder a essa procura da população. E montou-se um sistema de reabilitação económica, que permitiu fazer obras (deslocando os moradores quando era necessário), ao mesmo tempo que se procurava que houvesse o mínimo possível de aumento de rendas.

O objectivo era essencialmente trabalhar sobre o que estava mais degradado, que era o edificado. As casas estavam em muito mau estado de conservação. Estiveram, durante muito tempo, condenadas a serem demolidas (até houve planos, como o plano de Le Corbusier para Paris, de arrasar e fazer tudo de novo). Essa condenação fez com que durante muito tempo não se fizessem obras nos edifícios. Só não foram demolidos porque estavam cheios de gente.

Por outro lado, o congelamento das rendas (que também foi um fenómeno quase extensivo a toda Europa) não possibilitava fazer obras de conservação. Portanto os edifícios estavam muito degradados. Hoje em dia, ainda há muitos edifícios degradados, mas não é comparável.

Em Alfama chegou a haver 2.000 habitantes por hectare em 1960. Portanto, a falta de habitação era muito grande e aqueles bairros preenchiam a função de alojar os imigrantes rurais de Portugal. Portanto, eram zonas de acolhimento.

O objectivo era manter a população, tornar possível com que as pessoas tivessem de sair. Mas quando isto começou em 1988, já tinha havido uma diminuição muito importante da população: já estávamos em Alfama em 400 ou 500 habitantes por hectare.

No entanto, eram habitações num tecido urbano orgânico, de ruas estreitas, que não foi planeado. O objectivo era habitação. Por isso, pouco se fez no espaço público. Até porque o espaço público é muito diminuto. As casas eram muito pequenas, e o clima favorece que o espaço público funcionasse como uma continuação da habitação. Muitas vezes as pessoas comiam fora, cozinhavam fora, e, deste modo conviviam muito com os outros habitantes.

São portanto bairros populares, e a ideia foi aceitar a vontade da população e melhorar as suas condições de habitação.

Em que consistiam as intervenções?

Todos os anos edifícios ruíam por falta de solidez. Portanto o trabalho inicialmente foi acudir às casas em pior estado. Havia muitos edifícios velhos com estruturas apodrecidas, edifícios que se tinham água e luz é porque se tinha posto depois, porque inicialmente não tinham nem água nem esgoto. Portanto, quando nós iniciamos o processo de RU, esses edifícios já tinham água, mas mal instalada, de tal maneira que tinha fugas, humidade, o que contribuía para o apodrecimento das estruturas, que eram de madeira.

A minha experiencia na reabilitação foi de 10 anos (1990 a 2000), período durante o qual nos reabilitamos 8.000 fogos, a um custo médio de 16.000 euros por fogo, o que é um valor muito baixo. E isto foi possível porque tínhamos programas de ajuda, como o RECRUA (programa de financiamento da reabilitação) que previa uma ajuda estatal (40% pagos pela

Câmara, e 60% pelo Estado) para projectos de reabilitação até a determinados “plafonds”. A ajuda era tanto maior quanto menor era a renda que as pessoas estavam a pagar. Isto no fundo correspondia à sociedade assumir o custo de uma opção política que tinha sido o congelamento das rendas (que não permitia ao proprietário fazer as obras).

Para evitar que o aumento da renda fosse muito grande, nós optamos pelo que chamamos a Intervenção Mínima, que tinha como objectivo reduzir os custos, mas sempre assegurando estanqueidade e estabilidade das edificações, e introdução de condições mínimas de qualidade na habitação: isto é, colocava-se sempre uma casa de banho e uma cozinha quando não existiam. O nosso trabalho foi uma experiência muito virada para o social e para os pobres. Essa intervenção mínima permitiu manter nesses bairros uma grande parte da população. Portanto, se hoje em dia ainda há uma certa vida popular local que dá, nesta altura das festas populares, aquele ambiente de bairro, é porque se conseguiu manter uma parte da população que tem esses hábitos, que inclusivamente esta adaptada às condições de vida naqueles bairros (porque efectivamente aqueles ruas estreitas e casas pequenas, não são favoráveis e não são aceites pela população mais “aburguesada”). Aquelas pessoas estão habituadas e gostam daquele ambiente, tanto que não queriam sair. Foram saindo depois.

Pode-se dizer que nessa altura a população participava no processo de Reabilitação?

Sim. Primeiro porque a iniciativa normalmente vinha dos habitantes, que iam ao Gabinete fazer as suas queixas. Depois, porque o Gabinete, face à situação e ao estado de degradação do edifício, quando decidia que era necessário fazer obras, discutia com as famílias para perceber as suas necessidades e fazer um projecto em função dessas necessidades. Falávamos também com o proprietário para ver se ele estava de acordo com o que se ia fazer. Inclusivamente, havia debates com assembleias, principalmente para definir as prioridades e as ordens de intervenção, porque procurávamos que fosse feito por consenso.

Quando era necessário realojar as pessoas para fazer as obras, onde eram realojadas?

Tínhamos algumas casas em Chelas, que aliás foram construídas no final da década de 80 para realojar as pessoas. Essas casas não foram bem pensadas, porque eram grandes e boas demais. As pessoas realojadas já não queriam voltar a o bairro. Até porque entretanto tinham comprado móveis, que já não cabiam na casa velha que era mais pequena.

O que é que aconteceu depois?

Quando eu saio, em 2000, aconteceu que tínhamos o pronuncio daquilo que viria a ser a crise que estamos a viver actualmente. Ninguém quis perceber do que se tratava. Na realidade, a política de habitação do Estado passou a apoiar de uma forma muito forte a construção de habitação para o acesso à propriedade. Tratava-se de construir para vender, e não para alugar. Portanto, com empréstimos às famílias para comprar casa, houve muita gente que foi viver para a periferia de Lisboa onde comprava as suas próprias casas. Acentuou o processo de desertificação que já vinha crescendo nestas ultimas décadas. Lisboa passou de 800.000 habitantes em 1960 a 400.000 agora. Diminuiu para a metade, todo o crescimento da cidade se fez para fora, e portanto, fez-se investimentos sem critério, sem pensar que era preciso pagar. Assim, dívidas enormes foram sendo acumuladas, pelas famílias, pelas empresas, pelo sector imobiliário, etc. Construiu-se em Lisboa nas décadas de 90 do século passado e primeira deste ao triplo do ritmo da Europa! Isto foi rápido demais. Claro que não havia capacidade para pagar. Já nos anos 98-99, começou haver casas a mais. Já não havia quem as comprasse, e ficaram muitas casas vazias. Assim, os investimentos feitos na construção não tinham retorno porque não eram vendidas. E então, o que é que o sector imobiliário pensou? “Temos ali um sector que é a reabilitação, a parte antiga da cidade, vamos deixar de fazer a reabilitação que se fez durante a década de 90, para fazer outro tipo de intervenções”. Assim, empresas imobiliárias começaram a comprar edifícios antigos, dão uma indemnização para as pessoas se irem embora, fazem obras,

transformam os prédios em casas para famílias mais ricas. Este foi o objectivo. Só que nem toda a gente quer ir viver para essas zonas, onde as ruas são tão estreitinhas, onde não se pode ter automóvel, onde é outro tipo de vida que é necessário ter. Não contaram com isso.

Porque é que este novo tipo de intervenções não funcionou?

Porque existem tantas obras paradas ainda hoje?

A reabilitação para ser possível exigia uma acção rápida e eficaz. Quando houve aquele movimento de moradores a reclamar a reabilitação dos bairros antigos, os Gabinetes, utilizando a lei de solos de 1976, criaram as “Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística”. Quando estava declarada essa área, a administração tinha a possibilidade de fazer as expropriações muito facilmente nesse perímetro. Assim, faziam-se declarações de utilidade pública, que estavam dadas para todo o perímetro automaticamente, como também estava dado o direito de preempção: uma pessoa, para vender um edifício, tinha de perguntar se a Câmara queria comprar. E a Câmara, como tinha a possibilidade de expropriar, se lhe interessava, dizia que sim. Mas fixava o preço. Não era o preço do mercado. Nunca se espoliou ninguém, mas o que se fazia, era que não se pagava o preço da especulação. Portanto, aquilo que se fez com esse sistema é que se tinha um domínio enorme sobre todas as transacções e sobre a especulação imobiliária. Portanto, não se dava possibilidade à especulação imobiliária funcionar naqueles bairros.

As pessoas queixavam-se e era preciso fazer obras, fazer um projecto, pedir preços a empresas de construção, e depois adjudicar o projecto. Todo esse trabalho costumava ser feito num serviço central da Câmara. Isso funcionava para toda a cidade, mas não estava montado de maneira a poder dar uma resposta rápida. O que é que aconteceu nessa altura (década de 90)?

Nos tínhamos os nossos técnicos que estavam no local, no Gabinete, que conheciam as pessoas, as pessoas tinham lá ido fazer a queixa, pediam as obras, reconhecia-se que era necessário intervir porque havia risco de ruir, etc. E portanto, eles faziam o pedido ao serviço da Câmara que ia fazer as obras. Existia um monte de processos de pedidos, que ficavam lá, e nunca tinham resposta. Por isso, decidiu-se que todo esse trabalho passasse a ser feito directamente nos Gabinetes. Assim, os Gabinetes começaram fazer os projectos, preparavam a adjudicação da empreitada, e seguiam a obra. Portanto, descentralizamos para os Gabinetes todas essas funções: de comprar, de exercer o direito de preferência, de lançar todos os projectos. Tudo passou a ser feito dentro dos Gabinetes (assuntos que normalmente eram tratados para toda a cidade num determinado serviço da Câmara). Esta particularidade de fazermos tudo nas áreas de intervenção funcionou até ao 2000, enquanto lá estive.

A partir daí, ainda durou mais dois anos, até que veio outra Câmara (Santana Lopes), que acabou com isso, retirando essas competências aos Gabinetes para voltar a pô-las nos serviços centrais. Por tanto, parou a reabilitação. Continuaram unicamente os projectos que já estavam lançados, e não se fez mais nada. E hoje os Gabinetes quase não têm trabalho, não funcionam, até hoje. Como não se fazia nada, novas pessoas começaram a sair do bairro. Não aguentaram estar nesses prédios tão degradados, e sem resposta da câmara, tentaram resolver a sua vida. Houve um êxodo ainda maior.

E o mercado imobiliário se pôs-se a funcionar livremente no terreno, já não havia limitações, as empresas imobiliárias podiam comprar prédios, e em certos casos, até foram elas que fizeram obras. Mas não para os residentes, sim para pessoas que vêm de fora, de outras classes sociais. Portanto, passou a haver gentrificação!

E em relação ao espaço público? O que é que foi feito?

Do ponto de vista do espaço público, eu fiz sempre muita resistência a alterações profundas à reorganização do espaço urbano. Porque o espaço urbano depende da vivência da população. Nas ruas, tentámos manter determinados pavimentos, fizemos umas melhorias em relação à conservação dos pavimentos e às infra-estruturas como as canalizações. São espaços que não tem grandes hipóteses de espaços verdes. Fez-se algumas coisas em

relação ao enquadramento de alguns equipamentos, como no Largo do Chafariz de Dentro. Tivemos algumas intervenções junto à Igreja de Santo António, mas muito “soft” (um sanitário enterrado em frente da Sé). Procuramos sempre manter a imagem dos largos e dos espaços.

O que acha do Projecto Integrado do Largo do Chafariz de Dentro?

O Largo do Chafariz de Dentro sempre foi um ponto de encontro, porque é um ponto de confluência de diversas ruas. Com o projecto integrado perdeu-se muito da essência da Rua de São Pedro. Essa reabilitação escapou ao meu controle. Foi uma reabilitação muito mais pesada do que aquilo que eu fazia. Para acelerar as obras (mas isso na verdade não acelerou nada, ao contrario levou mais tempo), o vereador quis que fosse nessa altura a EBAL (que hoje é a EGEAC) a ocupar-se do projecto. Como tinha ali um equipamento (o museu do Fado), definiu-se uma zona envolvente que foi da responsabilidade deles. Os concursos para os projectos foram lançados pela EGEAC e não por nós. O que se fazia na reabilitação era diferente, nós não fazíamos assim. Aquilo está transformado demais. A rua de São Pedro tinha um comércio intenso. Agora já não tem nada. Aqueles prédios ficaram vazios muito tempo, porque os projectos demoraram muito. E hoje ainda estão vazios, e vão continuar, porque aquilo não foi feito para os habitantes que lá estavam. Na reabilitação, tem que se pensar na população. Os tecidos sociais são coisas muito frágeis. É como uma planta: se a gente corta as folhas, morre.

Essa rua era a rua mais engraçada que havia ali, porque era muito animada, era quase toda composta por peixarias, tinha aquele “cachet”, corria água, cheirava mal, mas isso é a vida. Agora está acética, não tem graça nenhuma.

7.1.4. Dona Maria Fernanda SILVA, 77 anos, Alfamista

Morava na Rua da Regueira n°60.

Foi realojada num primeiro momento nas Escadinhas de Santo Estêvão n°21.

Hoje esta realojada na Calçada de São Vicente n°17.

20.06.2011

“Vivia-se bem. Era tudo gente muito pobre. Muito mais pobre que hoje. Nem tem comparação! Hoje dizem que são pobres, que têm fome. Não, não. Isso é tudo mentira.”

Qual é sua história de vida? A sua relação com o bairro?

Nos nascemos na Rua da Regueira, cinco raparigas. Morávamos num terceiro andar. A minha avó foi para a Rua da Regueira em 1900. Ainda era a monarquia. E depois a minha mãe casou, e também tínhamos uma tia connosco que não era casada. O resto da família tinha casado. E nos nascemos ali as cinco e fomos criadas lá. Fomos trabalhar com 11 anos, na costura. A minha mãe nunca nos quis pôr na casa de ninguém. Fomos todas para a costura. Trabalhei na costura durante 20 anos, mas lá não pagavam quase nada. Trabalhávamos para velhotas, e quando morreram fui procurar trabalho.

Fui eu a única que não casei. Todas as minhas irmãs casaram, e fizeram a sua vida. Hoje estão todas fora de Lisboa. Fui eu a única que fiquei no bairro. Elas vêm visitar-me com os sobrinhos quando podem.

Depois de ter trabalhado na costura, fui para fora. Trabalhei em Roma durante 25 anos, a criar italianos. Criei seis italianos. O pai do primeiro italiano estavam aqui em Lisboa. O senhor trabalhava em *Alitalia*. A senhora esperava um filho ou uma filha. Não sabiam. Eles moravam em Cascais. Eu disse a minha mãe “eu vou lá saber”. Porque gosto muito de crianças. Tinha crescido os meus sobrinhos. “Vou lá saber, e tenho que trabalhar”. E nessa altura fui ficar na casa deles em Cascais, para tomar conta do miúdo. Estávamos no ano 1965. E depois eles quiseram retornar para Itália, e me convidaram para ir com eles. Fui para Roma em 1966. Já o meu pai tinha morrido. E depois ali criei mais cinco primos, sempre no mesmo prédio. O italiano aprende-se facilmente, nem que estudasse nada. Deduzia, e aprendi com a televisão e com os miúdos.

E como é que foi o retornar a Portugal?

Os miúdos cresceram, o filho foi para Londres, os outros também seguiram o caminho para Santiago do Chile, casaram e tiveram filhos. O regresso foi depois de tudo isso.

Mas eu vinha sempre a minha casa da Rua da Regueira. Regressava todos os anos, dois meses. E cheguei a vir até de inverno, porque chovia a cântaros, e a rapariga que estava no segundo andar, que também tinha que trabalhar, não podia estar toda a noite, como eu estava toda a noite, a despejar a água. Mas isso acontecia só nos anos que chovia muito. Ficávamos a despejar cântaros, com baldes e alguidares.³¹

A minha casa da Rua da Regueira tem séculos. É do tempo das primeiras casas que fizeram em Alfama. Quando fizeram Alfama aqui não morava gente pobre. Morava gente do Castelo. Os principais estavam no Castelo, e os outros estavam em Alfama. E assim em Alfama a bocadinhos, se repararem, há bocadinhos que foram feitos depois ao longo dos anos. Portanto, foram preenchendo as hortas, os jardins e os largos, construindo casas.

³¹ Regueira é um rio pequenino. E antigamente ali naquela rua havia um riacho que atravessava. Como foram construindo e fazendo alterações, pondo muito betão e cimento na cidade, os níveis freáticos onde passava a Regueira ou os caudais por baixo da terra ficaram interrompidos, e a água acabava por sair, dentro de casas e em outros sítios.

E das suas lembranças de jovem, como é que se vivia aqui em Alfama?

Vivia-se bem. Era tudo gente muito pobre. Muito mais pobre que hoje. Nem tem comparação! Hoje dizem que são pobres, que têm fome. Não, não. Isso é tudo mentira. Também tenho porquíssimo. Mas não vou pedir nada a ninguém. Nem peço nada a ninguém, nem devo nada a ninguém. No entanto, a minha mãe tinha muito menos. A minha avó tinha muito menos. Os meus sobrinhos já têm muito mais.

Mas consegue-se lembrar como era o seu quotidiano? O seu dia a dia?

Nos tínhamos a vizinhança, o que hoje não é. Não é que não se conhecem, não é? Mas era diferente. Éramos crianças. Fomos trabalhar com 11 anos. E também tínhamos que fazer tudo em casa, que era tudo feito a mão. A minha mãe estava em casa. Era o meu pai que ia trabalhar.

E a casa? Era pequena?

Não, a minha casa não era pequena. Tinha um sótão muito bom. Com uma vista bonita para o rio. Quando vínhamos para casa, cosíamos. A minha mãe não nos deixava sair a lado nenhum. Nem ao Castelo nos deixava ir. E era de graça nessa altura, não se pagava! E era a ditadura.

Era ditadura, portanto havia regras muito definidas, não é?

E a minha mãe era ditadora! Não estou a me arrepender. A minha mãe e o meu pai foram sempre pessoas seríssimas. Também nunca pediram nada a ninguém. A minha mãe nunca pediu nada a ninguém. Nem à Junta de Freguesia de Santo Estêvão. Nunca.

E as festas nessa altura no bairro?

Eu nasci em 1934, e a marcha de Alfama começou em 1932. Havia poucas marchas, pequenitas, em Alfama e na Mouraria, que eram as marchas dos bairros. Agora é diferente. Agora há vinte marchas, estamos aqui até às 3 horas da manhã vendo as marchas na televisão! Naquela altura, era a marcha de Alfama que era a principal, e que ganhava sempre... e continua a ganhar!

A minha mãe nunca deixou que nos fôssemos nem na marcha, nem atrás das marchas. Mas eu não gostava de ter ido. Só uma irmã minha, que era a mais nova, é que gostaria de ter ido na marcha.

E era a vida que tínhamos. Não ir a lado nenhum, não sair a lado nenhum. Era escola/casa, trabalho/casa. Só havia eléctrico nessa altura. Não havia autocarros. E nos andávamos a pé. Íamos à escola a pé. A minha mãe não foi à escola, nem a família, mas ela pus-nos todas na escola. E foi ali na Santa Casa que fizemos a escola. Boa. Nada a ver com hoje, mas nada mesmo. Havia princípios, havia respeito, havia disciplina. E nos lá tomávamos o pequeno almoço e o almoço. Tínhamos lá tudo. Sapatos, cadernos, tudo. Era uma senhora que na altura tinha deixado uma fortuna à Santa Casa, para uma escola de raparigas. Durou até a minha irmã mais nova, que foi para lá também. E dois ou três anos depois acabou o dinheiro, e então acabou a escola. Mas foi uma boa preparação. E então começamos trabalhar. Porque era preciso ganhar para a panela da sopa. Ganhar para os sapatos, para a roupa que nos fazíamos. Nos é que fazíamos tudo.

E nessa altura, quando iam à escola, onde é que brincavam no fim de semana?

Havia algumas que brincavam na rua. Cá para baixo. Porque a minha mãe não deixava ir para outro lado. Eu por acaso nunca tive essa inclinação. Era a Rosa, a minha irmã mais nova, que brincava lá em baixo com as outras vizinhas. Mas ninguém saía de ali.

Mesmo naqueles dias de muito calor? No verão por exemplo?

Fosse o que fosse. Íamos à praia em Xabregas. Com a minha mãe. Também íamos a pé, mas íamos com a minha mãe. Nos íamos ao cinema com a minha mãe, que a minha mãe gostava muito de cinema. O meu pai não podia. Coitado, fartava-se de trabalhar todo o dia. Íamos ao cinema na Voz do Operário, ou naquele lá acima onde há o Pingo Doce agora. Mas sempre com a minha mãe. Era com o trabalho que fazíamos à noite, que pagávamos o cinema. Era uma ou duas vezes por ano.

E hoje em dia? O seu dia?

Depois fui para fora. Vinha a casa na mesma, nunca deixei de viver como antes. A minha casa era a mesma, a vida que tinha era de pobre, e nunca me aproveitei de nada. Eu nunca me desviei da minha casa, de ser pobre, de Alfama. Nunca tive vergonha de dizer que morava em Alfama.

Mas há pessoas que têm vergonha de dizer que vivem em Alfama?

Há pessoas que têm vergonha de dizer que vivem em Alfama.

Porque é que acha que deve ser?

Sabe, antigamente não era como agora. As mulheres, os homens, as tabernas, a bebedeira, e havia assim varias zaragatas. Quando era com os homens era a sério. Com as mulheres era mais de língua. As mulheres de Alfama quando discutiam umas com as outras, era só asneiras. E então a minha mãe não nos deixava nem estar na janela.

E hoje em dia? Continua com essa postura? Discreta, a fazer a sua vida?

Sim, faço a minha vida.

Mas quando retornou, voltou a encontrar-se com as mesmas pessoas?

Sim, com todos, ainda hoje. As que são da minha idade, não é? As que são mais novas também me conhecem, porque toda a gente me conhece. Tudo o mundo se conhecia. Ainda mais na Rua da Regueira. Depois eu estive em Santo Estêvão, realojada.

A sua vida hoje em dia é feita fundamentalmente aqui no bairro? Para fazer as compras por exemplo?

Eu vou a Graça no Pingo Doce. Vou até ali a pé.

Nunca fez as compras aqui no bairro?

Claro, fazíamos naquela altura sim, nas mercearias.

E agora?

O supermercado é mais barato. Há aqui uma mercearia de uma rapariga. Ela tem tudo. Mas é caro. E eu tenho pouco. Não se pode comprar nas mercearias.

Mas antigamente era ali que se comprava, não é?

Na Rua da Regueira havia uma mercearia, onde a minha mãe sempre comprou.

Tudo ali na proximidade, não é?

Tudo ali na rua.

E para os legumes e para o peixe iam para a Rua de São Pedro?

Sim, ali na Rua de São Pedro. Hoje ainda tem peixeiras, mas pouco. A Rua de São Pedro era tudo peixe, de um lado e de outro. Tudo peixe.

E o Largo do Chafariz de Dentro?

Era o tanque.

E lavavam lá a roupa?

Não. Ali não se lavava roupa, porque havia sítios onde se lavava roupa. Lavadouros públicos. Agora os lavadouros até têm máquinas de lavar, mas ainda tem tanques para lavar coisas maiores. E íamos tomar banho lá no balneário.

E então o Largo do Chafariz de Dentro?

Tinha o tanque cheio de água. Duas torneiras, uma de cada lado. Era onde nos íamos buscar água quando não tínhamos água em casa. E também era ali que os cavalos iam beber água.

E havia bancos para as pessoas se sentarem?

Não.

As pessoas ficavam ali a conversar às vezes, ou não?

Não. Não tinha restaurantes, não tinha nada. Só havia um restaurante de galegos. O museu era a companhia de água.

Há muita mudança desde que fizeram o museu ali?

Sim.

Para melhor ou para pior?

Para melhor.

Em que sentido?

Antes as pessoas não iam para o restaurante a comer. As mulheres não iam para as tabernas. Hoje todo o mundo vai comer nas tascas e nos restaurantes.

Então acha que valeu a pena fazer ali uma intervenção?

Valeu a pena.

O que acha do trabalho da Câmara? Onde acha que a Câmara errou?

Eu nunca tive que dizer mal da Câmara de Lisboa. Eu sou socialista. Nunca tive nada contra a Câmara. Uns fizeram, outros não fizeram nada. Mas se fez muito trabalho na Câmara.

E o seu processo de intervenção? Ainda não começou a obra na sua rua de origem?

Disse que entrava água dentro da casa...

Isso é assim. Nós chamávamos os bombeiros. Os bombeiros diziam para a Câmara. Mas nunca fizeram nada. Um dia, o Gabinete foi feito para resolver os problemas de Alfama. Trabalhavam lá pessoas. E havia uma senhora que andou no bairro de Alfama, que fechou prédios, e que deu casas dentro de Alfama às pessoas. Primeiro arranjavam, depois realojavam. Porque antigamente quando estava Abecassis, fizeram bairros e as pessoas foram para esses bairros. E ainda lá estão, porque as casas eram grandes. As casas de Alfama são pequeninas. E para fazer a casa de banho, fica a casa ainda mais pequena. E as pessoas já não queriam voltar.

Mas continuam vir cá visitar as pessoas? Ou desligaram completamente?

Ainda vêm cá. Têm a família.

E em relação ao seu realojamento e à experiência com a Câmara? As coisas correram bem?

Da Rua da Regueira, eu fui para as Escadinhas de Santo Estêvão em 2000, num prédio muito bonito, muito bem feito, que só tem escadas à volta. Tudo escadas. Não eram só as escadas do prédio, eram escadas na rua. E eu comecei a pensar na minha velhice, em como ia ser aquilo quando eu fora velha. Porque realmente quem é velho ali já não pode sair de casa, por causa das escadas.

E eu passava aqui na Calçada de São Vicente, a pé. E estava este prédio em obras. Era um prédio que tinha estado velho muitos anos também. E pensei “eu gostava de morar aqui”. Porque aqui vêm carros. Pode vir uma ambulância. Quando o prédio abriu, o primeiro andar estava ocupado. Eu passei, e estava a presidenta da Junta de Freguesia, e uma pessoa da Câmara. Eu disse que gostava de vir morar aqui. “Dá a sua casa da Rua da Regueira, dá a de Santo Estêvão, e pode ficar com esta.”

A senhora sempre fez questão de estar realojada no bairro?

Não, por acaso não. Eu nunca pensei sair da minha casa. Nem no inverno. Mas tiveram que fechar o prédio, e os vizinhos também saíram. Foram para casas de familiares, ou para casas da Câmara.

Então no seu caso específico, não tem assim nada de maior a apontar no processo?

Para mim, não.

Qual é a imagem que o Gabinete tem no bairro com as pessoas?

As pessoas ali no Gabinete hoje não fazem nada. Tiraram-lhes a competência. Eles não têm a culpa. Têm um prédio inteiro para quatro gatos, que não podem fazer nada a ninguém. Agora temos que ir para Campo Grande. E agora também não há casas para realojar pessoas. As obras estão paradas, as casas não estão arranjadas.

Acha que a imagem piorou? Que esta mais negativa? As pessoas são mais críticas em relação à reabilitação?

Claro que esta mais negativa, porque parou tudo.

Agora voltando à população do bairro... Antigamente, havia problemas sociais no bairro?

Éramos pobres, mas tínhamos muita dignidade e muita honestidade. Em Alfama ainda hoje damos de comer até aos animais. Naquela altura vinham pessoas pedir. Sempre vinham. Sempre houve gente a pedir. No bairro de Alfama só houve uma coisa muito boa: nunca houve casas de prostituição. Podia haver prostitutas a morar. Havia. Mas casas de prostituição dentro do bairro, nunca.

Mas hoje temos um problema que é a droga, não é? De trafico e de consumo de drogas no bairro.

Naquela altura também havia as tabernas e a bebedeira. Mas também havia drogas. E houve coisas muito piores, nos anos 80. Isso foi uma desgraça completa. Em Alfama morreram muitos rapazes e raparigas por causa das drogas. E ainda hoje há drogas.

Foi por causa da chegada de pessoas estrangeiras ao bairro?

Foi depois do 25 de Abril. Foi depois da chegada de toda aquela gente, sim.

Hoje há muitos estrangeiros em Alfama, não é? Como é que vê esta “invasão”?

Eles vêm de férias. Por exemplo aqui à frente, naquele prédio que fizeram novo, é tudo gente estrangeira que vem de férias. Em vez de irem para um hotel, vêm para as casas.

Mas isso incomoda?

Não, não incomoda nada. E na Rua da Regueira naquele prédio na minha frente, também um homem comprou e arranjou um prédio, que agora esta tudo alugado também assim. Estrangeiros estão lá uma semana, um mês. E depois vão-se embora, vêm outros. Porque as casas estão completas: têm casa de banho, e a cozinha esta toda completa.

Então coabita bem? Vive bem com esses estrangeiros?

Sim. Nos aqui até lhes dizemos onde é que estão as coisas.

Portanto há uma coabitação agradável com os estrangeiros. E com a população local?

Também. Acabaram as zaragatas. Antes quando era com os homens era a sério, era pior. Com as mulheres eram as asneiras. Depois eu chamava a policia, e vinha a policia, que já as conhecia. Eram sempre as mesmas.

E a ideia que se tem do bairro, da entreajuda?

Isso existia. Pedir salsa, azeite, ou um ovo. Hoje já não há isso. Mas pedem dinheiro. Nas mercearias, na lotaria. E depois não pagam! Naquela altura, praticamente ninguém devia nada a ninguém. A minha mãe nem sequer ia pedir nada. Nem à Junta da Freguesia, nem à Santa Casa da Misericórdia, nada. A minha mãe nunca foi buscar o leite que distribuíam gratuitamente lá abaixo em Santa Apolónia. Naquela altura, as mulheres que tinham filhos miúdos iam lá buscar leite. E a minha mãe nunca lá foi buscar nada.

Diz-se que Alfama perdeu muita população, muita gente foi-se embora. Sente isso?

Pois. Hoje há muito prédio fechado. Uma parte da população morreu. O privado é quem compra agora. Compram os prédios, e fazem de novo. E depois as rendas são as actuais. Nos não podemos pagar isso. Mas de maneira nenhuma! Nem a minha reforma chegava!

7.1.5. Dona Maria Manuela ALEGRE, 64 anos, Alfamista

Morava nas Escadinhas de Santo Estêvão nº14.

Hoje esta realojada na Rua das Escolas Gerais nº27.

21.06.2011

“É assim: hoje viver em Alfama, é chique como viver na Lapa. É bom viver em Alfama. Eu não levo a mal, acho que cada um que tem um prédio em Alfama e pudesse dar mais rentabilidade, deveria tirar os seus proveitos. Agora, eu acho que tem que haver um tempo para as coisas, não é?”

A senhora nasceu e sempre viveu em Alfama?

Eu nasci em Alfama, na Freguesia de Santo Estêvão, nas escadinhas de Santo Estêvão, numero 14. A minha infância foi sempre lá, e nomeadamente a escola, que era na paróquia. E toda a minha vida foi sempre lá, em Alfama.

Quais são as suas lembranças da vivência no espaço público?

Como vê, Alfama é uma encosta, vem tudo descer ao rio. O sítio propriamente onde eu morava era um espaço pitoresco, porque é de escadinhas, mas depois faz aqueles larguinhos, que nos até chamamos alguns “pátios”. O prédio onde eu morava tinha varias entradas, e à frente da porta por onde eu entrava a minha casa, tinha um largo com gradeamentos. E esse largo era-nos útil, porque dava-nos uma certa tranquilidade. No verão, acendíamos o nosso fogareiro e assávamos o nosso peixe. Era um espaço público também, mas que de algum modo, nos preservávamos. Enfeitávamos, comprávamos (e nessa altura a Junta também deu uma certa ajuda) floreiras. Tínhamos muitas jardineiras. Pronto, cuidávamos de aquele espaço. E incentivamos alguns moradores também a preservarem o espaço público. E era fotografado pelos turistas.

Como eram as relações com os vizinhos nesse espaço?

Em termos de vizinhança, nos Santos Populares estávamos todos ou no meu largo, ou no largo da vizinha de baixo. Incentivamos até os nossos vizinhos para pôr flores no pátio deles. Compramos mangueiras e conseguimos que aquilo fosse regado por nos. E não admitíamos que os outros vizinhos chegassem ali e deixassem lixo. Porque eu achava, e a minha família também, que era um privilegio para nos morar ali naquele sítio. Porque era uma paz. Não passavam carros. E isto ao longo de muitos anos, era uma vivência muito grande.

O que é que aconteceu depois?

Depois, quando se começou mexer na reabilitação, evidentemente as pessoas foram transferidas, tiveram que ser realojadas em outros sítios para os prédios serem arranjados, e o bairro ficou realmente um bocado desertificado. Sentiu-se muito. Deu uma baixa muito grande de população, de isso não tínhamos duvidas. E depois com este processo ao longo dos anos, de não ser feito nada em relação à reabilitação, as pessoas acabaram por ficar onde foram realojadas.

Não foi feito nada lá nas escadinhas de Santo Estêvão?

Não, muito pouco. No sítio onde eu morava, houve um prédio que foi deitado abaixo, e feito de raiz pela Câmara. Era o numero 17. Foi feito igualzinho ao que estava lá. Só que eram casas que não tinham casas de banho. E depois com as casas de banho, as casas terminaram por ficar pequenas. Isto deu que das pessoas que lá moravam, nenhuma voltou para a sua casa.

Foram realojados nos prédios da Câmara, ali pela zona de Chelas. As casas ali eram melhores. E foram muitos anos. Então chegaram a acordos com a Câmara para ficarem lá.

E o que é feito dos laços? Dos vínculos que essas pessoas tinham em relação ao bairro?

Essa gente evitava de vir a Alfama. Eu falei com muitas dessas pessoas, e diziam que era muito doloroso ir a Alfama. Havia algumas que durante um certo tempo, ainda vinham desde Chelas para fazer as compras na Rua de São Pedro! E aquilo acabou por ser um certo desgosto que a pessoa tinha de voltar ao bairro, porque estava com saudades. E eu compreendo isso perfeitamente.

Voltando à questão do espaço público, lembra-se das vivências no Largo do Chafariz de Dentro?

Sim. O Chafariz de Dentro é a fronteira entre São Miguel e Santo Estêvão. A Rua de São Pedro já é a Freguesia de São Miguel. Mas é um Largo comum. Eu ainda me lembro do largo quando havia lá um quiosque. Depois posteriormente houve umas árvores.

O quiosque estava onde concretamente?

Estava em frente ao tanque dos cavalos. Na altura havia quiosques, e hoje ainda há um à frente do rio. Os quiosques eram para as pessoas que se levantavam muito cedo, e iam para a estiva. Bebiam o seu café, que era o seu “mata-bicho” como eles o chamavam, nesses quiosques.

Havia água naquele tanque. Havia o chafariz ao lado, onde as pessoas que não tinham água em casa iam buscar água. E depois, nos anos 70 fecharam aquilo tudo. Todos os chafarizes de Lisboa acabaram por ser fechados.

Qual é a percepção da população de Alfama em relação a fecharem os chafarizes todos?

Onde eu morava, há uma fonte. Foi feita nos anos 60, no antigo regime, como uma coisa turística. A fonte tinha água. E realmente aquilo até era agradável. Só que algumas pessoas do bairro entendiam que aquilo era um lavador. E até puseram lá uns tanques. Nos, que achamos que não devem existir essas coisas, que as fontes têm que ser preservadas. Tivemos alguns problemas e tivemos que denunciar isso. Este foi um caso.

Os outros chafarizes que existiam, acho que não deveriam ter sido fechados. Porque aquilo também não era um desgaste tão grande de água. Aquilo tinha uma torneira, abria-se e fechava-se a torneira e retirava-se a água. E muito sinceramente, eu acho que os chafarizes fazem falta na cidade de Lisboa. Fazem falta porque vamos supor que num dia ou noutro há algum problema grave, e falta-nos a água em casa. Os chafarizes eram um recurso! E mesmo até para o turista, até mesmo para as crianças, é uma coisa que serve. Põe-se a mão e bebe-se a água.

E do ponto de vista ambiental é muito agradável também...

É muito agradável sentir o barulho da água. Refresca.

E havia banhos públicos também que eram um grande apoio à população de Alfama, em termos de higiene pessoal. E utilizava-se o recurso das águas de Alfama mesmo para curas termais...

Sim. São águas termais. Já, há uns anos atrás, existiam balneários públicos de águas termais. Aquela água era uma água boa. As pessoas sentiam-se bem com a água. Depois aquilo foi fechado, por causa do interesse económico de privilegiar a venda de água engarrafada, e retirar a água pública dos fontanais e do espaço público.

Mas ainda voltando então ao Largo do Chafariz de Dentro...

Sim. Eu estou a tirar as memórias de quando era criança, não é?

Tinha água. Os miúdos do bairro muitas vezes iam para lá brincar. E tinha esse chafariz para que as pessoas pudessem, quando precisarem, ir lá buscar água para as suas casas. Deve saber que Alfama tinha uma grande carência, que era a falta da água nas casas, e a parte sanitária. Não havia casas de banho. Havia as pias, os despejos. Havia muitas nas

escadas. Algumas dentro de casa. Mas a grande maioria era nas escadas. De maneira que havia uma grande necessidade das águas.

E havia os aguadeiros, que eram uns homens que vendiam água. Eu me lembro de ouvir os pregões. Tinham uns barris, não muito grandes, que levavam ao ombro, e apregoavam a água. E a levavam à casa das pessoas com mais idade. O último aguadeiro em Alfama já morreu há alguns anos, e isso deixou de existir.

Depois, o Chafariz tinha um problema grave, que era que no tempo das chuvas, houve algumas situações de inundações. Havia muita água, e saíam as ratas. Era um bocado asqueroso.

Depois, fez-se uma obra no Chafariz de Dentro, que tentou melhorar a situação. Foram postas umas árvores. Tudo isto antes de 1974. Entretanto, as águas foram fechadas. O tanque ficou.

Mesmo antes desta situação, antigamente, o tanque servia para dar água aos cavalos e aos burros que transportavam as hortaliças dos mercados. E também os vendedores ambulantes da zona de aqui debaixo de Alfama bebiam água ali. Depois, com o crescimento da cidade, deixou de haver essa necessidade.

E os bancos?

Atenção, os bancos em Alfama são postos posteriormente. As pessoas sentavam-se no tanque dos cavalos. E conversavam ali, à volta do quiosque. É verdade que o Chafariz de Dentro era um ponto de encontro importante.

E havia lá restaurantes? Comércio?

Hoje, tem aquelas esplanadas à frente do Museu do Fado. Ali na altura existiam várias tabernas. A da esquina, e depois a seguir, uma que tinha umas escadinhas para abaixo, em que os senhores só vendiam bebidas. Aguardente, ginja, era só isso. Depois aquilo foi mudando, e houve cafés.

E já havia esplanadas fora?

Não. Isso foi depois de 1974. Antes era tudo dentro das portas. No verão havia muito calor, e as pessoas traziam um banco de casa e sentavam-se ali.

E durante o período das Festas da cidade?

Desde antes de 1974, Alfama foi sempre, que eu me lembre, muito apegada aos Santos Populares, nomeadamente ao Santo António. Quando eu era miúda, já existiam as Marchas. E então as pessoas juntavam-se e faziam os bailaricos elas próprias, e faziam rodas.

A história de Alfama é assim: há gente que nasceu em Alfama. Mas a maior parte vinha oriunda do Norte, e da Pampilhosa da Serra, ou seja das Beiras. Em Alfama, a maior parte das varinas da Rua de São Pedro, que nos chamávamos a “Rua do Peixe”, eram oriundas do Norte. Elas fixavam-se aqui. E muitos dos homens eram ligados ao mar. Vinham para a estiva, para os batelões, onde eram contratados ao dia. Antes dos batelões, havia as mercadorias.

A minha mãe nasceu em Ovar, e veio para Lisboa vender peixe. O meu pai nasceu também em Ovar, veio para Lisboa, e depois fixaram-se em Alfama, e isso era ligado ao mar. O meu pai era dos batelões. E a minha família, os meus tios por parte de um e do outro, eram todas pessoas ligadas ao mar e à venda de peixe. E era muito bonito na altura em que eu era miúda: as peixeiras vinham pelas ruas pregoando peixe e vendendo às portas. Como o aguadeiro. Alias, a zona de Alfama era a zona dos pregões. Era um chilrear de pregões. Vendia-se tudo. Era o homem das bananas, era a menina da fruta, era o padeiro, o leiteiro ou a leiteira, o jornaleiro. Eles passavam e apregoavam. As pessoas sabiam, e vinham às portas comprar. E algumas que viviam no último andar, nem desciam. Tinham uma corda com um cestinho, e punham lá as coisas e o dinheiro, pela janela para baixo. Havia também as lavadeiras. Vinham em carroças buscar a roupa, para levarem para lavar. E depois a traziam. Também havia o senhor que afiava as facas, o amolador. Os amoladores vinham essencialmente de Espanha. Eram galegos. Houve uma grande parte de galegos que se instalaram cá em Alfama. Aquilo era uma vivência muito bonita, porque era um chilrear de pregões, uma melodia que estávamos habituados a ouvir, e que tinha um som próprio. Depois desapareceu tudo.

E em relação às comunidades? Por exemplo a comunidade cigana: há alguns vestígios? Há pessoas que afirmam que sim, outras que dizem que não.

Do que eu me lembro, em Alfama, havia ciganas sim. Elas passavam para ler a sina. Mas fixadas no bairro, não havia. Não me lembro de nenhum cigano a viver em Alfama.

E o Largo do Chafariz de Dentro tinha vivências na altura das Festas Populares?

No Chafariz era essencialmente o que se passava no resto do bairro. Era a porta para as pessoas, como ainda hoje, se espalharem dentro do bairro.

Antes de aparecerem os cavalinhos, fazia-se rodas, as pessoas cantavam as cantigas das terras delas. E uma fazia arroz doce, outra fazia outra coisa, e depois juntávamo-nos todos e confraternizava-se. Depois com o evoluir dos tempos, com a incentivo da Câmara, começou-se a fazer coretos em madeira, enfeitados. Nos fazíamos os enfeites em papel de seda, e então vinham aqueles músicos tocar.

Os cavalinhos, que eram especificamente?

O que nos chamamos cavalinho é um conjunto de músicos: o caixa, o trompeta, e vários outros instrumentos. Então, eles tocavam ali, naqueles coretos. As pessoas dançavam, divertiam-se.

Como é que a Dona Maria chegou às marchas?

Olha, com um trauma muito grande, de nunca ter participado jovem! Porque os pais não deixavam. A mentalidade das pessoas daquela altura é um bocado limitada. Elas nunca permitiram.

Mas nos quando éramos miúdos organizávamos as marchas. E sabe como é que nos fazíamos? Não havia dinheiro. Tínhamos que arranjar os papeis de seda. Então andávamos a pedir para o Santo António. E depois juntávamos o dinheiro, e comprávamos o papel de seda. Fazíamos as flores. E depois em arame, porque era mais prático, fazíamos o arco. Embrulhávamos as flores todas naquele arame. E os vestidos eram de papel. Fazíamos as saias, enfeitávamos, e depois íamos atrás a marcha de Alfama : íamos ao encontro da marcha, porque eles iam apanhar o eléctrico ali aos caminhos de ferro. E então nos íamos atrás, a saudar. Depois íamos a correr atrás do eléctrico! Para nos aquilo era uma festa. E o gosto pelas marchas ficou-me desde pequenina.

Depois quando vim trabalhar, já de adulta, para a Voz do Operário, veio um dia aqui o vereador da Câmara, na altura do Abecassis, e nos disse: “Porque é que vocês não organizam uma marcha? Nos apoiamos!” E então, organizamos. E agora há 24 anos que estamos nas marchas de Lisboa.

E a senhora sempre esteve a organizar essas marchas...

Tenho sido sempre eu, sim. Mas agora estamos a dar lugar à juventude.

Fazemos aqui tudo. Os fatos, a decoração dos arcos, tudo. E temos amigos que nos ajudam.

Como evoluíram as Festas Populares em Alfama?

Não havia o que há hoje em Alfama. Pronto, os tempos vão passando, vão evoluindo, para melhor ou pior, isso depende de cada um. Nos anos 60, havia às portas as pessoas a vender cravos, arroz doce e manjericos. Não havia aquela coisa da sardinha assada. A sardinha assada começa depois a ser posta em movimento como uma fonte de venda, de rendimento para as pessoas. E então começa cada um a organizar às suas portas os seus retiros. E depois é quando a Câmara, mais tarde, começa a exigir o pagamento do espaço, e aquelas coisas todas. E depois mais tarde, a limitar um bocado e a chatear o que eram realmente as festas e os arraiais populares. Por um lado, nos sabemos que era necessário haver algum controle destas situações. Porque hoje em dia em Lisboa, a noite do Santo António é uma loucura. Os arraiais são apoiados pela Câmara, como nos aqui e outros mais, que temos aqueles dias próprios que temos que abrir. E digo-lhe sinceramente: este ano é o ano da crise, mas o nosso arraial tem tido mais gente, em comparação com os outros anos.

E depois há a tradição dos tronos também, não é? Nasceu com as crianças?

Há. Os tronos de Santo António, sim. A tradição vem dos tempos da nossa meninice. O testoezinho para o Santo António era uma maneira dos miúdos juntarem aquele dinheiro para fazerem coisas. Para organizar coisas que os pais não podiam dar. Mas nos tínhamos a obrigação, ou pensávamos que tínhamos a obrigação, de fazer os nossos próprios tronos. Fazíamos os tronos muito simplesmente. De caixas de cartão de sapatos, que forrávamos. Púnhamos um papel a fazer que era uma passadeira. Em cima púnhamos o Santo António. E depois púnhamos umas jarrinhas, e ao fundo estava o prato, que era para pedir o testoezinho para o Santo António. E então púnhamos os tronos às portas das casas. E as pessoas passavam e viam os tronos. E deixavam um testoe, dois testoes.

E isso continua como tradição no bairro?

Sim, continua. Há uns miúdos que fazem. Mas hoje nem fazem tronos. Pedem directamente o testoezinho! E eu digo assim: “Epa! Desculpa lá, mas pelo menos quero ver um Santo António!”

Há muitas crianças em Alfama ainda?

Há. Ainda há.

Nascidas e criadas no bairro?

Sim. Nos temos por exemplo uma creche no Beco da Bicha. Temos escola primaria. Fecharam a escola primaria da Rua dos Remédios, e a da Rua das Escolas Gerais. Mas há muitos miúdos.

Há futuro para a gente no bairro?

Sim, eu penso que sim. E tem muita gente nova também.

Gente do exterior, não é? Como é que a gente que já estava no bairro recebe essa gente nova do exterior? São pessoas que se adaptam e que se integram mesmo na vida do bairro?

Sim. Eu penso que sim. Temos algumas que não. Mas temos outras que sim, que colaboram, que também têm feito os arraiais, que também vêm para a rua comer sardinha assada, também frequentam as mercearias de bairro. Eu penso que sim. Agora, falta-nos muita coisa no bairro.

Tais como?

Eu acho que a parte comercial é uma pena. E não é que não há incentivos por parte das autarquias, porque há. Até há uma comissão dos comerciantes, e têm-se feito reuniões. Eu penso que os próprios comerciantes não estão unidos. Hoje as pessoas vão ao supermercado, porque é mais barato do que comprar na mercearia. Hoje há uma comunidade de indianos em Alfama, que têm um comercio de proximidade até altas horas. Eles vendem coisas em conta. Porque eles fazem isso precisamente: são muito unidos.

Eu penso que é uma pena. Acho que o bairro tem que ter tudo, para ter uma vida própria. Deveria haver mais tabernas. As tabernas são lugares de convívio, jogava-se às cartas, ao domino, e falava-se! Assim como as colectividades: é preciso dar vida às colectividades. Foi das colectividades do bairro que saíram as pessoas: depois do 25 de Abril, foi nas colectividades que nos fomos arranjar gente para ir para as autarquias. Claro que isto é complicado. Tudo isto dá trabalho.

A senhora esta ligada a alguma colectividade de bairro, para alem das suas actividades aqui na Voz do Operário?

Estive. Agora já não estou. Quem tem essa garra, essa fibra, que quer que as coisas comecem andar, mete-se sempre nessas coisas!

E as colectividades não conseguem regenerar-se com as novas gerações?

Sim, eu acho que sim.

Vamos entrar agora na Reabilitação Urbana. Quer começar pelo bom? Ou pelo mau?

Olha, eu quero começar pelo mau. Porque é assim: eu tive uma grande esperança na Reabilitação Urbana em Alfama, eu digo sinceramente. Quando se começou a reabilitação, pensei que as pessoas voltariam para as suas casas. Alfama estava muito degradada, e eu

pensei “agora, vai-se reabilitar”. Mas de maneira nenhuma, pensei que ia ser tudo de uma vez. Mas havia projectos. Havia fases. E isso está escrito, e é do conhecimento geral. Nos temos essa parte que é o Projecto Integrado do Chafariz de Dentro. Há quantos anos é que os prédios estão entaipados? A rua do Espírito Santo, uma parte da rua dos Remédios, e a própria rua de São Pedro! A grande parte está toda entaipada. E isso é preocupante. É uma vergonha.

Qual é a razão que é atribuída pela população a este processo ter entrado em derrapagem?

Muito sinceramente, hoje em dia podemos dizer “é a falta de dinheiro”, sim. Estamos a atravessar uma crise. Mas há vinte anos atrás, não se ponha esta situação. E desculpe eu ser franca e dizer que alguém andou a comer a conta! Quem foi? Não sei, nem me interessa. Mas eu vou lhe dizer, com toda a sinceridade. Eu acho que quando se começou pensar na reabilitação, se devia ter tido cuidado com esta situação. Eu acho que devia ser feito por etapas. “Vamos mexer nestes dois prédios agora. Temos dinheiro, vamos fazer.” E fazer isso pouco a pouco. Agora, um conjunto de prédios foram aprovados pela Câmara para serem reabilitados. E depois, não se deu seguimento!

Esta a falar da fase das megas empreitadas?

Exactamente.

Porque no início ia-se a situações pontuais...

Sim. Agora repare. Você vai pela calçadinha de Santo Estêvão, e tem aquela desgraça completa. Puseram ali umas coisas em madeira, para o prédio não cair, porque era um perigo. Aquilo desmoronou, e eu até tenho medo de passar lá. E agora está entaipado, aquilo é uma vergonha. Eu acho que a vergonha da cidade de Lisboa é Alfama, por causa da questão da reabilitação.

Portanto, falta de planeamento? Falta de discussão?

E falta de vontade talvez, de quem está à frente destas coisas. Eu não culpo ninguém.

Como foi o seu realojamento e a sua experiência com a reabilitação?

O prédio onde morava nas Escadinhas de Santo Estêvão é um prédio histórico. Tem sete entradas, e vai das escadinhas de Santo Estêvão, até ao Beco da Maria da Guerra. Eu nasci ali. A minha mãe morava numa parte da casa. A casa era grande. A minha mãe faleceu ali. O meu pai também. E eu já crescida, tinha uns vinte e poucos anos, a casa de baixo vagou, e eu ocupei a casa de baixo. O prédio era de um espanhol, que deixou aos filhos. Pessoas compreensivas, mas que infelizmente não tinham grandes possibilidades de fazer obras no prédio. Iam remediando com o acordo entre inquilinos, nomeadamente comigo. A casa não tinha casa de banho, e quando fizeram a casa de banho aumentou a renda na altura. E fomos aos poucos e poucos atamancando a situação. Eu fiz algumas coisas por minha conta. E ele também, ajudando. Tínhamos uma boa relação.

À certa determinada altura, o senhorio escreveu-nos uma carta, dizendo que queria vender o prédio por 17.000 contos. Nomeadamente, a Câmara nessa altura não comprou. Não exerceu o seu direito. Passado um tempo, o prédio foi vendido a um senhor que era comerciante. Tinha um café. E ele começou comprar prédios ali pela cidade. Estivemos uns anos com esse senhor. Ele fazia algumas obras. Já tinha preços para cada andar, para vender. Nos estávamos interessados em comprar e ficar com o nosso andar. E quanto não é o nosso espanto quando, passado um tempo, recebemos uma carta da Câmara Municipal, a dizer que era a proprietária do prédio. Portanto ele não se portou bem. Comprometeu-se connosco e falhou na palavra. E o prédio foi vendido à Câmara pela quantia de 40.000 contos.

Pronto, passou um tempo, e nos disseram que o nosso prédio foi aprovado para reabilitação. Quando vai ser? Não sei. Nos tivemos que sair há dois anos e meio, porque o prédio está a dar de si. Caiu o tecto da casa de banho. Já não havia condições para estarmos a viver lá. O risco era grande. Só depois de sair que vi que efectivamente aquilo não tinha condições para viver. Mas era a minha casa. Saia de casa, falava com a vizinha,

havia segurança. O facto de viver uma vida ali me trouxe algumas marcas. Eu hoje não passo lá. Custa-me muito passar por ali.

Portanto, saiu de lá, e foi realojada no bairro?

O meu realojamento não foi no bairro, com muita pena minha. Porque para mim, o meu bairro é a Freguesia de Santo Estêvão! E agora estamos em São Vicente de Fora. A Câmara não tinha nenhuma casa disponível em Santo Estêvão para eu e a minha família sermos realojados. Nós somos eu, o meu marido, o meu filho, e o meu irmão.

Eu vi várias casas. E as casas que me mostraram eram muito pequenas. O tempo foi passando, e a única hipótese que tinha a assistente social para nós era de um prédio que estava acabado na Rua das Escolas Gerais, em que havia dois andares vagos. Eu fui lá ver. As casas eram jeitosas. Realmente a casa onde estou hoje, no terceiro andar, é uma casa melhor em termos de espaço do que a casa onde vivia.

Mas eu digo sempre que estou em situação de realojamento. Eu tenho um papel assinado, e quero voltar para a minha casa, para o meu bairro. Se calhar não voltarei.

Na minha rua, de um lado é Santo Estêvão, e do outro é São Vicente. Eu moro do lado de São Vicente. E então já estou noutra bairro!

Fala-se de alguns problemas comportamentais desta nova geração, nomeadamente o consumo de drogas em Alfama. Existe realmente este problema?

É assim: em Alfama morreu muita juventude. Eu assisti a isso. Era um suplicio passar pela capela da Rua dos Remédios. Nós dizíamos: “lá esta mais um!” A droga matou muitos jovens. A Rua de Regueira era uma das ruas mais centrais do tráfico de drogas. Houve uma casa que foi fechada na altura, por causa disso.

Isso foi devido a que, na sua opinião?

Isto aconteceu depois do 25 de Abril, depois de toda essa grande abertura. Houve gente que se aproveitou dessa abertura, e se infiltrou a vender a droga. Não foi a malta de Alfama que trouxe a droga ao bairro. Foi gente de fora.

Não tem nada a ver com os retornados? Que trouxeram novos comportamentos?

Não. Não acho.

E há prostituição em Alfama?

Em Alfama não. Ouvia-se falar, quando eu era miúda, de algumas pessoas que exerciam a actividade, mas não no bairro. Porque o bairro era de muita gente trabalhadora. Foi com a vinda da droga para o bairro que foram destabilizadas muitas famílias. Eu conheci pessoas que foram pressas pelas drogas. E o problema das drogas ainda hoje existe no bairro.

Destes novos habitantes da Alfama (jovens Erasmus, estudantes, estrangeiros...) tem uma noção de qual é a comunidade de maior representatividade? De maior peso? Fala-se da comunidade brasileira que esta instalada em Alfama... Depois a seguir, os países do Leste?

Sim, e também agora a parte comercial dos indianos, paquistaneses. Essas comunidades são uma parte muito pequenina da população do bairro.

O bairro é acolhedor. E a população sempre se misturou bem. As pessoas do bairro sempre foram pessoas afáveis. Não foram barreiras para ninguém.

E essas pessoas utilizam mesmo o espaço publico? Também vêm nos dias de calor sentar-se na rua, falar, ir ao café?

Sim, fazem tudo isso. E as crianças brincam, e estão bem integradas nas escolas.

Hoje em dia, os preços em Alfama começam a disparar-se. Quer para o arrendamento, quer para a venda, não é? Percebe isto com algum desconforto? Ou pensa que isto finalmente esta a tornar-se valorizado?

É assim: hoje viver em Alfama, é chique como viver na Lapa. É bom viver em Alfama. Eu não levo a mal, acho que cada um que tem um prédio em Alfama e pudesse dar mais rentabilidade, deveria tirar os seus proveitos. Agora, eu acho que tem que haver um tempo para as coisas, não é? Agora há pouco tempo, o senhorio de um prédio no largo onde eu

morava fez obras, e abriu um “hostel”. Agora recuperam-se prédios para fazer “hostels”, ou casas para permanências de curta duração para turistas. Isso não me preocupa.

Agora se você precisa de alugar uma casa em Alfama, estão a pedir, por casas pequeninas, um T1 por exemplo, 500 ou 600 euros! E depois é assim: os jovens do bairro não podem ficar.

São segregados do seu próprio bairro.

Evidentemente. Da minha geração, a malta toda saiu toda de ali. Para a linha de Cascais, para a linha de Sintra, para os Olivais, para Algés. Foi tudo assim.

O que é que a levou a resistir?

Tive que resistir, porque na altura só tinha a minha mãe. Já não tinha pai. A minha mãe não podia sair do bairro. E também as capacidades financeiras eram poucas. Depois ao seguir o 25 de Abril, eu fiquei desempregada, houve ali uma grande viravolta. Ela estava doente. A casa de baixo vagou, e aproveitei a oportunidade de ir para lá. E depois nunca tive a vontade de sair do bairro.

E quais são as vantagens de viver em Alfama?

São muitas. São o amor que a gente tem ao bairro. São a convivência, a proximidade com as pessoas que a gente habituou-se toda uma vida a ter. O você estar num sítio, e acordar de manhã com o som dos passarinhos a cantar. Quase como se estivesse numa aldeia. O domingo ouvir o sino a tocar, e as pessoas a passar para a missa. O ir à mercearia, o ter o talho ao pé, o ter o balneário público ao pé, o ter o café ao pé. Tudo ao pé de casa. Depois, o ter uma rede de transportes fiável. Agora o metro em Santa Apolónia vem nos trazer realmente muita vantagem. Também tem ali o comboio e os autocarros. E depois temos uma coisa muito bonita, que é o querer andar a pé! Você vai para a Baixa. E eu fazia isso de miúda em 10 minutos. Eu ia para a Baixa pelas ruas de Alfama: ia até à Sé, e da Sé, estava na Baixa!

Portanto, trata-se de viver num microcosmos tradicional, social, no centro da cidade.

Sim, exactamente.

Tem uma mensagem para a Câmara?

A mensagem para a Câmara é uma mensagem de disponibilidade. Sempre foi a minha mensagem. Mas também dos meus vizinhos. Muitas vezes nos fizemos coisas em conjunto. E sempre na positiva, não pela negativa. Penso que a Câmara não tem que esquecer, apesar dos tempos difíceis que se atravessam, que cada caso é um caso. É preciso deixar mais os Gabinetes e vir mais para o terreno. Quando uma pessoa é realojada, eu acho que, passado um tempo, deviam passar lá uma assistente social e um técnico, e perguntar: “Como é que esta a ser o seu realojamento?” E fazer uma certa avaliação.

E depois há outra coisa: não nos deixam pôr estendais nas janelas. Acho que é uma injustiça não se poder pôr estendais. E os próprios estendais fazem parte da imagem de Alfama. As cores, tudo isto é património, e é Alfama! E mais: é ecológico. Eu não sou obrigada a comprar uma maquina de lavar e de secar. Nem quero! Eu sou contra isso. A maquina de lavar tenho porque preciso. Agora a de secar, não! É desnecessária e incorrectíssimo.

Para terminarmos, uma mensagem para os jovens que se interessam por Alfama?

O conselho que dou aos jovens, é que mesmo os que não moram lá visitem o bairro, a sua gente, os seus costumes. Alfama é muito rica em historia. E o apelo que deixo à Câmara e aos jovens, que são a geração futura, é que ouçam aquilo que os mais velhos tenham para dizer sobre Alfama, sobre o seu património, a sua gente, os seus costumes, e que tenham força para conseguir esta grande batalha de preservar o bairro de Alfama como um grande património da cidade de Lisboa.

7.2. Percursos comentados

Questão de partida: **Qual é o nível de frequência e de apropriação do espaço público pelos residentes/não residentes do bairro?** (neste caso, do Largo do Chafariz de Dentro)

7.2.1. O método do percursos comentados

O *Método dos Percursos Comentados*³² consiste em seguir um indivíduo no meio da multidão de atores (outros transeuntes) e objectos (modos de transporte, mobiliário urbano, etc.) com os quais ele interage durante o caminho. Seguindo-o, trata-se de ouvi-lo verbalizar as suas acções e percepções. O objectivo é analisar o acto de atravessar o espaço urbano, colectando o ponto de vista do indivíduo em movimento. O método foi criado na França, no laboratório de pesquisa CRESSON da Faculdade de Arquitectura de Grenoble, apoiando-se na técnica do “pensar em voz alta” imaginada nos Estados Unidos em 1972 por Alan Newell e Herbert Simon.³³

O objectivo de um percurso comentado no caso de um itinerário rotineiro é acompanhar o entrevistado nas suas praticas quotidianas, dando-lhe a oportunidade de expressar o território tal como o vive, tal como o interpreta, quando cada esquina, cada rua, cada veículo, podem reactivar nele lembranças agradáveis, dolorosas, distantes ou recentes, específicas ou vagas.

Para que este território seja legível ao longo da narração, o entrevistado deve ser voluntário. Primeiro, deve ser posto em confiança, e depois ser convidado a deixar-se ir, a verbalizar os seus sentimentos e memórias, a partilhar as suas experiências.

Alguns autores afirmam que a principal vantagem deste método é que se torna rapidamente num jogo para o entrevistado. Esta particularidade faz com que o dispositivo da experiência (gravação da conversa, tomada de fotografias, etc.) é rapidamente esquecido, e por consequente “o entrevistado preocupa-se menos do que esta a revelar sobre si mesmo e sobre as suas opiniões e julgamentos.” (Audas e Martouzet, 2008)³⁴ (tradução livre)

No entanto, parece-nos importante não esquecer que esta técnica de observação/descrição em movimento envolve a capacidade dos indivíduos para verbalizar os seus sentimentos face aos lugares. Acreditamos que esta capacidade não pode ser equivalente ou semelhante de uma pessoa para outra: é por exemplo particularmente dependente do nível de educação e do nível social. Imaginamos que colocar palavras sobre um ambiente, umas sonoridades, ou um grau de luminosidade, constituiria uma grande dificuldade para muitas pessoas, por não estarem acostumadas a falar deste tipo de coisas. Poderiam então ficar à procura do que poderiam dizer e assim, referir-se a clichés frequentemente transmitidos em tais lugares.

³² THIBAUD Jean-Paul, 2001, «La méthode des parcours commentés» in Michèle Grosjean, Jean-Pierre Thibaud (éds.), *L'espace urbain en méthodes*, Marseille, Parenthèses, pp. 79-99.

³³ NEWELL Alan, SIMON Herbert, 1972, *Human Problem Solving*, Prentice Hall, Englewood Cliffs.

³⁴ AUDAS Nathalie, MARTOUZET Denis, 2008, «Saisir l'affectif urbain. Proposition originale par la cartographie de réactivation des discours», communication au colloque: *Penser la ville - approches comparatives*, Khenchela, Algérie.

7.2.2. Percurso realizado

Marko Vojinovic, Doutor em Físicas, é oriundo da Servia e chegou a Lisboa há quase três anos, para efectuar um pós-doutoramento em Física Quântica. Desde a sua chegada, esteve a morar num T1 em rés-do-chão na Rua da Regueira, em Alfama. Realizamos com ele um percurso comentado a título experimental num sábado às 16h, partindo do seu apartamento, e descendo até ao Largo do Chafariz de Dentro. Ao longo do caminho, fizemos algumas pausas, e o Marko esteve a partilhar a sua percepção e as suas vivências em relação aos lugares atravessados.

PERCURSO COMENTADO

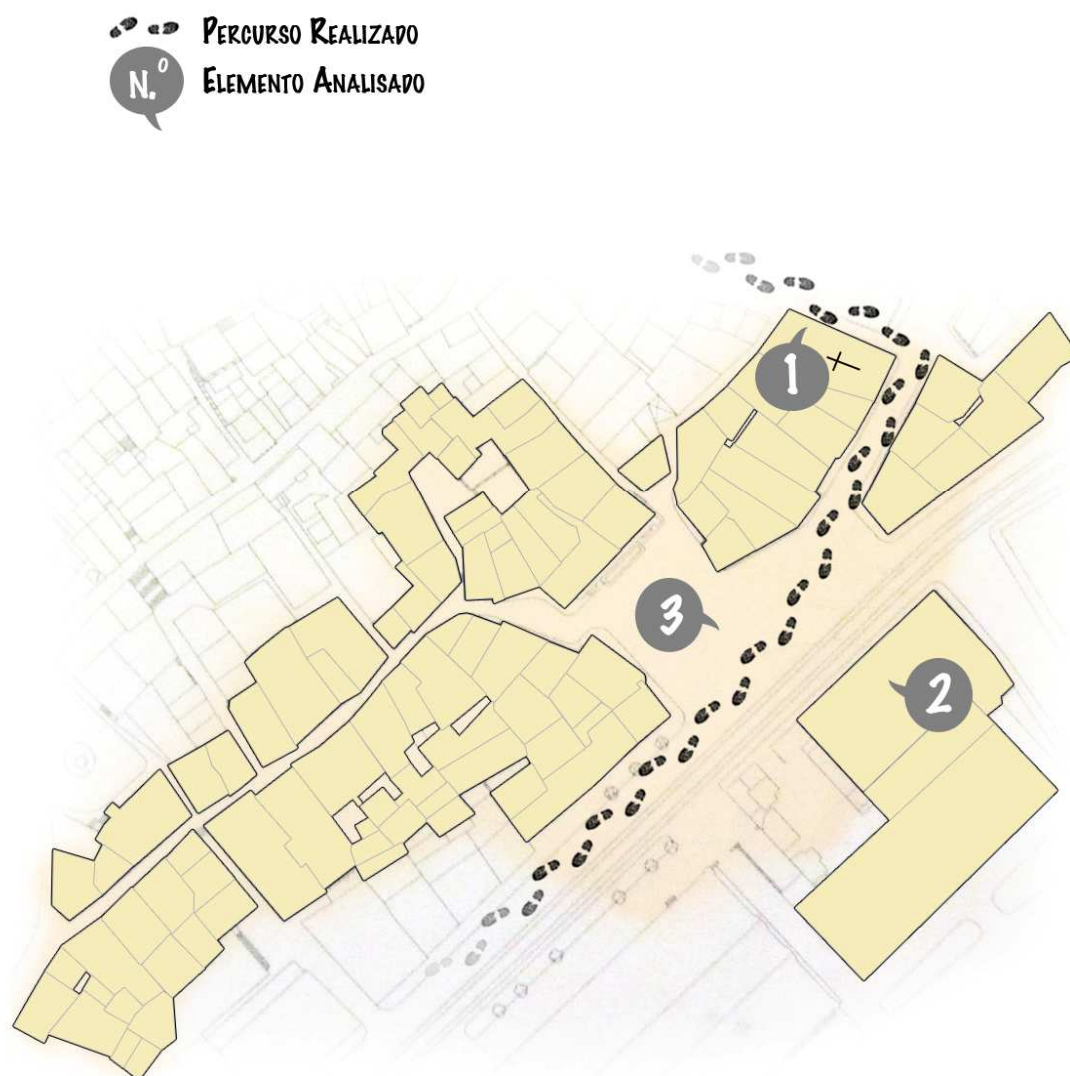


Figura 24: Percurso Comentado realizado. Fonte: Elaboração própria.

O percurso comentado teve o seu ponto de partida na Rua da Regueira, n.º79, na morada do Marko. Primeiro descemos com ele a Rua da Regueira em direcção à Rua dos Remédios. E depois viramos à direita, descendo a Rua dos Remédios até chegar ao Largo do Chafariz de Dentro, que atravessamos, seguindo a Rua do Terreiro do Trigo.

Os elementos comentados por Marko foram:

- a sua casa e a sua rua,
- o Museu do Fado,
- o Largo do Chafariz de Dentro.

7.2.3. Comentários

1. A casa e a rua...

O Marko começou por fazer-nos uma breve visita do seu pequeno T1, falando dos usos de cada espaço. Notamos que muito rapidamente, começou a falar da relação entre a casa e a rua. Queixou-se de ter pouca luz directa do sol a entrar pela única janela, e explicou que as cortinas ficavam sempre fechadas porque senão, as pessoas na rua podiam ver tudo o que se passava dentro da casa, e comentou que o barulho de vozes que provinha da rua fazia parte do quotidiano, a tal ponto que ele já nem o ouvia.

Depois, saímos à rua, e o Marko fez logo comentários sobre a estreiteza desta mesma, que segundo ele favorece uma intensa vida social através das interações diárias entre os moradores. Contou-nos assim que as suas vizinhas, todas idosas, acostumavam estar a conversar de uma janela para outra, ou tomando café na rua, às portas das casas.

Passando ao pé de uma obra parada, o Marko mencionou que o prédio estava exactamente no mesmo estado há três anos, quando ele chegou ao bairro. Disse que Alfama estava e continua estando cheia desse tipo de prédios em obras, fechados e parados. Mas acrescentou que mesmo assim, esses prédios ficavam sempre limpos, e que todo o bairro era muito limpo.

Logo, o Marko fez uma serie de observações relativas à morfologia da rua. Segundo ele, o que o surpreendeu na altura em que chegou foi que, embora a rua da Regueira seja extremamente estreita, e mesmo que nela o acesso aos veículos esteja proibido, tratava-se de uma rua constantemente animada por intensos fluxos de pessoas a subir e a descer. Muitas dessas pessoas são turistas. Ele explica isso pela presença de três casas de fado muito populares, uma pastelaria igualmente conhecida, e quatro restaurantes, concentrados nos poucos metros de comprimento da rua.

Por fim, antes de chegar à rua dos Remédios, o Marko parou-se à frente da creche situada no cruzamento da rua da Regueira com a rua de São Miguel. Segundo ele, este equipamento desenvolve um papel importante na animação quotidiana da rua na medida em que, sendo o espaço interior insuficiente, as crianças saem à rua para brincar e para as actividades desportivas.

2. O Museu do Fado...

Passando pelo Museu do Fado, o Marko parou-se para fazer alguns comentários. Primeiro expressou a sensação de surpresa e curiosidade que sentiu, três anos atrás, chegando pela primeira vez ao pé do museu. Conta-nos que era a primeira vez que via um museu dedicado à musica, e que na altura achou a ideia incomum. Mas o museu estando situado a apenas 50 metros da porta da sua casa, o tempo foi passando e ele nunca foi visitar. Não só

pelo facto de procrastinar, pensando que sempre haverá algum dia a oportunidade ir lá, mas também porque no fundo acha que seria uma experiencia sem interesse para ele. Com efeito, ele imagina que no museu pode-se ler coisas em relação a fadistas e lugares famosos, eventos históricos ligados ao fado, etc., mas não escutar musica. O Marko opina assim, que mesmo se ele fosse um grande fã de este tipo de musica, preferiria aprecia-la numa casa de fado, e acharia inútil visitar um museu que provavelmente contem tudo o que poderia achar fazendo uma pesquisa em internet.

3. O Largo do Chafariz de Dentro...

Chegando ao Largo do Chafariz de Dentro, o Marko começou por considerações relativas à sua percepção do espaço e da sua envolvente. Segundo ele, trata-se do espaço publico principal em Alfama, o de maior importância e maior área de influencia no bairro. Assim, embora ele tenha a sensação que os Alfamistas consideram hoje o Largo de São Miguel como o coração do bairro, para ele o do Chafariz de Dentro, alem de ser maior ao nível da área que ocupa, é também o que tem mais peso no dia a dia do bairro, vista a quantidade de eventos que lá decorrem.

Um destes eventos, que marcou a sua memoria, foi um rally de bicicletas, no qual o Largo do Chafariz de Dentro era o ponto de chegada. Lembrando-se deste evento com um sorriso, o nosso entrevistado o descreveu com cada pormenor, indicando onde se situava cada coisa, e descrevendo os comportamentos das pessoas nesse dia. Segundo ele, era lógica ter escolhido este lugar como ponto final do rally, não só por ser espaçoso, mas também por ser o ponto de convergência de numerosas ruas do bairro.

E a seguir, o Marko parou-se igualmente a descrever o que acontece cada ano, durante as Festas dos Santos Populares, quando o Largo é invadido pelas barraquinhas de manjerico, pelas carrinhas de farturas, pela musica e por fluxos intermináveis de pessoas que atravessam esta zona central e estratégica, para ir de largo em largo.

Percorrendo o Largo, o Marko enumerou alguns dos equipamentos e serviços característicos do lugar; como o Museu do Fado que hoje constitui um ponto de referencia, ou a “Parreirinha de Alfama”, uma das casas de fado mais famosas do bairro. Varias vezes, utilizou a palavra “tradicional”, referindo-se ao lugar e às actividades que nele se desenvolvem.

Também fez comentários sobre o aspecto dos edifícios, dizendo que muitos foram reabilitados, mas que outros ainda hoje estão à espera de uma intervenção. E curiosamente, expressou a sua opinião relativamente à estética do Largo: segundo ele, o prédio de extensão do museu, que alberga o restaurante, de aspecto moderno, alem de estar em oposição total com o seu entorno de prédios “tradicionais”, é muito feio e não “encaixa no quadro”.